

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURAS E IDENTIDADES

CRISTIANA FERREIRA SCHILDER

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PRAÇA
BARÃO DO RIO BRANCO, EM PONTA GROSSA - PR

PONTA GROSSA

2016

CRISTIANA FERREIRA SCHILDER

**TRANFORMAÇÕES URBANAS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PRAÇA
BARÃO DO RIO BRANCO, EM PONTA GROSSA - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós Graduação em História, Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosangela Maria Silva Petuba

PONTA GROSSA

2016

**Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
BICEN/UEPG**

S334 - Schilder, Cristiana Ferreira Transformações urbanas e construção simbólica da praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa - PR/ Cristiana Ferreira Schilder. Ponta Grossa, 2016. 226p.

Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Orientadora: Profª Drª Rosangela Maria Silva Petuba.

1.Praça. 2.Espaço público. 3.Memória social. 4.Ponta Grossa. I.Petuba, Rosangela Maria Silva. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em História, cultura e identidades. III. T.

CDD: 911.3



TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANA FERREIRA SCHILDER

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PRAÇA BARÃO DO RIO
BRANCO . PONTA GROSSA - PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 11 de julho de 2016, pela seguinte banca examinadora:

Profª. Drª. ROSANGELA MARIA SILVA PETUBA (UEPG)
(Orientadora)

Profª. Drª. ELIZABETH AMORIM DE CASTRO (UFPR)

Prof. Dr. LEONEL BRIZOLLA MONASTIRSKY (UEPG)

Ponta Grossa, 11 de julho de 2016.

Dedico a Deus que me deu forças e capacidade para chegar até aqui. Dedico ao meu esposo Rodolpho pelo ombro amigo e apoio incondicional em todos os momentos. Dedico aos meus filhos Felipe e Heitor com quem deixei de estar em muitos momentos para realizar esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde física, mental e condições para cursar o mestrado. Aos meus pais que sempre investiram em minha educação e sonharam com minhas realizações. Ao meu marido Rodolpho Schilder que deixou de lado seus planos para viver comigo este projeto. Aos meus familiares que cuidaram dos meus filhos nos momentos que eu não podia cuidar deles.

A coordenação e os professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela oportunidade, pelos ensinamentos, pelos conselhos e orientações. À professora e orientadora Dra. Rosângela M. S. Petuba que me deu “carta branca” e acreditou em meu potencial. Aos professores da linha de pesquisa “Instituições, saberes e práticas”, em especial prof. Dr. Edson Armando Silva, prof. Dr. Robson Laverdi e prof^a. Dra. Rosângela Zulian, pelas leituras, discussões e encaminhamentos do projeto de pesquisa.

Aos meus colegas da APPAC pelos trabalhos e congresso realizado até aqui, que trouxeram crescimento intelectual, experiência e compartilhamento de “ideologia patrimonialista” em minha trajetória. Em especial os meus queridos prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky, Nisiane Madalozzo e a amiga e professora Ms. Elizabeth Johansen.

A minha coordenadora da Escola Adventista de Ponta Grossa, prof^a. Glinis Muniz e minha diretora prof^a. Taisa G. Barberi, pela paciência nos momentos que deixei a desejar nas minhas atividades escolares por conta da sobrecarga, e pelas paciências de amor e carinho em todos os momentos.

Aos meus entrevistados que apoiaram com muita dedicação ao meu trabalho e viveram comigo esse sonho. Levarei comigo as lições de vida por vocês transmitidas. Em especial a Denise Metynoski, Roseli Mendes da Rosa, Paulo José da Costa, José A. Correa, meu avô Albari de Paula Quadros, minha professora de história da 5ª série Sra. Cleozy Santos, e a todos os outros que me receberam em suas casas e gentilmente concordaram em colaborar com meu trabalho.

Aos meus amigos Luciano Paiva pelas lindas fotografias e Luciano Martins pelas correções gramaticais.

A Faculdade Ponta Grossa por ter possibilitado meu estágio docente no curso de Arquitetura e Urbanismo em conjunto com a professora Ms. Nisiane Madalozzo.

A Casa da Memória, em especial ao Alan e a Carla que não mediram esforços para colaborar no garimpo e fornecimento das fontes.

Aos meus colegas de mestrado Caroline Lara, Adriana Cararo, Letícia Leal, Luís Junior e Júlio César Braga, pelo companheirismo nos momentos que nos apoiamos mutuamente, diante das angústias, ansiedades e frustrações ao longo desse percurso.

Agradeço a minha irmã Valéria Quadros Ferreira pela parceria, pelo ombro amigo de todas as horas, e principalmente pelo desenho dos lindos croquis que compõe a capa principal e a introdução aos capítulos desse trabalho.

RESUMO

As praças caracterizam-se como espaços urbanos e de uso social, que ao longo do tempo são incorporadas pelos grupos sociais e adquirem diversos significados. No ambiente urbano, a modernidade tem sido o signo propulsor das constantes transformações no espaço e na sociedade. Dessa forma os espaços das praças também são construídos historicamente como receptários de diferentes camadas simbólicas. O objeto de estudo a Praça Barão do Rio Branco localizada no Centro da cidade de Ponta Grossa – Pr, possui uma trajetória caracterizada por diferentes momentos que proporcionaram a ela atualmente ser um lugar de memória. Inicialmente chamada de Largo do Rosário, originária de um ponto de encontro proporcionado pelas nascentes de água na região, a praça como produto “moldado” pelas diferentes épocas teve seu espaço transformado, até chegar na configuração atual, um dos espaços mais arborizados do Centro da cidade, e portanto tida como importante por essa configuração. Dentro da praça estão e estiveram instalados equipamentos muito utilizados pela comunidade como a Concha Acústica, a Fonte Luminosa, o parque infantil e o terminal de ônibus Ponto Azul. Dessa forma a memória dos frequentadores da praça transmitem sua importância histórica, a sucessão de etapas de modernidade, onde é possível compreender os diferentes usos e significados vivenciados nesse espaço. Sua atual função e importância é um dos propósitos desse trabalho, na intenção de contribuir para o reconhecimento histórico desse lugar de memória.

Palavras-chave: Praça; Espaço público; Memória social; Ponta Grossa

ABSTRACT

The squares are characterised as urban spaces and social use, which over time are incorporated by social groups and acquire many meanings. In the urban environment the modernity has been the sign of the thruster in space and transformations in society. Thus the spaces of squares are also constructed historically as receptárias of different symbolic layers. The object of study the Barão do Rio Branco Square located in the center of the city of Ponta Grossa-Pr, has a history characterized by different moments that made her currently be a place of memory. Initially called Largo do Rosário, sourced from a meeting point provided by the mineral springs in the region, the square as "shaped" by the different eras had transformed space, until you reach the current setting, one of the most wooded spaces from the center of the city, and therefore regarded as important by this setting. Within the square are and were very used equipment installed by the community as the Shell, the light source, the playground and the bus terminal blue dot. In this way the memory of the regulars of the square broadcast its historical importance, the succession of stages of modernity, where it is possible to understand the different uses and meanings experienced in this space. His current role and importance is one of the purposes of this work, in order to contribute to the recognition of this historic place of memory.

Keywords: Square; Public space; Social memory; Ponta Grossa.

LISTA DE FOTOS

Foto 1.	Esquina entre as Ruas do Rosário e Bonifácio Vilela.....	35
Foto 2.	Rua Saldanha Marinho vista da Prç. Barão do Rio Branco.....	36
Foto 3.	Feira de artesanatos da Prç. Barão do Rio Branco.....	37
Foto 4.	Restauração da Concha Acústica em 2015.....	41
Foto 5.	Comemoração cívica na Prç. Barão do Rio Branco.....	42
Foto 6.	Apresentação do Coro Cidade P. Grossa na Concha Acústica.....	44
Foto 7.	Protestos contra o corte de árvores na praça.....	51
Foto 8.	Protestos contra o corte de árvores na praça.....	52
Foto 9.	Abertura da alameda na Praça Barão do Rio Branco.....	56
Foto 10.	Faixa de apoio ao prefeito Jocelito Canto.....	58
Foto 11.	Vista panorâmica da Praça Barão do Rio Branco em 1930.....	60
Foto 12.	Monumento do Centenário da Maçanoria.....	65
Foto 13.	Parque Infantil em 2016.....	66
Foto 14.	Espelho de água em 2016.....	67
Foto 15.	Protesto em frente ao Col. Regente Feijó em 1999.....	70
Foto 16.	Parque Infantil e Colégio Regente Feijó na década de 1930.....	71
Foto 17.	Igreja do Rosário vista da praça em 2016.....	74
Foto 18.	Edifício Princesa visto da praça em 2016.....	76
Foto 19.	Antiga Matriz Santana no século XIX.....	103
Foto 20.	Antiga Capela do Rosário.....	93
Foto 21.	Cavalcadas no Largo do Rosário.....	96
Foto 22.	Festa de aniversário da cidade na Prç. Barão do Rio Branco.....	98
Foto 23.	Vista parcial da cidade no começo do século XX.....	101
Foto 24.	Ângulo aproximado das fontes de água no Largo do Rosário.....	101
Foto 25.	“Bica” do Arroio Pilão de Pedra.....	104
Foto 26.	Largo da Estação.....	106
Foto 27.	Vista da Prç. Barão do Rio Branco no começo do século XX.....	111
Foto 28.	Comemoração cívica na Prç. Barão do Rio Branco.....	118

Foto 29.	Comemoração do Centenário de Ponta Grossa na praça.....	130
Foto 30.	Vista panorâmica da Prç. Barão do Rio Branco na década de 1920.....	132
Foto 31.	Rua XV de Novembro na década de 1920.....	134
Foto 32.	Parque Infantil na década de 1930.....	136
Foto 33.	Construção da Prç. Barão do Rio Branco.....	137
Foto 34.	Praça Barão do Rio Branco recém inaugurada.....	139
Foto 35.	Praça Marechal Floriano Peixoto.....	141
Foto 36.	Praça João Pessoa.....	142
Foto 37.	Fonte Luminosa no período noturno.....	146
Foto 38.	Família junto a Fonte Luminosa.....	149
Foto 39.	Vista parcial da Prç. Barão do Rio Branco na década de 1940.....	151
Foto 40.	Praça Marechal Floriano Peixoto na década de 1940.....	152
Foto 41.	Praça Barão de Guaraúna na década de 1940.....	153
Foto 42.	Comemoração à Tiradentes em 1939.....	155
Foto 43.	Altar da Pátria na Prç Barão do Rio Branco.....	158
Foto 44.	Greve dos funcionários.....	163
Foto 45.	Alameda Nadir João Albach na década de 1940.....	165
Foto 46.	Vista parcial da Prç. Barão do Rio Branco na década de 1960.....	166
Foto 47.	Passeio em família na Prç Barão do Rio Branco.....	170
Foto 48.	Ponto Azul em funcionamento.....	181
Foto 49.	Ponto Azul na década de 1950.....	183
Foto 50.	Esquina entre Ruas Eng. Schamber e Saldanha Marinho.....	185
Foto 51.	Memorial Ponto Azul.....	194
Foto 52.	Painel de azulejos do Memorial Ponto Azul.....	195
Foto 53.	Painel de azulejos do Memorial Ponto Azul.....	196
Foto 54.	Paisagem atual da Prç. Barão do Rio Branco.....	198
Foto 55.	Inauguração do Memorial à Judith Silveira.....	216
Foto 56.	Busto em homenagem à Judith Silveira.....	217
Foto 57.	Inauguração da estátua de Tiradentes.....	219
Foto 58.	Vista panorâmica da praça na década de 1980.....	220
Foto 59.	Estatua de Tiradentes atualmente.....	221

Foto 60.	Estátua de Tiradentes atualmente.....	222
Foto 61.	Memorial do Centenário da Maçonaria.....	224
Foto 62.	Memorial do Centenário da Maçonaria.....	225
Foto 63.	Memorial do Maestro Paulino Martins Alves.....	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Charge do corte das árvores na Praça Barão do Rio Branco.....	53
Figura 2.	Charge das pombinhas da praça.....	54
Figura 3.	Análise morfológico da Praça Barão do Rio Branco.....	75
Figura 4.	Gráfico de aceitação da Praça Barão do Rio Branco.....	80
Figura 5.	Telegrama de inauguração da Fonte Luminosa.....	145
Figura 6.	Passeio do trenzinho na praça.....	178
Figura 7.	Notícia de demolição do Ponto Azul.....	186
Figura 8.	Reflexão sobre a demolição do Ponto Azul.....	189
Figura 9.	Publicação especial em homenagem a praça e ao Ponto Azul.....	190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Centro da cidade e em destaque as praças.....	34
Mapa 2.	Mapa da Praça Barão do Rio Branco e arredores.....	38
Mapa 3.	Cartograma da Praça Barão do Rio Branco.....	79
Mapa 4.	Mapa 4. Mapa de Ponta Grossa da década de 1920.....	119
Mapa 4.1	Ângulo A do mapa da década de 1920.....	120
Mapa 4.2	Ângulo B do mapa da década de 1920.....	121
Mapa 4.3	Ângulo C do mapa da década de 1920.....	123
Mapa 4.4	Ângulo D do mapa da década de 1920.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I: A PRAÇA VERDE, SUAS HISTÓRIAS E ENCANTO	
1.1. OS SIGNIFICADOS DE UM LUGAR DE MEMÓRIA.....	33
1.2. AS SENSações DE UM LUGAR DE MEMÓRIA	64
 CAPÍTULO II: DO “LARGO DO ROSÁRIO” À PRAÇA JARDIM	
2.1. O FLORESCER DE UMA CIDADE E O LARGO DO ROSÁRIO.....	83
2.2. A BUSCA PELA CIDADE IDEAL E A PRAÇA-JARDIM.....	112
 CAPÍTULO III: O “CORação” DA CIDADE	
3.1. DAS FANTÁSTICAS FORMAS COLORIDAS ÀS RETRETAS DA BANDA.....	144
3.2. O VIVER DE UMA ÉPOCA, O PONTO AZUL E SUAS MEMÓRIAS.....	167
 CONCLUSÃO.....	 199
REFERÊNCIAS E FONTES.....	204
APÊNDICES.....	215

INTRODUÇÃO

Percursos de uma pesquisa

O trajeto para a construção dessa pesquisa começou a ser percorrido há algum tempo atrás. No período da graduação de Bacharelado em História, concluída em 2008 foi de fundamental importância a participação no grupo de estudos e em tópicos especiais, ministrados pela professora Rosângela Petuba, com objeto de estudo voltado às questões urbanas. Ainda colaboraram nesse caminho as trajetórias percorridas em minicursos e a disciplina de Tópicos Especiais: Espaço geográfico, memória social e patrimônio cultural, ministrada pelo professor Leonel B. Monastirsky, no Mestrado em Gestão do Território, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Os debates e abordagens estudados naqueles momentos resultaram no projeto de ingresso ao mestrado.

Após a seleção no Programa de Pós Graduação em História, algumas dificuldades teórico – metodológicas foram encontradas, e iniciou um árduo caminho de construção e remodelação ao projeto desta pesquisa. A proposta era fortemente marcada pelo caráter interdisciplinar, característica essa que foi trabalhada durante o curso, na medida em que as disciplinas eram cursadas e as prioridades foram revistas. Na disciplina da linha de pesquisa Instituições, saberes e práticas, delineou-se a problemática, o objeto principal e as leituras sobre os principais conceitos da pesquisa.

As apresentações do projeto de pesquisa em eventos como congressos, simpósios e seminários trouxeram novas perspectivas de análise, assim como colaboraram no sentido de “enxugar” o tema e rever os conceitos. Nesse quesito as discussões do GT de Memória social e Patrimônio Cultural realizadas no VII Simpósio Nacional de História Cultural, realizado na Universidade de São Paulo foram muito importantes, através das opiniões e conselhos de colegas de diversos lugares do Brasil.

A disciplina “Memória e História Oral” ministrada pelo professor Robson Laverdi exerceu um papel “divisor de águas” na compreensão do objeto de estudo, assim como na metodologia e discussão teórica acerca das fontes orais utilizadas

na pesquisa. O contato com os entrevistados e suas experiências trouxeram momentos ímpares para a minha experiência de vida. Aprender como encarar de uma forma humanizada as lembranças das pessoas foi um dos grandes legados dessa disciplina e um dos sabores especiais na construção da pesquisa.

O estágio realizado na Faculdade Ponta Grossa, no curso de Arquitetura e Urbanismo, com minha amiga Nisiane Madalozzo Wambier professora de História da Arquitetura foi marcado por momentos especiais, através do *flaneur* com os alunos pelas ruas da cidade, assim como as discussões sobre as *camadas simbólicas* dos diversos lugares.

Os caminhos indicados pela banca de qualificação foram decisivos nos ajustes e finalização do trabalho. Pensar a cidade pela perspectiva e história da praça passou a fazer todo o sentido, assim como através dos sábios conselhos foi possível perceber a riquíssima história desse lugar. Quando as “sobras” foram deixadas de lado e o objetivo principal do trabalho foi retomado, nasceu um novo trabalho muito mais rico em detalhes, pesquisa e história.

Esses momentos levam a compreender que essa pesquisa não é fruto de um mérito individual, mas sim de um processo de aprendizado inspirado pelos meus mestres e colegas que compartilharam momentos de conhecimento. As longas de discussões, impaciência e frustrações, levaram a um processo de reflexão e amadurecimento que está hoje materializado neste trabalho.

Problemática, objeto e conceitos:

A cidade fala de si própria pela materialização de fragmentos da sua história em vários espaços, à medida que problematizamos sobre ela nos damos conta de quão complexo é este objeto de estudo. A cidade é um objeto que produz linguagens, significados e renova-os constantemente. A passagem do tempo calcifica nela diversos elementos culturais produzidos em diferentes épocas num mesmo espaço geográfico¹.

¹ SUTIL, Marcelo Saldanha. *Beirais e platibandas: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX*. Curitiba: UFPR (Tese de Doutorado) 2003, p. 1.

Com suas devidas particularidades, as cidades têm sido objetos de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, tanto no sentido de planejamentos como também nas análises sobre suas características. Na historiografia, as questões mais abrangentes são em relação aos problemas urbanos, seus espaços de sociabilidades, desigualdade e conflitos sociais, histórias das cidades, etc. Dentro do contexto historiográfico abordado o pesquisador encontrará em fragmentos de sua pesquisa a história da urbanização, da economia, a social e política, e uma grande variedade de possibilidades de estudos. Pensando que toda ação é movida por sujeitos, a cidade é fonte de mudança social, portanto, ela materializa as transformações sociais.

Dentro da cidade, seus diversos espaços possuem importâncias adquiridas através do uso dos cidadãos. Dentre eles, um exemplo de objeto que traz diversas possibilidades de análises e carrega significativa carga simbólica são as praças. Em primeira instância esse termo varia conforme a localização geográfica e sua funcionalidade. Entretanto os campos do conhecimento que abordam esse objeto concordam em se tratar de um espaço público e urbano.

Esses espaços foram criados desde a Antiguidade destinados a sociabilidade dos habitantes urbanos. À medida que as cidades tiveram suas morfologias e funções modificadas com a passagem do tempo, o papel das praças foi sendo “remodelado”. Mais do que um espaço de referência em sociabilidade a história das praças se confunde com a gênese da cidade. É um ponto de encontro que desenvolve uma trajetória de relações sociais com o passar do tempo. Ao longo dos tempos, com a evolução das cidades, alterou-se significativamente o papel da praça na cidade, mas o caráter social sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como sua maior característica².

No Brasil, esses espaços destinados ao lazer e convivência da população também adquiriram diferentes funções e significados. No contexto da colonização do país o termo “*largo*” era empregado aos espaços que futuramente seriam chamados de *praças*. Na Europa os *largos*, *piazze* ou *plazas* significavam “espaços secos”, ou seja, com ausência de jardins e arborização. No Brasil Colonial além do termo *largo*,

² ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 15.

esses espaços também eram chamados de *pátios ou terreiros*. Os largos brasileiros também tinham seu desenvolvimento em conjunto com paróquias e eram chamados conforme o nome das igrejas, e pouca vegetação, visto que essa era uma característica das cidades na época. Os *largos* eram espaços de sociabilidade e manifestações religiosas, como procissões, missas, festas relacionadas a santos, etc.³

Na transição do século XIX para o XX o processo de urbanização baseado em ideais europeus trouxe as cidades brasileiras novas intervenções, como ruas retilíneas, quarteirões geometricamente definidos, padrões construtivos e arquitetônicos rebuscados, e normas para o desenvolvimento das cidades. Dentre essas medidas os *largos* ganharam novas características e passaram a ser chamados de *praças*. Dentre as novas características das praças estavam jardins bem elaborados, calçadas e passeios, bancos, iluminação, fontes de água, coretos, etc.

Para alguns autores definir a praça contemporânea no Brasil é algo complexo, visto que o termo passou a ser empregado para espaços de diversas características:

Nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios é denominado praça. Na cidade contemporânea, a definição desse espaço é bastante abrangente, incluindo desde pequenas áreas destinadas ao lazer esportivo em bairros habitacionais até os grandes complexos de articulação da circulação urbana em áreas centrais.

Portanto, para definir com maior clareza as praças e suas funções na vida urbana brasileira, consideramos duas premissas básicas, o uso e a acessibilidade do espaço, e chegamos ao seguinte conceito: praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos.⁴ (grifo meu)

Componentes da malha urbana as praças estão intimamente ligada às questões sociais, formais e estéticas de sua cidade. Portanto quando estudamos as praças percebemos as transformações do espaço urbano. As praças são espaços

³ Idem, pg. 16

⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 17.

presentes nas cidades desde as suas origens, confundem-se com suas histórias e estão profundamente a elas relacionadas⁵.

O objeto central desse texto concentra-se na análise de como a praça é um lugar simbólico dentro da cidade e como foram as transformações por ela vividas. Nessa perspectiva de estudo cabe-nos compreender que ela não é apenas espaço geográfico, mas também é um *lugar*. A noção de lugar está relacionada a espaço *geográfico + vivência*, sendo a concreta manifestação do habitar humano, desse modo pode-se dizer que os lugares escolhidos para serem construídas as praças não são meras coincidências.⁶

A origem das praças confundem-se com a história da cidade, visto que desenvolvem-se através do crescimento urbano e do uso pela população. Assim as praças são um *locus* privilegiado dentro das cidades e constantemente envolvidas nas discussões urbanas⁷. No decorrer de seu desenvolvimento as praças atraem ao seu redor importantes instituições e estabelecimentos, que são representadas por igrejas, escolas, prédios do poder público, clubes, cinemas, etc., com edifícios imponentes.⁸

Nas cidades contemporâneas diferenciam-se do restante dos outros espaços, porque quebram a monotonia das paisagens formadas pelos conjuntos de edificações. São lugares de permanência, que sobreviveram às sequências de mudanças, construções e reconstruções aos seus arredores.

A presente pesquisa busca o processo de formação, transformações, sociabilidade e simbolismos da praça Barão do Rio Branco em Ponta Grossa. A problemática foi construída a partir da compreensão de que a praça existe na história da cidade e consequentemente possui marcas das diferentes épocas. Em

5. CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007, pg.10.

⁶ NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli International Publications, 1980. In: MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação. *A arquitetura vernacular no Paraná*. Umuarama: Revista Akropolis, v. 17, nº 1, p. 45-54, jan/mar de 2009.

7. CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007, pg 13.

⁸ Idem.

definição, a questão de partida: como os momentos de modernização podem ser percebidos na memória dos indivíduos que frequentavam a praça?

Para tal análise a pesquisa abrange a temporalidade desde a criação da Praça Barão do Rio Branco até sua configuração atual. O texto não possui a intenção de fazer um relato cronológico da praça, mas perceber como os diferentes momentos vivenciados pela cidade, os processos de urbanização, a expansão urbana, as ações do poder público, o funcionamento de instituições ao redor e debates acerca da preservação patrimonial podem ser percebidos através das vivências dos indivíduos nesse espaço.

No primeiro capítulo coube a discussão sobre embates “recentes” vivenciados na praça acerca da preservação dos seus equipamentos e das instituições ao redor. Dessa forma, compreendido como um *lugar de memória*, detentor de equipamentos históricos como a Concha Acústica, o plano de corte das árvores, e as percepções dos usuários sobre a praça hoje, tecem um texto que buscou problematizar como os momentos de *modernização* vivenciados pela história da praça, foram como justificativa para as rupturas nesse espaço.

No segundo capítulo a narrativa foi construída buscando problematizar a origem da Praça Barão do Rio Branco, no momento que ela era o Largo do Rosário e até quando ganhou a morfologia e função de praça. Essa trajetória foi marcada pelo processo de urbanização da cidade no começo do século XX, e a contemplação da transformação do largo em praça, que foi materializada em sua inauguração no final da década de 1930. A construção de equipamentos como a Concha Acústica, a Fonte Luminosa e tratamento paisagístico da praça, proporcionaram a sociabilidade e ressignificação desse espaço. Dessa forma no segundo capítulo a discussão busca compreender um dos momentos de *modernização* na praça, assim como a construção de suas *camadas simbólicas* e sua consolidação enquanto *lugar de memória*.

O terceiro capítulo foi dedicado à memória que os usuários atribuem à praça e seus equipamentos. As lembranças de infância em outras épocas da cidade trazem a tona a importância da praça e seus equipamentos. A existência do terminal de ônibus Ponto Azul e sua demolição demonstram processos de desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo em que a construção do terminal Ponto Azul era signo de

progresso na cidade e a sua existência marcou um novo ritmo cotidiano, alguns anos depois sua permanência na praça foi interrompida na justificativa de novos projetos de modernização.

Para tanto foram determinados os conceitos da pesquisa que conduzem a discussão ao longo dos três capítulos do trabalho. A trajetória da pesquisa e o delineado sobre o projeto deixou claro a discussão dos conceitos: *modernidade*, *camadas simbólicas* e *lugar de memória*. Dessa forma os conceitos serão apresentados e justificados seu uso, conforme os objetivos da discussão.

A *modernidade* é um período vivido desde o final da Idade Média quando os pensamentos daquele contexto deram espaço às ideias Iluministas. O fenômeno da *modernidade* se consolidou com a Revolução Industrial no século XVIII. A implantação do capitalismo reforçou os ideais, que tem sido sobreposto desde então, por sucessivas gerações, conduzindo suas ideologias. As discussões acerca da *modernidade* são frequentes e alguns defendem que esse processo esta em fase de esgotamento na chamada era Pós Moderna.

A *modernidade* se fez presente na interação entre o homem e o espaço geográfico nos últimos séculos. Nas palavras de Sandra J. Pesavento, “*nenhum lugar é tão moderno quanto à cidade, nenhum homem é tão moderno quanto ao homem da cidade*”. A praça, objeto de estudo discutido nesse trabalho, esta inserida nesse contexto geograficamente e socialmente. Através da história da cidade de Ponta Grossa podemos perceber, na análise das fontes, os momentos do desenvolvimento urbano impulsionados pelos ideais da *modernidade*. Dessa forma cabe-nos compreender e definir o homem *moderno*, sua *modernidade* no que chamaremos de *momentos de modernização*.

Para Marshall Berman a *modernidade* é intensa, dinâmica e atua com profunda força nos espaços e seus indivíduos:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor; mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o somos. A experiência ambiental da modernidade anula as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une-se à espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte

de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar.”⁹

A *modernidade* é caracterizada por uma rápida sucessão de acontecimentos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico. Seus cenários trazem mudanças em amplas escalas, seja no caso do urbanismo, da rotina cotidiana dos seus sujeitos, como também em novas maneiras de morar, comer, vestir, etc. Nesse contexto, a cidade representa a contraposição ao campo, e é o lugar onde as coisas acontecem apresentadas por constantes novidades. É um processo entendido como uma ampla gama de transformações sociais e materiais. Ela se traduz no comportamento, nas sensações e expressões, sentidas pelos indivíduos que vivenciam aquele processo de mudança. O ser moderno significa “*ser do seu tempo*”, *sentir e viver as mudanças*, “*pegar o trem da história*”¹⁰.

É uma dimensão estrutural que gera sentimentos contraditórios como a atração-repúdio, a celebração-combate às constantes mudanças. Misturada à sedução do novo está a ameaça de destruição do que foi estabelecido e construído. Os *momentos de modernização* constroem imaginários sociais, identidades conforme as invenções tecnológicas do seu tempo.

Aliada a noção de formações territoriais, os *momentos de modernização* trazem o tom para justificar as constantes mudanças, re-significações e transformações vividas pelas cidades. No desenrolar dos séculos XX e XXI essa lógica ainda permanece, fazendo com que as cidades sejam uma espécie de “colchas de retalhos” dos pedaços e sobreposições da construção de um mesmo espaço.¹¹

Os momentos de *modernização* podem ser notados na história da cidade através das ações do poder público, que nessa pesquisa podem ser exemplificados na leitura dos jornais, das Atas do governo municipal e nas leis. Essa é a lógica que rege a gestão urbana e portanto os ideais pautados pelo governo evidenciam com

⁹⁹ BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pg. 24.

10. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1996, p. 8.

¹¹ Idem.

maior força a ocorrência desse processo. Com a passagem do tempo os *momentos de modernização* são sobrepostos uns aos outros e os espaços urbanos passam por transformações e adquirem novos significados.

A noção de *lugar* é composta da junção entre o espaço e a vivência dos indivíduos. Como cita Milton Santos o lugar pode ser visto como um intermédio entre o mundo e o indivíduo, quando espaços geográficos são ocupados pelos grupos sociais e passam a fazer parte de suas memórias e culturas. O *lugar* é composto de singularidades inerentes a sua localidade, mas ao mesmo tempo está ligada a “globalidade” e sua existência, é um jogo de permanências e rupturas inerente aos momentos de modernização.

Ao mesmo tempo o lugar representa a dimensão local, através da apropriação dos grupos sociais desse espaço, e da construção de uma história em comum com o bairro, com a cidade, o dinamismo da *modernização* e da globalização criam o tempo todo uma relação instável. A permanência de um *lugar* na cidade, onde as pessoas mantêm sua memória afetiva e encontram os símbolos históricos é uma dialética onde estão preservadas as particularidades daquele espaço, ao mesmo tempo em que chegam influências globais.¹²

Essa análise nos leva a compreender que a *praça* é um *lugar* dentro da cidade. Um lugar composto de história e simbolismo ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que novos *momentos de modernização* trazem interferências nesse espaço. Dessa forma a praça pode ser percebida como um *lugar de memória*, que apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, através da presença ou ausência dos seus equipamentos, das mudanças na paisagem, desperta nos indivíduos as lembranças. Para Halbwachs¹³ os *lugares* recebem a marca dos grupos que ali viveram, assim como o grupo também é marcado por ele. Dessa maneira os lugares interagem o tempo todo com os seus frequentadores, sendo constituídos como *lugares de memórias*.

¹² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço habitado: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4º ed., 2006, pg. 213.

¹³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968, pg. 131.

A importância das praças está em surgirem do encontro de grupos sociais, sempre estarem como ponto importante no cenário urbano e receberem ressignificações ao longo do tempo. Como lugares de permanentes transformações, a cidade e a praça materializam as mudanças sociais, e esse processo enriquece seu espaço ao mesmo tempo em que influencia no desaparecimento de hábitos, rituais e equipamentos ali instalados. O enriquecimento proporcionado pelas mudanças no *lugar de memória* consiste no fato de que, com o passar do tempo novos significados são atribuídos a sua história, são novas camadas de sua história, construídas a partir de diferentes ritos cotidianos, funções e usos desses espaços.

Para Leonel B. Monastirsky, “o *lugar de memória* possui uma representatividade própria, identidade única. É fechado em si mesmo, mas aberto às descobertas de suas significações”¹⁴. Portanto a noção de *camadas simbólicas* aplica-se para a melhor compreensão das permanências e rupturas dentro dos lugares de memória e de como esse processo aconteceu. Essa noção desenvolvida por Anne Cauquelin¹⁵ compreende que, assim como a cidade, as praças podem ser percebidas como um “depositário” de sucessivas camadas simbólicas. Nelas estão as expressões de sua própria história, assim como de um espaço maior, a cidade onde está inserida. Através da história da praça podemos compreender diferentes momentos vivenciados pela sua cidade¹⁶.

A trajetória da praça é composta de “memórias diversas” e sua imagem cultural construída ao longo do tempo. A ela relacionadas existem as memórias individuais atreladas e pequenos detalhes, e as memórias coletivas. A busca por fragmentos dessas memórias diversas descortinam, abrem- nos o véu dos momentos vivenciados nessa trajetória. Ao buscar os diferentes significados e as memórias a eles atribuídos, consiste na compreensão *das camadas simbólicas* da praça.

¹⁴ MONASTIRSKY, Leonel B. *Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural*. Ponta Grossa: Revista Terra Plural, v. 3, nº 2, dez/2009, pg . 329.

¹⁵ CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. In: CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007.

¹⁶ CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007, pg. 4.

Fontes

Para a construção da pesquisa foram utilizados como fontes os depoimentos orais, fotografias, jornais, Atas da Câmara Municipal e Códigos de Posturas Municipais. As fontes orais destacam-se na construção da narrativa uma vez que as lembranças dos entrevistados colaboraram no levantamento das informações e também nas percepções da praça enquanto lugar de memória. Alguns dados sobre a praça como datas, funções, detalhes de morfologia foram prestadas pelos entrevistados, e através destas “pistas” artigos de jornais e outros registros puderam ser encontrados.

Outra colaboração fundamental feita pelos entrevistados foram doações de fotografias e recortes de jornais sobre a praça. Apesar dos acervos históricos da cidade possuir um vasto volume de fotografias a serem utilizadas, alguns entrevistados consideraram importante o envio de seus acervos pessoais para acrescentar ao trabalho. Dessa forma o acervo final da pesquisa atingiu mais de sessenta fotografias, que foram ferramentas muito importantes para análise da evolução histórica da praça, percepção das transformações em seu espaço e da cidade.

Os entrevistados foram escolhidos de diversas formas conforme a relação que possuem com a praça ou história da cidade. Após uma publicação sobre essa pesquisa e o convite para colher entrevistas aos participantes do grupo “Antigamente em Ponta Grossa”¹⁷ no Facebook, alguns voluntários se disponibilizaram a participar com seus depoimentos. Outros entrevistados foram convidados a participar por morarem, trabalharem ou frequentarem instituições próximas a praça. E ainda, pessoas que possuem vínculo pessoal com a pesquisadora e souberam do propósito da pesquisa, por sentirem que poderiam colaborar através de suas experiências pessoais também prestaram depoimentos. Dessa forma o grupo de entrevistados reuniu dezessete pessoas¹⁸, alguns com participações maiores outros menores, todos foram igualmente importantes para a junção e confirmação de informações.

¹⁷ Atualmente o grupo Antigamente em Ponta Grossa conta com 15 mil seguidores e é um espaço destinado ao compartilhamento de materiais e debates acerca da memória da cidade.

¹⁸ Os entrevistados pertencem a diferentes gerações e grupos sociais que participaram do uso da praça.

Os entrevistados que forneceram fotografias e outros materiais, disponibilizaram através de correspondências pessoais por e-mail ou através do empréstimo da fonte para que a pesquisadora providenciasse a digitalização. Algumas são originárias de acervos familiares e de colecionadores, fato esse que caracteriza a singularidade desses objetos. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para serem citados os trechos no trabalho.

Além da colaboração através do compartilhamento de materiais e de informações prestadas pelos entrevistados, suas narrativas são carregadas de simbolismos acerca de suas percepções do espaço, do passado, da história, etc. Dessa forma cabe-nos refletir acerca do processo de rememoração, a construção da narrativa oral e seu uso. Todos os entrevistados possuem algum tipo de vínculo com a praça, seja através do colégio, da igreja, dos momentos de lazer, de trabalho, de moradia, etc. Em suas falas estão refletidas diversas facetas e percepções de um mesmo espaço, que foram construídas em diferentes épocas e usos da praça.

A construção da narrativa oral é um processo que acontece na velocidade dos entrevistados. Alguns com maior facilidade ou trajetória marcadas pelos acontecimentos de forma que conseguem transmitir narrativas com mais detalhes. Outros escolheram estar na praça para este momento, dessa forma contemplando a paisagem “viajaram no tempo” e sentiram-se mais a vontade para transmitir suas lembranças.

O sobre o ato de rememorar ¹⁹, a lembrança é um diálogo estabelecido com o tempo, em que o narrador oral ao relembrar constrói sua narrativa através de nuances, entre suas experiências, o real e a imaginação. Portanto a riqueza da narrativa oral não está nos fatos narrados, mas muito mais na leitura que o sujeito faz de si mesmo e de sua trajetória, e como isso pode ser percebido e analisado pelo historiador.

A relação simbólica que as fontes, em especial a oral, podem trazer no decorrer da análise está no fato de que, elas são carregadas dos seus contextos simbólicos. Se partíssemos para abordar diferentes gerações, suas percepções seriam diferentes e talvez o espaço da praça não seria tão importante para elas, quanto essas pessoas que viveram nos contextos urbanos descritos. Ao analisar as

¹⁹RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alain François (et. al) Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, p. 69.

fontes e perceber as transformações decorridas num mesmo espaço ao longo do tempo, é perceptível que, a demolição e retirada de elementos da praça, assim como suas próprias mudanças físicas e de funcionalidade, acabam reforçando a narrativa dos entrevistados, quando enfatizam diversas vezes sobre a importância de um mesmo lugar. A não existência ou permanência de elementos simbólicos, reforçam os sentimentos que as pessoas tinham e portanto são as lembranças mais vivas em suas memórias.

Para Ricoeur²⁰ o ato de lembrar é um trabalho, um processo que pode ser marcado por momentos dolorosos do entrevistado, e que isso pode estar subentendido na sua fala ou sua memória, é selecionada e alguns fatos não são expostos. No caso da pesquisa, que não refere exatamente à vida íntima dos narradores, mas da sua relação com o espaço público, seus sentimentos nostálgicos estão mais relacionados aquilo que deixou de existir na praça, e a saudade dos momentos ali vividos.

A rememoração é um processo construído no presente, sob a ótica do presente. As experiências, as sensações e os sentidos (tato, olfato, visão, paladar) relacionados as lembranças não são mais elementos existentes, entretanto na evocação da memória eles estão presentes, como pontos vitais de uma narrativa:

“Não basta um esforço abstrato para recriar impressões passadas, nem palavras exprimem o sentimento de diminuição que acompanha a impossibilidade. Perdeu-se o tônus vital que permitia aquelas sensações, aquela captação do mundo. Quando passamos na mesma calçada, junto ao mesmo muro, o ruído da chuva nas folhas nos desperta alguma coisa. Mas, a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação.”²¹

A sensação de nostalgia e até mesmo a amargura transmitida em alguns relatos, faz parte da construção de uma narrativa sobre o passado. Ao contemplar a paisagem da praça alguns entrevistados refletiam longamente enquanto falavam, no

²⁰ RICOEUR, Paul. *Memória e história*. Budapeste: ConferencyInternational“Haunting Memories? History in EuropeafterAuthoritarianism”, 2003, p. 3

²¹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed. , 1994, pg. 84.

esforço de transmitir as suas lembranças, no apego a um espaço contraditório que ao mesmo tempo que proporciona visões do passado, hoje está tão transformado. Nesse sentido a rememoração proporciona a percepção das transformações ocorridas na praça, um lugar que mantém resquícios de sua história mas que também já perdeu muito dos seus aspectos originais.

A relação da rememoração dos sujeitos sobre um lugar não os classifica como detentores de um mesmo tipo de memória, mas sim pessoas que tem sentimentos ligados a um mesmo espaço. Portanto estão ligados pelo lugar, talvez pela geração em que vivenciaram experiências na praça. O espaço é determinante para a essência da lembrança, isso por que as pessoas possuem laços afetivos com os lugares (públicos ou privados) onde estabelecem suas experiências ao longo da vida. Essa tônica é uma das bases da reivindicação de patrimônios culturais.

Sobre o processo de rememoração praticado pelas pessoas idosas Ecléa Bosi considera que cabe a elas a capacidade de ter uma distância temporal que permite analisar com serenidade os processos que vivenciaram, sejam eles econômicos, culturais, tecnológicos, etc. Dessa forma seus relatos contém a subjetividade de todo um contexto social e existe uma função social em seu processo de rememoração e suas narrativas:

Ha um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo na sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem.

O uso da narrativa oral como fonte no processo de interpretação da importância do lugar na cidade, acontece de maneira muito enriquecedora, quando traz a percepção particular dos indivíduos, composta das suas emoções, opiniões e sentidos que vem à tona quando relembra dos momentos passados na praça. No decorrer das entrevistas à medida que as lembranças iam aflorando, chegaram momentos em que os entrevistados buscaram suas fotos ou um álbum da cidade, para mostrar sobre o que estavam falando, e como guardavam aquelas imagens como fragmentos dos seus passados. A interação com as fotografias acabou tornando-se uma maneira de colaborar no processo da rememoração. A

justaposição das fontes, olhar as fotografias e na sequência desenvolver os relatos, colaboraram em suas próprias interpretações, quando o narrador expõe detalhes a mais do que o abrangente no ângulo fotográfico e expõe sua opinião a respeito.

A fotografia como fonte histórica, assim como na análise de outras fontes, deve ser percebida como algo construído, pelo seu autor e contexto. Ela não nos conta uma história, ou um contexto geral, mas na sua composição de detalhes traz à tona segredos que compõe partes da pesquisa histórica²². Quanto ao uso da fotografia como fonte, entende-se que quando esse material é de propriedade dos entrevistados e fornecidos por eles são aliados e auxiliam no processo de rememoração e sentimento de pertencimento desses indivíduos. As fotografias informam muito pouco, emocionam muito pouco àqueles que não vivenciaram o contexto particular de onde elas se originaram. O caso das pessoas possuírem fotos e álbuns da cidade demonstra uma relação de apego delas, com uma cidade que não existe mais. Entretanto quando aliadas a uma narrativa oral, elas proporcionam à fala uma “dimensão de realidade” e afloram a subjetividade. Nesse sentido, o uso da fotografia nas entrevistas pôde ser entendido como um aliado, conforme diz Kossoy, “ *a fotografia revoluciona a memória: multiplica-lhe e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica*”²³.

As fotografias são documentos aliados que podem ser usados para a constatação dos diferentes momentos vividos nos espaços urbanos. Como todo tipo de fonte, elas são construídas historicamente, sob uma determinada perspectiva. As fotografias têm como característica primordial a fixação de uma imagem, comprovando que o momento ou acontecimento descrito realmente aconteceu. Entretanto o uso das fotografias esta cercado de problemáticas além do papel estabelecido a esse recurso. As fotografias são produtos de suas épocas, construções históricas, que nos transmitem além do que está compreendido na imagem. Nelas podem ser compreendidos os ideais de outras épocas, no caso da cidade ou da praça, quais os elementos que estão mais presentes em fotos, assim

²²SAMUEL, Raphael. *Teatros da memória*. São Paulo: Projeto História São Paulo, nº 14, fev. 1997, p. 60.

²³KOSSOY, Bóris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, 2º ed., pg. 152.

como quais eram os eventos registrados, e outros dos quais se sabe muito pouco pela falta de imagens²⁴.

As paisagens retratadas nas fotos trazem linguagens subjetivas, que são lidas a partir do levantamento de informações sobre sua origem. Nesse momento elas têm como função reforçar o que está sendo problematizado através de outras fontes. Não serão abordadas como fontes primárias, mas sim como documentos secundários com a função de constatação dos processos realizados, daquilo queriam demonstrar e dos textos que as acompanham. Entretanto a riqueza de algumas fotografias “falam por si mesmas”, quando são capazes de nos transmitir vida, humanidade, dinâmica social.

Em conjunto às fontes orais e fotografias, os usos das fontes escritas colaboraram no sentido de trazer à tona as problemáticas abordadas. Os jornais, as Atas da Câmara Municipal e os Códigos de posturas municipais transmitem os ideais, os conflitos e anseios do contexto social em que foram produzidos.

As fontes produzidas diretamente pelo poder público, no caso os Códigos de Posturas Municipais e as Atas da Câmara Municipal proporcionam com maior clareza os ideais e intervenções do governo no espaço urbano. As leis definem as apropriações de espaços, delimitam poder e podem ser vistas como fortes referências culturais.²⁵ Além do seu objetivo prático, as leis aparecem principalmente como pontos de partida para polêmicas e discussões dentro do espaço urbano. É nesse sentido que a fonte tem fundamental importância para pensar a problematização do espaço urbano.

Ao observar as Atas da Câmara Municipal, compreendidas entre os anos de 1889 a 1915, são perceptíveis as dificuldades e morosidade com as quais as estruturas como saneamento básico, energia elétrica, água encanada, jardinagem das praças e ruas, e a limpeza urbana foram empreendidas na cidade. Algumas propostas passaram anos sendo discutidas pelos vereadores e prefeitos para que

²⁴ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de (orgs.) *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1997, pg. 14.

²⁵ ROLNK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999, 2º Ed. , Coleção Cidade Aberta, p. 13.

fossem postas em prática. Dessa forma as atas colaboram na problematização das gestões públicas, seus anseios, as dificuldades e em que condições os projetos foram efetivados.

As atas de seções da Câmara Municipal nos favorecem uma leitura desses acontecimentos e suas repercussões entre a população. Dessa maneira são fontes riquíssimas, que possibilitam não só a leitura da vontade do poder público, mas as dificuldades por ele encontradas para fazer valer suas regras, bem como as reivindicações populares. A vontade do poder público normalmente é materializada na forma de leis, para que na aplicação destas os objetivos sejam alcançados.

Uma das principais referências que demonstra toda a construção de uma maneira de urbanizar, de normatizar o espaço urbano, controlar o procedimento da população, são as edições do Código de Posturas Municipais. Para a compreensão do processo de urbanização da cidade no começo do século XX e das interferências desse processo no espaço das praças, foram analisados e usados como fontes os artigos da edição do Código de Posturas Municipais de 1915. Nesse sentido podemos perceber e interpretá-los como representantes de choques culturais, entre valores novos e velhos. A publicação dos Códigos de Posturas Municipais são frutos de documentos construídos historicamente, através de compilações e diversas discussões ao longo dos anos, até chegar a um formato de edição. Nas atas da câmara municipal que antecedem a publicação de 1915, aparecem diversos debates sobre fiscalizações e cobranças do *uso “das posturas municipais”* que já existiam, e sugestões de artigos a serem colocados na reedição dessas leis.

O uso das atas da Câmara Municipal e dos Códigos de Posturas de 1915 se justifica pela ausência de relatos sobre a cidade e a praça no começo do século XX. A maioria dos entrevistados relatou experiências vivenciadas partir da década de 1950, de forma que as fontes escritas foram usadas para melhor compreensão do contexto urbano e seu desenvolvimento.

Alguns artigos dos jornais trazem à tona como as leis eram recebidas, interpretadas e incorporadas pela sociedade. Era um órgão de notícias da cidade que na indignação dos seus artigos e crônicas, deu voz aos problemas urbanos. A particularidade e importância do jornal enquanto fonte se dá pela relação que este

estabelece com a população e a cidade. O jornal busca aproximar-se das questões pertinentes ao seu cotidiano, e a população recorre à imprensa para publicar os seus protestos, anseios e necessidades. São momentos que inúmeras representações sobre a cidade e viver da população vêm à tona, e se constroem por meio de um texto²⁶.

No caso dos jornais, são materiais produzidos por editores que defendiam algum posicionamento político, econômico e cultural, através dos quais ficam evidentes os aspectos que influenciaram em sua construção. No caso do poder público, ora defendido, ora criticado pelos jornais, conforme são estabelecidos os diferentes governantes, as suas ações no espaço urbano estão claramente evidenciadas nos noticiários. Mesmo nos momentos em que os editores adotam posturas críticas aos governantes, seus ideais de modernidade e progresso ficam claros, uma vez que se trata de pensamentos difundidos conforme suas épocas, incorporados pelos grupos sociais e transmitidos em suas narrativas.

Dessa forma os jornais são fontes que proporcionam embates. Nos jornais estão as propagandas, as ações e projetos do poder público. Ao mesmo tempo em que também são nos jornais que o clamor popular, suas reivindicações e cobranças acerca da eficiência do poder público estão manifestadas. Dessa forma os jornais proporcionam leituras acerca da dinâmica social urbana, marcada por diversos conflitos, disputas, transformações nos espaços geográficos, etc²⁷.

26. BALCÃO, Fábio. *A cidade das reclamações*. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.) *Cidades- Pesquisa em História: programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC – SP*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999, pg.230.

27 CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001, pg 8.



“ Nada que passa por aqui permanece ou volta como era antes. As motos, carros, pessoas que esperam ônibus e estudantes que voltam de festas embriagados nunca são os mesmos. Sempre estão com uma placa nova, uma cor diferente, um arranhado ou um companheiro novo. Até as casas que me cercam já não são as mais singelas e rústicas que outrora já foram. Nem mesmo os moradores, que me rodeiam e me observam, permanecem. Eu, uma simples flor, de um humilde arbusto, também participo desse fluxo com uma vida passageira”.

Ana Clara de Assis, flaneur.

CAPÍTULO I

A PRAÇA VERDE, SUAS HISTÓRIAS E ENCANTOS

1.1. OS SIGNIFICADOS DE UM LUGAR DE MEMÓRIA:

A Praça Barão do Rio Branco está localizada no Centro da cidade de Ponta Grossa, numa região comercial, próxima a lugares como a principal agência de Correios, o Calçadão Coronel Cláudio, e a Avenida Vicente Machado. A praça abrange 12998 m², sendo rodeada pelas Ruas Bonifácio Vilela, Saldanha Marinho, Augusto Ribas, Rua do Rosário e a Alameda Nadir João Albach, que atravessa em seu interior. Após o Complexo Ambiental²⁸, a Praça Barão do Rio Branco abrange o maior espaço físico dentre as praças do centro da cidade. Este é um dos motivos pelo qual sua trajetória esteve envolvida em diversos processos históricos e polêmicos durante as transformações e urbanização da cidade.

A atual composição da praça é resultado de um longo processo de rupturas e permanências, nos seus equipamentos, no cenário ao redor, nas maneiras de utilização desse espaço e no trato que o poder público tem destinado a ela ao longo do tempo. O cenário ao seu redor foi transformado nas diversas décadas de existência, nas suas instituições vizinhas, nos edifícios comerciais, na paisagem, etc. Dentre os edifícios que a cercam estão o Colégio Estadual Regente Feijó, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, o CEEBJA (antigo Colégio Santana e Colégio São Luís), o Edifício Princesa, a Loja Maçônica, e importantes estabelecimentos comerciais da cidade.

²⁸ Complexo Ambiental abrange uma área total de 67760 m².

Praça Barão do Rio Branco e Edificações - 2016



Mapa 1. Representação da Praça Barão do Rio Branco e as ruas ao seu redor. (Autoria: FRANCIS, Brendo)

Ao percorrermos a Praça Barão do Rio Branco podemos perceber a duração de instituições que ali estão instaladas à quase um século, outras de períodos mais recentes, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ao lado o Colégio Regente Feijó, algumas lojas, dentre elas a Livraria São Luís. Na Rua Bonifácio Vilela encontra-se o antigo CEEBJA (antigo Colégio São Luís), algumas lojas de armarinhos, o Edifício Princesa e o terreno do extinto Cine Império, conforme a representação do Mapa 2 e na Foto 1.



Foto 1. Vista da esquina entre as Ruas Bonifácio Vilela e Rua do Rosário, de onde é possível avistar na extrema direita o Colégio Regente Feijó, na sequência a Igreja Nossa Senhora do Rosário, o prédio da Livraria São Luís e outros estabelecimentos comerciais. (Autora: Cristiana Schilder, 2016).

Essa praça está localizada no núcleo original do comércio da cidade e tem sua existência marcada pela relação com esses estabelecimentos, no vai e vem dos clientes, no passeio dos funcionários nas horas de folgas e finais de expediente. Na Rua Saldanha Marinho, concentra-se um grande número de lojas de roupas e algumas de móveis, como o caso de uma das lojas Mercado Móveis, Ponto Frio e Lojas Cem. Uma das extremidades da praça esta voltada para o início do calçadão Coronel Cláudio, que é o lugar de muito comércio e movimentação popular, conforme a Foto 2.



Foto 2. Esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Augusto Ribas, onde está localizada uma das lojas da rede Mercado Móveis e na sequência outros estabelecimentos comerciais. (Autora: Cristiana Schilder, 2016).

Na esquina entre as Ruas Bonifácio Vilela com a Saldanha Marinho, há uma concentração comercial com lanchonetes e loja de artesanato que abriga também um monumento contemporâneo para relembrar o antigo terminal de transporte coletivo Ponto Azul. Em alguns dias da semana, é possível encontrar uma feira de artesanatos, promovida pela Casa do Artesão²⁹ (que fica aos fundos da praça, junto à estrutura da Concha Acústica), esta organiza e regulariza a venda de produtos artesanais produzidos pelos associados, conforme a Foto 3. Estão sempre presentes músicos andinos fazendo apresentações, taxistas, grupos de aposentados, estudantes, etc.

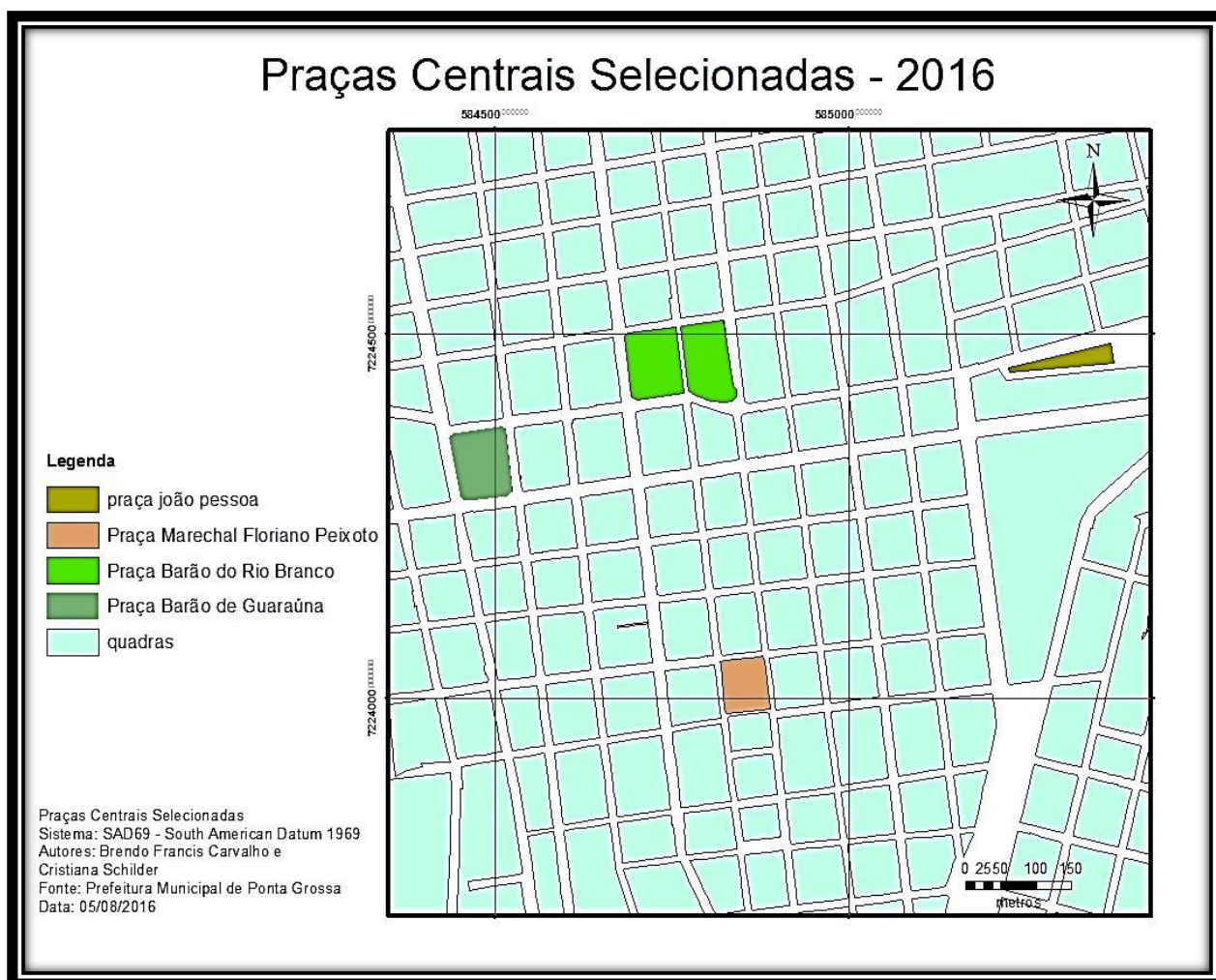
²⁹ A Associação dos artesãos de Ponta Grossa (Casa do Artesão) funciona desde setembro de 1989.



Foto 3. Feira artesanal que acontece todas as semanas de frente à rua Saldanha Marinho. Essa feira é organizada pela Casa do Artesão que também está sediada na praça anexada ao prédio da Concha Acústica. Nessa parte da praça que, ocasionalmente, estão alguns músicos andinos. (Autora: Cristiana Schilder, 2016)

A praça é um *lugar de memória* dentro da cidade e embora existam diversas outras praças especiais, cada uma possui sua singularidade, sua especificidade de acontecimentos únicos a ela, que a tornam referência dentro da lembrança da população. No caso do Centro de Ponta Grossa, onde existem três praças antigas (Barão do Rio Branco, Barão de Guaraúna e Marechal Floriano Peixoto) que estão localizadas geograficamente perto uma das outras, são marcadas pelas suas singularidades e particularidades de suas histórias e importância para a população.

O desenvolvimento histórico da praça pode ser percebido em fontes como os jornais, as fotografias, os álbuns da cidade, e nos depoimentos orais. A análise do conteúdo desses materiais nos proporciona perceber a importância desse lugar, os acontecimentos históricos a ele ligados, a transformação de sua paisagem e as memórias à ele relacionados.



Mapa 2. Representação do centro da cidade, em destaque a localização das praças. (Autoria: FRANCIS, Brendo)

A essência da memória social está no sentimento e na experiência histórica das pessoas ligadas a um elemento. Embora nos relacionemos muito mais com nosso universo particular, existem momentos em que a vivência individual é marcada pelo encontro com o âmbito social, em lugares de abrangência social. Cada indivíduo possui um olhar sobre a paisagem que contempla, assim como reflete dela uma sensação específica, entretanto, existem “pontos de concordância” quando as lembranças são voltadas para algo que realmente marcou uma época ou geração. O que legitima um lugar de memória, além da sua importância histórica, é a memória das pessoas a ele relacionadas.

“Certamente, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem alguns indivíduos em seus hábitos, perturbem-os e os desconcertem. O mendigo, o cego, buscam tateando o canto onde aguardam os transeuntes. O homem a passeio lamenta a perda da alameda onde costumava tomar ar fresco e se aflige ao ver desaparecer mais um detalhe pitoresco que o ligava a esse quarteirão. Um outro habitante, para quem esses velhos muros, essas casas decrepitas, essas passagens escuras e essas ruas sem saída, faziam parte de seu pequeno universo, e cujas lembranças se ligam a essas imagens, agora apagadas para sempre, sente que toda uma parte de si mesmo está morta com essas coisas e lamenta que elas não tenham durado, pelo menos tanto tempo. quanto lhe resta para viver.”³⁰

Como cita o autor, com a urbanização as transformações numa paisagem urbana são inevitáveis, e nela ficam as marcas do tempo. É um rumo inevitável para uma sociedade composta de mudanças tão rápidas, que descarta com tanta facilidade seus elementos e contempla com tanta paixão o novo e os *momentos de modernização*. Assim a paisagem de uma praça, normalmente, considerada *locus*³¹ privilegiada dentro das cidades, existentes desde os primórdios daquela localidade, são testemunhas de toda uma trajetória. Como acontece com a Praça Barão do Rio Branco.

Os problemas da preservação dos equipamentos históricos da praça e arredores são uma constante. Recentemente a Concha Acústica passou por um processo de restauração. Esse edifício, inaugurado em 1939 com a função de um palco aberto dentro da praça, também chamado de Coreto, abrigava concertos musicais, encenações teatrais, espetáculos de danças, discursos políticos, protestos populares, entre outros. O projeto mais recente aplicado no espaço era o “Sexta às seis”³², uma programação musical que acontecia toda sexta feira às dezoito horas, quando o público se reunia ali e os transeuntes davam uma pausa a sua rotina cotidiana e paravam assistir as apresentações de bandas musicais locais.

³⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968, pg. 95.

³¹ Locus: expressão grega para lugar privilegiado numa cidade.

³² O projeto Sexta as seis na Concha Acústica, funcionou de 1989 à 1992, e retomado entre 2005 à 2012. Após a restauração do edifício em 2015 os shows retornaram, contemplando os grupos musicais da cidade de vários estilos. Atualmente o projeto está sendo realizado na “Estação Saudade”, devido à reclamações dos moradores e atrapalho causado pelo barulho nas missas da Igreja do Rosário e nas aulas do Colégio Regente Feijó, segundo informações da Fundação Municipal de Cultura.

Em junho de 2013 um incêndio danificou e colocou a Concha Acústica em estado de degradação. Oito meses após o acontecido o jornal Gazeta do Povo publicou uma matéria sobre o espaço:

“Há cerca de um ano sem receber shows e espetáculos, a Concha Acústica Carlos Afonso Buch, no Centro de Ponta Grossa (Campos Gerais), **exibe marcas de abandono e vandalismo do alto dos 75 anos de existência**. A situação piorou muito quando moradores de rua provocaram um incêndio accidental em junho do ano passado. Por vários meses, um grande buraco no forro, causado pelas chamas, foi a imagem mais marcante de um palco que chegou **a receber cantores como Jair Rodrigues e Dóris Monteiro, o acordeonista Mário Zan e até um comício de Getúlio Vargas, então candidato à Presidência da República, em 1950.**”³³(grifo meu)

A matéria enfatiza o tempo de existência do prédio que nas últimas décadas passou a ser tão pouco utilizado pela população e Prefeitura. O incêndio e comprometimento de parte da Concha Acústica trouxeram uma série de discussões, reportagens, postagens em redes sociais de uma população que manifestou muitas lembranças e afetividade em relação ao espaço. Na época os jornais e telejornais noticiaram o estado em que ficou o prédio, assim como o processo de restauro. Esse também foi um momento marcado pelo afloramento das lembranças, quando diversas pessoas citaram nomes de artistas ou políticos famosos que tinham participado de programações na Concha Acústica. Como cita o jornal, existe uma lista bastante variada de personagens ilustres que marcaram suas passagens por ali.

Apesar de etapas burocráticas e marasmo por parte do governo municipal, oposto ao infeliz destino de tantos outros prédios importantes na cidade, a Concha Acústica foi reformada, recebendo um novo forro de madeira no palco, reparos e pintura e, após cento e vinte dias de obras, foi reinaugurada para o uso da população no dia 12 de setembro de 2015.

³³ KUBASKI, Derek. *A Concha Acústica calada pelo vandalismo e burocracia*. Curitiba: Jornal Gazeta do Povo, 23 de fevereiro de 2014.



Foto 4. Etapa de reforma da Concha Acústica, onde foi refeito o forro de madeira, a pintura e reparação de danos, em 2015. (Acervo Prefeitura Municipal de Ponta Grossa)

Dos diversos elementos pertencentes à praça a Concha Acústica denota um significado especial entre os frequentadores. Para os mais antigos ficaram as lembranças do intenso uso desse espaço. O coreto era usado nas programações cívicas, em feriados como Independência do Brasil, Tiradentes, Dia da Bandeira, Dia do Soldado, aniversário da cidade, Proclamação da República. O ato de se fazer comemorações cívicas é citado pelos entrevistados como uma das características que a cidade e a sociedade perderam com o passar do tempo. Como comenta a Sra. Roseli Mendes:

“Mas essa praça pra mim, me faz lembrar do tempo que eu dava aula, em que cada comemoração cívica a gente vinha aqui na praça. Todo dia do soldado, **dia da bandeira a gente trazia os alunos lá do bairro**, o ônibus ia buscar e as comemorações eram feitas aqui... ... eram mais as escolas municipais, por que nessa época eu trabalhava numa escola municipal... no dia do soldado, tanto é que hoje se você perguntar para um aluno ele nem sabe que dia é o dia do soldado. **A gente vinha no dia da bandeira e ficava aqui até meio dia, por que no dia da bandeira ela é hasteada ao meio dia.** Então a gente vinha assistir o hasteamento da bandeira e era cantado o hino... hoje nem sabem que existe o dia da bandeira”.³⁴

³⁴ Entrevista concedida por Roseli Mendes à Cristiana Ferreira Schilder em 18 de fevereiro de 2016.

Conforme o relato e as fotografias mais antigas, as comemorações cívicas na Concha Acústica envolviam de forma abrangente a população. No caso das escolas, em especial as municipais, existia um envolvimento tanto das instituições centrais quanto nas mais periféricas, afim de que todos participassem nesses momentos, a duração das programações eram bastante longas, com rituais a serem cumpridos.

Como espaço público as práticas lembradas estão ligadas às ações do poder público, visto que esse sempre foi um lugar de manifestações dos poderes instituídos e uma maneira deles tornarem-se visíveis na vida social. Assim, quando são relatados os momentos cívicos, políticos e culturais de alguma maneira o poder público está incutido com suas práticas. Atualmente a Fundação Municipal de Cultura, um órgão ligado à Prefeitura é responsável pelas atividades que acontecem na Concha Acústica.



Foto 5.Uma das comemorações cívicas feitas na praça, aos fundos está a Fonte Luminosa que ficava próxima da Concha Acústica. (Acervo de Denise Metynoski, sem data)

Para as gerações mais novas esse espaço é igualmente especial e remete a lembranças marcantes. São pessoas que tiveram suas vidas influenciadas pelo uso

mais recente da Concha Acústica e que embora não tenham vivenciado o citado “período cívico” desse espaço, conhecem-no por outras referências. A Sra. Rute Yummi Onoda, de 45 anos, moradora da cidade desde criança é integrante do grupo de “Croquis Urbanos” e escolheu a Concha Acústica para um dos seus desenhos, devido ao significado especial que para ela o lugar possui:

“ Tinha um fotógrafo lambe-lambe que sempre estava próximo ao “laguinho” (geralmente seco) com o cavalinho e a carroça. Pior que eu não tirei foto lá, mas sempre olhava a carroça... **sinto falta de encontrar o fotógrafo e a carrocinha lá.** ” (grifo meu)

E acrescentou:

“ O lugar mais importante e que deveria ser conservado é a Concha Acústica sem dúvida, e não só preservado, mas que haja mais música ali. Não precisaria ser apenas as grandes apresentações, mas que volte a funcionar escola Lyra dos Campos que funcionava ali. **Que o som reverbere por ali mesmo, nem que sejam só ensaios**”.³⁵ (grifo meu)

As lembranças remetem a algo que faz falta na paisagem da praça. Alguns profissionais que prestaram serviços na praça como o fotógrafo, o serviço de autôfalantes, carrocinhas de pipoca, sorveteiros, entre outros, estão muito presentes nas lembranças, especialmente as de infância. Dessa maneira, as memórias tornam esse espaço especial e buscam no tempo presente uma ressignificação e utilidade desse equipamento. Existe uma troca de relações uma vez que os significados desses espaços são transmitidos por meio das lembranças às novas gerações, ao mesmo tempo a transmissão da herança cultural necessita de equipamentos que cristalizem os significados dos lugares de memória³⁶.

³⁵ Entrevista concedida por Rute Yumi Onnoda à Cristiana Ferreira Schilder em 01 de fevereiro de 2016.

³⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968, pg. 214.



Foto 6. A Concha Acústica após reinauguração, recebeu o “Coro Cidade de Ponta Grossa” e outros corais no programa “Natal de Luz” em dezembro de 2015. (Acervo Fundação Municipal de Cultura)

As transformações urbanas são uma constante e dentro do espaço urbano o maior responsável pelas transformações e execuções de obras, ou pelo menos o agente articulador desses processos é o governo, pelas formulações das leis, das intervenções em espaços públicos, das construções de avenidas, aberturas de novos bairros etc. Portanto, as transformações urbanas vistas da praça são uma forma de perceber como o poder o poder público atua na cidade e como usa esses elementos para difundir sua perspectiva política.

A partir da trajetória histórica da praça é possível compreender momentos de mudanças na cidade. Num primeiro momento isso pode ser percebido na construção do terminal Ponto Azul, que no contexto do início da década de 1940 representava uma relação Centro-Bairros, quando a cidade atingiu um crescimento territorial e consequentemente houve a necessidade da instalação do transporte coletivo. Com o passar das décadas o Ponto Azul passou de um lugar de acesso à mobilidade a ser considerado um estorvo que atrapalhava a fluidez do trânsito. Em se tratando de

mobilidade coletiva na década de 1980, a realidade e o cenário da cidade estavam muito modificados com a movimentação de meios de transportes muito maior. A área urbana e contingente populacional haviam se multiplicado. Aliado a esse processo a praça surge nesse cenário como o espaço escolhido para que o governo demonstrasse sua eficiência, e a grandeza dos seus projetos.

Em 1982 na gestão do prefeito Luís Carlos Zuk(PDS)³⁷ o governo municipal investiu no projeto da construção de um terminal de ônibus na praça, da qual seriam retiradas todas as árvores para abrigar a área e edificação. Nessa época o terminal Ponto Azul³⁸ já havia sido demolido e existiam pontos de ônibus entorno da praça. Segundo os relatos de alguns entrevistados existiam dezenas de ônibus estacionados conforme as regiões da cidade de que pertenciam. O trânsito era feito no sentido horário, sendo possível contornar toda a praça.

Com o aumento da cidade, do fluxo de veículos e do número de linhas de ônibus, o governo municipal cogitou a ideia, especialmente porque o Terminal Interurbano da época estava localizado a duas quadras, na Praça Barão de Guaraúna. Naquele contexto, a Praça Barão do Rio Branco era o ponto mais movimentado da cidade, onde as pessoas de diferentes bairros se encontravam, por onde aqueles que vinham ao centro chegavam, trabalhadores seguiam a trajetória do serviço e alunos vinham estudar nos colégios. Na praça mais próxima, a Barão de Guaraúna, desembarcavam aqueles que chegavam de ônibus vindos das cidades da região. Dessa maneira o comércio e o fluxo dos veículos e pedestres nessa região eram bastante intensos.

A proposta gerou uma reação contrária por parte da população que contou com a organização de grupos, especialmente pela comunidade universitária. Os estudantes foram liderados por acadêmicos do curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa e criaram um órgão chamado CODEP (Comissão de

³⁷ Luís Carlos Zuk foi prefeito em Ponta Grossa entre os anos de 1977 e 1982.

³⁸ O terminal Ponto Azul foi demolido no final da década de 1970 segundo a justificativa de que a construção em formato de “gota” entreposta no encontro das ruas Engenheiro Schamber e Saldanha Marinho estava atrapalhando a mobilidade do trânsito que ficava cada vez mais intenso. Após a demolição do terminal os pontos de ônibus foram distribuídos ao redor da praça e ela continuou sendo uma referência nesse tipo de serviço.

Defesa da Praça Barão do Rio Branco) que tinha como proposta acompanhar os planos do governo e impedir que alterações fossem feitas no espaço da praça. Entre os organizadores e participantes do movimento também estavam alguns vereadores e políticos que não concordavam com a instalação do projeto. Os jornais³⁹ locais publicados entre os anos de 1981 e 1982⁴⁰ foram recheados de charges e reportagens anunciando a possível ação do governo municipal, assim como os temores que clamavam entre a população.

Então no dia 19 de abril de 1982, cumprindo ordens da Prefeitura Municipal, os operários deram início aos trabalhos de retirada das árvores com um forte esquema de escolta policial. Na época estava em voga no estado do Paraná o projeto chamado Curupira, que tinha por finalidade o incentivo à arborização dos espaços urbanos dentro do estado e a preservação de áreas ecológicas. A atitude do governo municipal trouxe à tona uma série de discussões ecológicas tanto no âmbito político, popular e entre os ambientalistas.

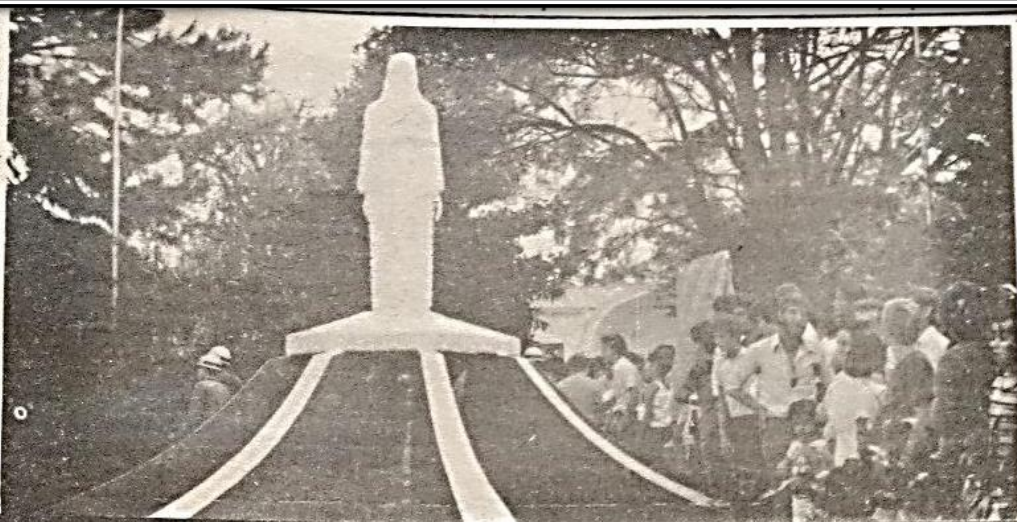
Além da situação revoltante em termos paisagísticos e ambientais, a historicidade do lugar também foi um elemento muito presente nos protestos. Isso por que, um fato que causou a fúria popular foi a realização da ação nas vésperas do feriado de Tiradentes, quando era tradição na cidade a comemoração a esse herói nacional ser feita dentro da Praça Barão do Rio Branco. As fotografias antigas demonstram que os feriados nacionais e religiosos eram muito celebrados na cidade com forte participação popular.

Nesse sentido os sentimentos relacionados à nostalgia, às tradições, história e à própria cultura da população foram transmitidos. O cronista do Jornal da Manhã usando um homônimo publicou na manhã⁴¹ seguinte:

³⁹ Foram consultados exemplares do Jornal da Manhã e Diário dos Campos.

⁴⁰ As críticas e reportagens sobre o eventual projeto e as proporções que a situação tomou estão presentes em exemplares dos periódicos a Gazeta do Povo, Diário dos Campos, Jornal da Manhã, A Notícia e na Revista Veja.

⁴¹ JORNAL DA MANHÃ. *De luto!* Ponta Grossa, Ano XXVIII, nº 9.531, 20 de abril de 1982.



DE LUTO!

De luto, a nossa Cidade,
depois do crime da Praça,
infame calamidade
para a Tradição e a Raça!

Árvores jazem no solo,
cadáveres vegetais...
são as vítimas do dolo
de autênticos marginais!

Na era da poluição,
que defende a Ecologia,
cortam a vegetação,
com cínica regalia...

Da Praça, que tem história
- pois é o Passado que a fez! -
destroem sua memória,
com chula desfaçatez!

Afrontam a Juventude,
que defende a Praça estóica,
não sabem da magnitude
dessa Mocidade heróica!

Desrespeitam a velhice,
cujo Passado não passa,
e cometem a sandice
de tudo fazer chalaça...

Vi, nas árvores trepando,
estudantes exaltados,
mulheres, eu vi chorando...
e os carrascos são vaiados...

Castro Alves exclamaria:
- onde estás, Senhor do Céu!
- por que tanta covardia?
- jamais vi tanto escarcéu!

Estamos em pleno caos,
em vez de amor há loucura,
pois aqui reinam os maus
sobre o berço e a sepultura!

Risquem do mapa do Estado
esse borrão infernal,
que suja o nosso Passado,
aviltando o nosso ideal!

(Aos carrascos)

Tiradentes está ali,
mirando a seiva a jorrar...
os carrascos, por aqui,
não matam, mandam matar!

Contra a Praça e a Mocidade,
com gente armada até os dentes,
lembram, em nossa Cidade,
os tempos de Tiradentes!

Proto-Mártir, vem, de novo,
no dia de tua glória,
dar Liberdade a este Povo,
a defender sua História!

Nossa Praça destruída
por esse crime, que enluta,
é um pouco de nossa vida,
morta pela força bruta!

Que se puna o crime insano
da Praça assim devastada!
há um só reparo a esse dano:
é a Praça ser replantada!

Lourival Santos Lima

O poema vem carregado de simbolismos que nos trazem a dimensão dos significados que a praça abrangia no âmbito social. Os *termos tradição, história, memória e passado* presentes no texto denotam que naquele momento a praça era considerada um *lugar de memória* dentro da cidade, com uma rotina composta de rituais, especialmente os cívicos que envolviam grande parte da população. As diferentes gerações são citadas, a mais nova como aquela que luta e vai às ruas reivindicar seus anseios e a mais velha como aquela que guardava a memória como um elemento envolto em laços frágeis.

A relação entre a luta que estava sendo vivida naquele momento e a trajetória de Tiradentes é citada o tempo todo, como se fosse um elo, um apoio de resistência. Apesar da ação ter acontecido nas vésperas do feriado que contempla o herói nacional, a presença da estátua dele na praça e todo o enredo histórico de comemorações a ele, reforçaram os laços com a luta pela liberdade e direito popular apregoados na Inconfidência Mineira. Dessa maneira, o herói nacional tomou uma proporção de herói local ao “testemunhar” a possível destruição da praça e de alguma maneira representar aquela resistência popular.

A praça foi construída com características de um jardim público e a relação da paisagem com a população representava uma ligação muito forte com os ideais ecológicos. Isso por que, além da dimensão histórica, a praça representa o maior espaço de arborização dentro do centro da cidade. A reação popular demonstra que além de uma memória construída através dos rituais cívicos e monumentos históricos que haviam sido vivenciados na praça, os significados desse lugar de memória também haviam sido construídos no relacionamento com a paisagem.

Conforme cita o poema, existia no estado do Paraná o projeto Curupira, que visava à proteção ambiental em áreas urbanas dentro do estado. Na contramão a esse processo o governo municipal, no auge da sua razão sobre “progresso” e mobilidade urbana articulou durante muitos meses para levar adiante seu projeto da construção do terminal de ônibus. O passado foi evocado como uma forma de resistência num jogo de relações de poder, pelo qual governo e população trocaram um embate intenso, deixando exposta como isso se desenvolve no cenário urbano e especialmente nos espaços públicos.

No dia 21 de abril de 1982, as edições dos jornais locais foram compostas de longas reportagens, charges e fotografias sobre a atitude tomada pelo governo municipal. O trecho a seguir relata de forma resumida o acontecido:

“ Confirmando o temor dos defensores da Praça Barão do Rio Branco, a Prefeitura Municipal iniciou, na manhã de ontem, por volta das 10:00 horas, o corte de árvores, para o início das obras do terminal de transporte de massa, contando para tanto, com a cobertura de um forte esquema policial, montado pelo Batalhão da Polícia Militar. Bastou que os operários mandados ao local pela Prefeitura Municipal, comessem a devastação, para que inúmeros populares, principalmente estudantes se cercassem do cordão de isolamento, montado pela polícia, tentando em vão, impedir a continuidade da ação das motosserras e machados, que ignorando o clamor popular, iam derrubando árvore após árvore.

Derrubado o primeiro lote de árvore, constante do cordão de isolamento inicial, passou a se verificar uma forte resistência contra a continuidade de desfiguração da Praça, **com estudantes subindo nas árvores, numa atitude extrema da defesa daquele patrimônio público. A partir daí começou a crescer a tensão, pois ao mesmo tempo que os homens da administração municipal insistiam em continuar derrubando as árvores, os policiais militares procuravam, com cassetetes em mãos afastar os populares, compondo desse modo um quadro preocupante.** Esse ambiente perdurou até por volta das 16:50 horas, quando chegou a confirmação de que o Tribunal de Justiça havia dado provimento a um Mandato de Segurança, impetrado pelos autores da ação popular, com o que ficou sustado o corte de árvores e qualquer outra ação modificadora total ou parcial do referido logradouro público. **Essa notícia apesar da grande derrubada já acontecida, encheu de alegria todos os presentes, que ansiosos aguardavam alguma medida, que viesse em socorro da luta que empreenderam em defesa da mais tradicional Praça de Ponta Grossa”.**⁴² (grifo meu)

O projeto foi levado adiante até o momento em que os jovens estudantes subiram nas árvores para impedir o corte de mais árvores. Ao todo quarenta e duas árvores de grande porte foram cortadas e parte da praça foi desfigurada. Esse dia ficou marcado na lembrança das pessoas *como “o dia que os estudantes subiram nas árvores”*. A tensão gerada pelo embate popular e governo municipal é lembrada como um marco da história contemporânea da praça:

“eu me lembro que era criança e meu pai tinha um escritório a duas quadras da praça. E de lá eu ouvia os gritos na praça, então eu fui ver o que estava acontecendo. Já era no final da tarde e a manifestação estava acabando, então os estudantes já tinham descido das árvores e todos os manifestantes estavam sendo presos naquele “porão” que fica embaixo da Concha Acústica. Nesse dia também foi feito o enterro simbólico do prefeito Zuk, então aqueles

⁴² JORNAL DA MANHÃ. *Prefeitura inicia derrubada de árvores na Praça e provoca forte reação popular*. Ponta Grossa, Ano XXVIII, nº 9.531, 21 de abril de 1982.

que não subiram nas árvores ficaram protestando embaixo com o caixão do prefeito... e tinha até vereadores que eram contra o corte das árvores que estavam junto protestando e que foram presos junto com o pessoal lá!”⁴³

E ainda:

“ quem liderou essa manifestação foram os estudantes, eles subiram nas árvores e impediram as máquinas da prefeitura de trabalhar... e eles ficaram lá por diversos dias, não sei quantos, mas eles ocuparam a praça e fizeram a prefeitura desistir da ideia de cortar as árvores... no final os estudantes foram vencedores”.⁴⁴

A ação da Polícia Militar designada pelo poder público deixou evidentes as relações de poder existentes naquele embate. A participação dos estudantes é citada o tempo todo como o grupo articulador e organizador dos protestos. Nesse sentido podemos compreender a atuação de um grupo que se uniu e trabalhou em defesa de um Patrimônio Cultural da cidade, embora alguns fossem bastante jovens e ainda não tivessem vivenciado a praça da maneira que os frequentadores mais antigos. Após os protestos e a desistência do governo em levar o projeto adiante, o CODEP solicitou ao 13ª Sub - Divisão Policial de Ponta Grossa o levantamento exato do número, proporção e espécie das árvores que haviam sido retiradas, assim como a reivindicação da reposição das mesmas, dos bancos e outros elementos da praça que foram danificados durante os protestos.

⁴³ Depoimento de Noemi de Paula Quadros concedido a Cristiana Ferreira Schilder em 04 de fevereiro de 2016.

⁴⁴ Entrevista de José Carlos Ferreira concedida a Cristiana Ferreira Schilder, em 06 de fevereiro de 2016.



Foto 7. Foto que está na capa da edição do Jornal da Manhã de 21 de abril de 1982. Através dela podemos compreender as proporções tomadas pelas manifestações, quando este ângulo demonstra uma moça que desmaiou durante os momentos de agitação e precisou ser amparada. (Acervo Casa da Memória)

A tentativa do governo em levar adiante a construção do terminal tomou proporções nacionais. Quase um mês após a ação, o assunto ainda foi abordado e noticiado pela Revista Veja⁴⁵, que trazia em sua matéria uma análise das consequências da atitude do prefeito para a sua carreira política. A matéria enfatizou a força das manifestações que contaram com mais de mil pessoas, e que foi determinante para comprometer Luiz Carlos Zuk (PDS) nas suas pretensões de candidatura a Deputado Estadual, nas eleições que seriam em novembro daquele

⁴⁵ JORNAL DA MANHÃ. *Revista Veja analisa o corte de árvores na Praça*. Ponta Grossa, Ano XXVIII, nº 9.551, 12 de maio de 1982.

mesmo ano. O prefeito perdeu o apoio do partido PDS no âmbito municipal e estadual.

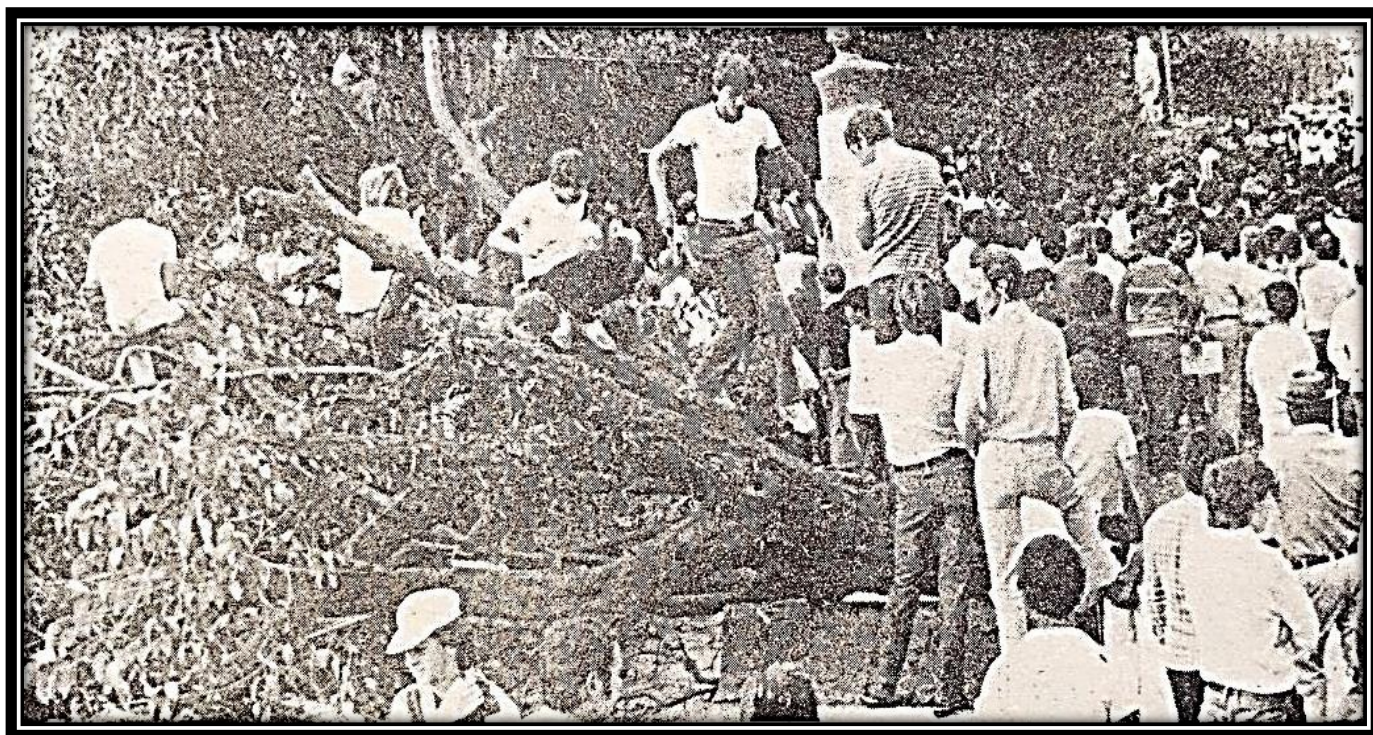


Foto 8. A imagem demonstra o aglomerado de pessoas em meio a ação de retirada das árvores. Alguns jovens usaram as árvores que foram derrubadas para subir em outras que queriam defender. Após a paralisação da ação algumas máquinas da prefeitura foram usadas inclusive para retirar os jovens que estavam em cima das árvores. Essa fotografia também compõe as reportagens do Jornal da Manhã, na edição do dia 21 de abril de 1982. (Acervo Casa da Memória)

As manifestações foram caracterizadas pela revista como de caráter ecológico com uma força inédita no Brasil. As medidas tomadas pelo prefeito de usar a força policial e até mesmo deter os manifestantes na Concha Acústica foram chamadas de “pecados” cometidos pelo prefeito, uma vez que naquele momento estava em crescimento a participação de movimentos ambientalistas nos partidos e discussões políticas.

As proporções tomadas pelo embate entre o poder público e a população denotam que os lugares públicos são palcos de constantes tensões. Assim como nesse caso a força popular ganhou grande representatividade e poder de influência, concomitantemente outros lugares são devastados pelos aclamados projetos, sem levar em consideração as representações históricas, de memória e simbolismos à

população. O terminal de ônibus foi transferido para um terreno que fazia parte do pátio ferroviário que estava sendo desativado na cidade. Nessa troca a praça foi poupada das intervenções, mas ao mesmo tempo o pátio ferroviário que deixava de ter sua função original, passou a sediar o terminal onde atualmente existe intenso fluxo de ônibus e um parque sinônimo da *modernização* da cidade.

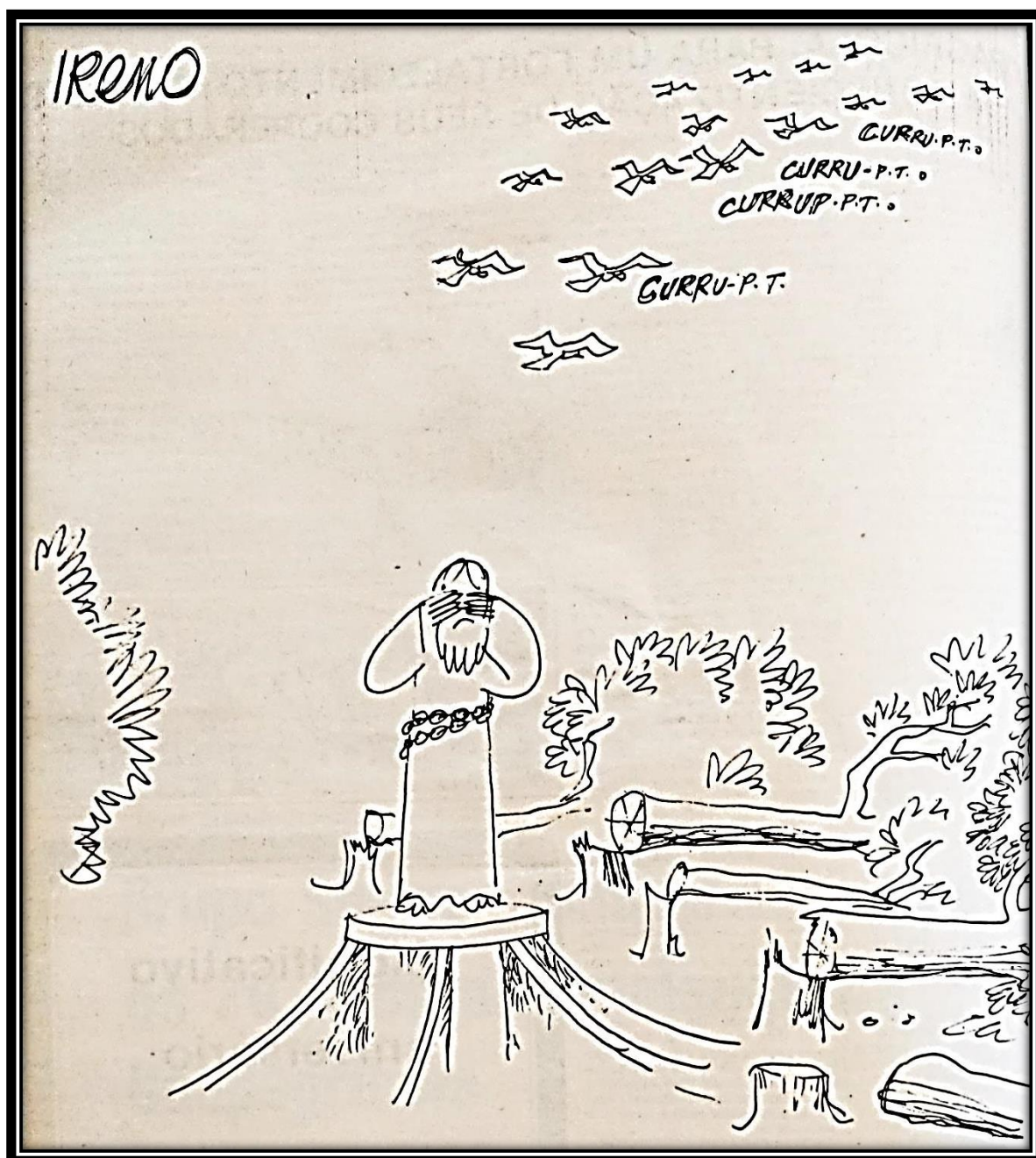


Figura1. A charge publicada no dia 21 de abril de 1982 pelo Jornal da Manhã, feita por Ireno José Guimarães traz a estátua de Tiradentes tampando os olhos para ver o que estava acontecendo, cercada pelas árvores derrubadas e no céu as pombas que ficaram sem árvores para habitar. A questão envolvendo as pombas foi muito comentada pela população, surgindo inclusive campanhas de proteção a essas aves. (Acervo Casa da Memória)

Um fator que causou comoção na população, muito comentado, principalmente nas charges, foi o destino das pombas que habitavam as árvores que foram derrubadas. A presença das pombas na praça havia se tornado parte desta e muito habitual à população. Além das questões ambientais, a pomba é um dos elementos presentes na bandeira de Ponta Grossa, por que é uma ave símbolos da origem da cidade. Esse simbolismo histórico também foi reavivado no processo de manifestações da Praça Barão do Rio Branco.

Durante o mês de maio de 1982 em várias edições dos jornais, as charges estiveram de forma crítica, irônica, melancólica, dramática etc., buscando, no uso das imagens, todos os simbolismos históricos, políticos, relações de poder e questões ambientais de que culminaram a ação do dia 21 de abril. Conforme a edição de 24 de abril de 1982, o significado das pombas é problematizado na charge:



Figura 2. Charge feita por Ireno José Guimarães, publicada em 24 de abril de 1982 no Jornal da Manhã. (Acervo Casa da Memória)

Nos meses e anos seguidos do acontecimento de 1982, permaneceram no meio da população as lembranças e um reconforto de que a praça havia sido preservada. Aos poucos a paisagem foi recomposta, mas também a movimentação

na praça diminuiu visto que o terminal de ônibus ficou pronto e o fluxo de passageiros transferido.

No ano de 1999 quando na gestão do prefeito Jocelito Canto⁴⁶ novas intervenções polêmicas aconteceram. Em abril daquele ano o governo municipal de forma silenciosa trabalhou num projeto de abertura de uma alameda que cortaria a praça ao meio. Segundo os jornais da época um projeto de revitalização da praça que incluía a abertura da alameda, a reconstrução do Ponto Azul (com finalidade decorativa) e da Fonte Luminosa, foi feito cerca de uma semana antes do prefeito decidir começar as obras. Para tentar evitar as polêmicas que tinham acontecido em 1982, o prefeito autorizou rapidamente que o plano fosse posto em prática, para que não houvesse tempo de reações.

No final da tarde do dia 29 de abril de 1999 os operários da prefeitura iniciaram a ação com o corte de algumas árvores e quebra das calçadas. Essa atitude gerou conflitos desta vez caracterizada por um âmbito mais político. A população aos poucos foi se aglomerando ao redor sem compreender o que estava acontecendo. Na edição do jornal do dia seguinte quando várias reportagens a respeito estavam sendo noticiadas, a arquiteta Sílvia Contin⁴⁷ responsável pelo projeto se pronunciou, esclarecendo os planos do governo municipal e salientou: *“o problema é que não teve tempo de apresentá-lo à comunidade... a preocupação do governo é melhorar o fluxo do trânsito no sentido bairro-centro, visto que temos poucas ruas que podem ser usadas nesse sentido”*.

O dia seguinte foi marcado por uma série de questionamentos ao governo, alguns cobrando o sigilo do projeto, outros indagando sobre a abertura da rua, outros incomodados com as questões ambientais. Mas o embate foi marcado pelo conflito entre os deputados Péricles Holleben de Mello (PT) e Plauto Miró Guimarães (PFL) que, mesmo sendo inimigos políticos, uniram-se numa ação contra o prefeito Jocelito Canto e a questão ganhou dimensão judicial quando os deputados pediram um liminar suspendendo as obras. Além da paralização das obras, o governo

⁴⁶ Jocelito Canto foi prefeito em Ponta Grossa entre os anos 1997 e 2000.

⁴⁷ Da Secretaria de Planejamento e Coordenadora do Plano Diretor do Município.

também foi multado em R\$ 1.000,00 reais pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) por que não tinham a autorização para o corte das árvores.



Foto 9. Imagem publicada no jornal do dia seguinte a ação da prefeitura, que demonstra as máquinas trabalhando na abertura da alameda. (Jornal da Manhã, 1999)

O prefeito pronunciou aos jornais argumentando que a abertura da rua era um “resgate histórico” dentro da praça, por que na sua origem ela possuía essa característica. Ele também comentou que não acreditava que o caso tomaria tanta repercussão visto que na semana anterior o projeto havia sido apresentado aos líderes do governo e da ACIPG, e que não considerava que a população não tinha sido informada a respeito das obras. As atitudes do poder público foram respaldadas pela classe empresarial da cidade que tinha interesse na abertura da rua, visto que poderia trazer muitos benefícios ao comércio da região.

Ele ainda citou que segundo a Lei Estadual nº 1.211 que trata de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, não havia nenhum impedimento para a realização da obra. Nessa época o Colégio Regente Feijó já era tombado como Patrimônio Histórico do Estado, e conseqüentemente a paisagem ao seu redor deveria ser protegida e preservada. O prefeito argumentou que as obras na praça não influenciariam no Colégio e que até trariam benefícios por que ajudariam na fluidez do trânsito⁴⁸.

A prefeitura venceu a batalha judicial e as obras foram retomadas. Nos dias seguintes foi trabalhado para que a obra fosse concluída o mais rápido possível. Em poucas semanas a rua estava aberta, pavimentada e com as calçadas nas laterais. O dito “resgate histórico” foi seguido à risca pelo prefeito, conforme comenta a professora Cleozy⁴⁹, *“ele colocou os postinhos semelhantes aos de época, assim como aquelas grades verdes entrelaçadas, conforme era na época... após receber as críticas ele veio até nós (Colégio Regente Feijó) pediu fotos de época e levou aos jornais para comprovar que estava falando a verdade sobre a divisão da praça”*.

Um dos argumentos que o governo usou para a realização do seu projeto era que a população ao redor como moradores e os comerciantes seriam muito beneficiados com a abertura da rua. Após o espanto inicial causado pela obra repentina e pelo embate entre os políticos a população assimilou o que estava acontecendo e formou sua posição a respeito do assunto. Então foram colocadas faixas nas árvores da praça que traziam mensagens de apoio ao prefeito.

⁴⁸ RODRIGUES, Eloir. *Jocelito inicia abertura de rua na Praça*. Ponta Grossa, Jornal da Manhã, 30 de abril de 1999.

⁴⁹ Entrevista concedida por Cleozy Santos à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.



Foto 10. Imagem publicada no jornal duas semanas após a abertura da alameda, que retrata uma faixa popular de apoio ao prefeito. (Jornal da Manhã, 9 de maio de 1999)

Na realização das entrevistas o assunto à abertura da rua é sempre trazido à tona pelos entrevistados e as opiniões são divididas. Os que moram nos arredores da praça consideram que a abertura da rua foi uma boa iniciativa que facilitou a saída e chegada das pessoas em casa, assim como de quem vai às missas na Igreja do Rosário, a chegada e saída dos alunos do Colégio e de quem vai em direção ao centro. Tem aqueles que consideram também que na rotina apressada que a população vive atualmente, o ato de passar de carros em meio à praça é uma oportunidade de reparar mais e estar na praça.

Mas vários depoimentos⁵⁰ trazem opiniões que discordam da existência dessa rua. Alguns termos como *“acho esquisito”*, *“nunca vi uma praça cortada ao meio”*, *“tiraram toda a identidade da praça”*, estão presentes na fala de quem não aceitou as alterações. Após dezessete anos da reabertura da rua alguns não se conformam com a existência dela e protestam com comentários, *“acabaram com a praça”*, *“com*

⁵⁰ Termos retirados dos depoimentos orais.

aquela rua lá ela deixou de ser importante”, conforme o comentário do Sr. José Carlos:

“ eu fui engraxate no Ponto Azul e naquele tempo a praça tinha muita vida... depois fizeram pontos de ônibus... aos poucos a praça foi perdendo a importância... depois que fizeram o terminal (atual) as pessoas agora ficam enclausuradas lá esperando o ônibus, naquele tempo não, todo mundo conversava e vivia a praça... agora a hora que a praça não significava mais nada pra prefeitura eles foram lá e abriram aquela rua, pra mim o significado daquela rua é: estamos acabando com a praça”.⁵¹

Nas expressões dos entrevistados aparecem posicionamentos compostos de diversas conotações. Alguns transmitem a nostalgia de um tempo que se perdeu, para outros a abertura da rua foi benéfica, outros adotam uma postura crítica de cidadãos que se sentiram incomodados em ver um espaço público ser modificado sem a participação popular. Entretanto as fotografias do começo do século XX e os relatos dos moradores mais antigos revelam que a alameda realmente existia em meio à praça.

Portanto, é possível compreender que as gerações que conheceram a praça após ela estar unificada desenvolveram uma relação com essa característica e que ainda se ressentem da reabertura da alameda. Através da reação dos entrevistados fica evidente que os significados da praça são construídos em *camadas*, que as transformações por ela vivenciadas ao longo de sua história são incorporadas conforme as diferentes épocas e gerações.

Em estudos geográficos recentes, nos termos morfológicos ela é classificada como uma praça *retangular binária* ⁵². Quando ainda não tinha uma formação como praça, no começo do século XX a atual rua que passa ao meio da praça era um carreiro muito utilizado para quem se dirigia ao centro e em direção à Igreja Matriz (Catedral Santana).

Essa característica foi determinante para a formação da praça, uma vez que à medida que ela foi construída as obras sempre foram compostas dessa divisão binária, ora desenvolveu-se uma parte e posteriormente a outra. Em 1950 na gestão do prefeito Joanino Carlos Gravina as duas partes da praça foram unidas e formaram um “único corpo”⁵³. Desde então a população havia desenvolvido a ideia

⁵¹ Entrevista de José Carlos Ferreira concedida a Cristiana Ferreira Schilder, em 06 de fevereiro de 2016.

de um espaço unificado, e por isso a reabertura da rua ainda é um assunto muito divergente entre os frequentadores da praça.



Foto 11. Na fotografia do começo da década de 1930 fica evidente a existência de uma rua em meio a praça, assim o nível de desenvolvimento de um lado em relação ao outro. (Acervo de Denise Metinsky)

Conforme as especificações do inventário⁵⁴, a praça é composta de dezoito espécies de árvores, algumas de grande porte e que, apesar das intervenções ao longo do tempo, são originárias da sua inauguração. Durante a existência da praça

⁵² EURICH, Zíngara Rocio dos Santos. As praças da cidade de Ponta Grossa – PR: arborização urbana, infraestrutura de distribuição espacial. Ponta Grossa: UEPG (Dissertação de Mestrado), 2014, pg.64.

⁵³ QUADROS, Gisele de Paula. (Des)construção do espaço verde em Ponta Grossa- PR. Ponta Grossa: UEPG (Dissertação de Mestrado), 2009, pg. 66.

⁵⁴ Verificar Anexo 1.

podemos visualizar em diversas fotos suas transformações paisagísticas e que atualmente compõem um cenário ímpar no centro da cidade⁵⁵.

As abordagens atuais sobre a praça trazem à tona e denotam as questões e atitudes relacionados à preservação do Patrimônio Cultural e à importância desse lugar na memória para a população. A praça foi transformada ao longo de sua existência, assim como o uso do seu espaço e daquilo que ela oferece foi resignificado. Essa característica a dota de simbolismo através do tempo, entretanto a preservação dos elementos e da memória são desafios constantes na conservação da praça.

À medida que a praça existe ao longo do tempo, sua importância e significados dependem da preservação da sua memória, dos seus equipamentos e das lembranças dos seus frequentadores. Isso por que os lugares frequentados por diferentes gerações não são apagados, mas sim dotados de novos significados que são agregados ao longo do tempo. Cada elemento, cada detalhe desse lugar tem em si mesmo sentidos, que muitas vezes são compreendidos apenas pelas gerações que usufruíram de profundo relacionamento com este.

A praça, assim como os elementos que compõem a paisagem ao seu redor, transmite a dimensão temporal e as transformações sofridas pela cidade, cada época foi marcada por um relacionamento popular específico com esse espaço. Os bate papo de alunos na saída da escola, as brincadeiras infantis no parque, os encontros para ir ao cinema, as programações da paróquia do Rosário, os usuários do Ponto Azul, os trabalhadores que percorriam sua rotina de trabalho, os equipamentos que denotavam progresso.

A praça é uma referência, tida como um dos *lugares de memória* mais importantes da cidade, visto que durante muito tempo sediou manifestações culturais da população pontagrossense, como as festas cívicas, religiosas, o *footing*, apresentações musicais e de teatro, e de um viver cotidiano. Dessa maneira ela pode ser considerada como “detentora” de uma representação simbólica e memórias que a legitimam de tal importância. Para Halbwachs, os *lugares de memória* são assim reconhecidos por que apesar da passagem do tempo, da sucessão de

⁵⁵ Morfologicamente a praça é classificada como retangular binária, abrangendo 12998 m².

experiências na vida das pessoas, os componentes dessa paisagem trazem às pessoas resquícios de um passado, de outro tempo do qual foram testemunhas:

“Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: **nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.** É sobre o espaço, sobre o nosso espaço -aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”.⁵⁶ (grifo meu)

A memória perdura-se nos lugares e está nela representada por meio de fragmentos do passado. Os *lugares de memória* são assim classificados quando prendem em si mesmo elementos produzidos em outras épocas, que foram ao longo do tempo dotados de diversos significados. Assim, cada *lugar de memória* é único, fechado em si mesmo aos seus acontecimentos e história, mas abertos as descobertas de diversos significados. O reconhecimento e a preservação dos *lugares de memória* como representantes do Patrimônio Cultural vão além da percepção dos seus valores simbólicos, mas dependem da compreensão do conceito patrimonial e de todas as relações ideológicas e políticas a ele envolvidas.

Durante muitas décadas do século XX a ideia de Patrimônio Histórico no Brasil esteve voltada para a preservação das obras de arte, elementos arquitetônicos e obras monumentais que eram pertencentes às classes dominantes, no caso a nobreza e governo. Nas últimas décadas do século XX, quando a própria noção de Cultura passou por reformulações nas Ciências Sociais, as discussões acerca da definição do Patrimônio Histórico foram reconsideradas.

Além das manifestações artísticas, os hábitos, costumes, crenças, formas de vida cotidiana da sociedade e sua memória, passaram a ser abrangidas pelo conceito. São reconhecidas enquanto componentes da cultura nacional, as danças, culinárias, costumes e tradições até então “marginalizadas”. A expansão das noções

⁵⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968, pg. 99.

culturais proporcionou a formulação do chamado Patrimônio Cultural, quando as dimensões intangíveis foram incorporadas por esse conceito.

A praça pode ser considerada uma representante do Patrimônio Cultural urbano a partir de sua trajetória histórica. A vida cotidiana ali representada, assim como os rituais cívicos, religiosos e populares dão a ela uma dimensão de singularidade cultural. Ou seja, pela sua trajetória histórica ela passa a ocupar no cenário urbano um papel único, representada pelos sentidos a ela atribuídos a partir dos significados que ela adquiriu pela população, conservados em seu meio material.

Além do viver cotidiano por ela representado, único em sua localidade e épocas, seus equipamentos são elementos que contribuem para esse papel. Alguns são representantes de estilos arquitetônicos de outrora, outros são memoriais e monumentos de homenagens a personagens, sua paisagem também construída historicamente, são exemplos de aspectos da praça que atribuem a ela um papel cultural. Esses aspectos poder ser sentidos em formas físicas como a Concha Acústica por exemplo, assim como no âmbito imaterial, como o *footing* e o cotidiano no Ponto Azul. Dessa forma, sua importância pode ser compreendida nos âmbitos materiais e imateriais:

“Recentemente construiu-se uma nova qualificação: o “patrimônio imaterial” ou “intangível”. Opondo-se ao chamado “patrimônio pedra e cal”, aquela concepção **visa a aspectos da vida social e cultural** dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais.

Nessa nova categoria estão **lugares**, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. **Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações**”.⁵⁷ (grifo meu)

A preservação é proposta no reconhecimento dos diversos tipos de memória relacionados à praça, contemplando não somente aquela oficial que encontraríamos nos jornais nos dizendo os feitos do poder público. Existe uma

⁵⁷ ABREU, Regina. *A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio*, pg. 28. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009;

busca por sentir as lembranças e sensações de um grupo bastante variado, de gente que vive ou viveu a praça em seu cotidiano. Quando a memória dos frequentadores da praça é percebida, o espaço da praça é quem ganha legitimação e acompanhamento das suas permanências e transformações.

1.2. AS SENSações DE UM LUGAR DE MEMÓRIA:

Atualmente o que se encontra na Praça Barão do Rio Branco, é uma concentração de monumentos de períodos diferentes justapostos dentro do espaço físico da praça. O monumento de comemoração ao Centenário da Maçonaria⁵⁸ em Ponta Grossa, inaugurado em 1997; o busto da professora Judith Macedo Silveira⁵⁹, em 1951; a estátua em homenagem a Tiradentes⁶⁰ em 1972; e a placa em homenagem ao Maestro Paulino Martins Alves⁶¹ em 2003. E também o Memorial Ponto Azul em 2004.

⁵⁸ A Loja Maçônica em Ponta Grossa existiu em frente a praça desde 1897, portanto na comemoração do seu centenário na porção da praça que esta voltada para esse estabelecimento foi construído o memorial, que traz um homem lapidando pedras, representando a força física e o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelo homem.

⁵⁹ A professora Judith Macedo Silveira foi uma das docentes mais importantes em Ponta Grossa que trabalhou no Colégio Regente Feijó e no Liceu dos Campos Gerais.

⁶⁰ As homenagens a Tiradentes eram realizadas na praça desde a década de 1930. Somente na década de 1970 foi construída uma estátua em sua homenagem. Quando foi feita ela possuía um “pedestal” bastante volumoso e ela ficava localizada bem ao meio da praça. Com a reabertura da alameda ela perdeu sua base e foi deslocada a outro espaço dentro da praça.

⁶¹ O maestro Paulino Martins Alves foi regente da Banda Lyra dos Campos e durante muito tempo esteve a frente das apresentações na Concha Acústica.



Foto 12. Monumento de Centenário da Maçonaria, de 1997, está localizado em frente a rua Saldanha Marinho. (Autor: Luciano Paiva, 2016)

O parquinho infantil encontra-se cercado para evitar a entrada de animais, no seu interior é possível visualizar alguns brinquedos, como balanços, gangorras, giradores e escorregas. Os chafarizes encontram-se danificados. Permanecem vazios, devido a problemas de manutenção no equipamento que bombeia a água. Até mesmo o chafariz do obelisco do Memorial Ponto Azul encontra-se desativado por motivo de vandalismo cometido na praça. Também no espaço físico da praça, encontram-se três pontos de parada de táxi e duas bancas de revista “Banca Ponto Azul”.⁶²

Os atuais frequentadores da praça são representantes de diversas faixas etárias, classes sociais e tipos de usos desse espaço. Pelo menos três vezes ao dia estudantes chegam e saem do colégio, e após as aulas ficam na praça conversando ou namorando; os párocos da igreja vão as missas fazer sua devoção; os

⁶² BISCAIA, Elaine de Oliveira. *Funcionalidade das áreas verdes urbanas em Ponta Grossa – PR: o caso das praças Marechal Floriano Peixoto e Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de Conclusão de Curso), pg. 46.

aposentados reúnem-se em rodas de conversas; alguns esperam ônibus num ponto interurbano; os trabalhadores dos arredores seguem suas rotinas de trabalho; os transeuntes que passeiam pelo centro passam pela praça ou param ali para um descanso e os pais levam os filhos ao parque infantil. Esses são alguns dos exemplos dos frequentadores da praça, que dão a ela o ritmo atual, a vida e participam de um novo processo de significação desse espaço.



Foto 13. O parque infantil, em 2016. (Autor: Luciano Paiva)

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa várias pessoas colaboraram com seus depoimentos, expondo aquilo que lembravam e o que pensam do atual estado de conservação da praça. São pessoas de diferentes faixas etárias, profissões, moradores ou não dos arredores da praça. Alguns depoimentos foram colhidos na praça, por opção dos entrevistados que queriam estar lá para “reavivar” suas lembranças, assim como outros que costumam estar nos bancos da praça, observando o movimento, batendo papo com colegas. Quando pensamos que a memória é algo construído no presente, sob a ótica do presente, remetendo a

flutuações e nuances do passado, temos como resultado um material (depoimentos) carregado de simbolismos e sensações que os entrevistados nos transmitem sobre a praça.



Foto14. O espelho de água com equipamentos para chafariz e que não está em funcionamento.
(Autor: Luciano Paiva, 2016)

A relação entre os estabelecimentos comerciais, moradores e frequentadores das instituições (escolas, igreja etc.) ao redor fica evidente. Isso por que, na impressão de que *“meu depoimento não vai ajudar em nada, por que eu só passava por lá para ir a tal lugar”*, comumente dito pelos entrevistados, não lhes dá a noção de que aquilo que eles relatam de maneira subjetiva é de grande importância e transmite o significado daquele lugar. Outra expressão *“eu só vivenciei tal momento na praça, não sei contar a você nada sobre a história dela”*, não dá as pessoas a consciência da importância que momentos foram esses e que dos quais são testemunhas.

Nas nuances da memória, a partir da junção de diferentes depoimentos é possível compreender elos em comum, resquícios de momentos que “ficaram para a história” e que nos são transmitidos de maneira tão singela. Nas palavras de Ecléa Bosi *“A narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o “em si” do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa.”*⁶³. A memória é uma atividade de reconstrução do passado, através da rememoração com referências contemporâneas. Nas lembranças dos entrevistados ficam evidentes suas posições enquanto agentes sociais.

A perspectiva de memória social ou coletiva é entendida pensando no indivíduo como um ser social, uma vez que desde o nascimento está inserido em grupos. Dessa maneira a memória individual tem sempre um fundo social e coletivo, do seu e de outros grupos. Afinal, o que significa ou significou estar na praça, passar por ali, descansar ou, ainda, tê-la como uma referência importante na cidade?

Os aposentados destacam-se na praça por estarem ali quase todos os dias. A maioria pertencente ao sexo masculino com faixa etária entre sessenta e oitenta anos entendem que estar na praça é uma maneira de manterem vivas as amizades e lembranças nas rodas de conversar entre amigos. São lembranças com gosto da infância, de crianças que se encantaram com uma ou outra característica da paisagem. Ao transmitir as lembranças de tempos de diversão estão preservadas as noções de processos de modernização, de relações sociais, de sistemas culturais de outros tempos, dos quais os idosos conseguem ter um distanciamento temporal para compreender.

Ao dialogar com aposentados que frequentam a praça, ficam expostas as marcas e referências que este espaço tem em suas vidas, quando em outros tempos ajudaram a construir ou participaram de uma cidade que se perdeu no tempo. Todos têm suas próprias experiências, marcas de uma vida de trabalho, estudos, expectativas e incertezas que se mesclam as lembranças sobre a praça, uma vez que para eles ela não significa somente um lugar de lazer, mas o trajeto de volta para casa, de ida a escola ou até mesmo seu local de trabalho.

⁶³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (3ª ed.) São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1994, pg. 88.

As experiências dos entrevistados são marcadas por lembranças como daquele que foi engraxate no Ponto Azul e que num período muito difícil de sua vida a praça era sinônimo de sustento e esperança; daquela qual o pai era funcionário da prefeitura responsável pela praça e que em meio ao expediente ia até lá para vê-lo; daquele que tinha um irmão que já faleceu e que se emociona ao lembrar que este era um fotógrafo que também trabalhava na praça; ou ainda daquele se orgulha em dizer que foi uns dos primeiros músicos a fazer música ao vivo na cidade e que usufruiu muito do palco da Concha Acústica. Dessa maneira, os relatos transbordam experiências de vida, não se trata de contar a história da praça, mas sim atribuir a ela seus devidos significados a partir de vivências. São personagens que nos dias atuais quando passam pela praça “captam no ar” as sensações de um lugar de memória e transmitem em seus relatos.

Os acontecimentos dizem muito a respeito de que tipo de sociedade tem sido construído e quais os valores e reivindicações são por ela prezadas. A relação histórica construída entre o espaço e uso da praça com o Colégio Regente Feijó é marcada de uma forma muito especial por diversos acontecimentos. Quando foi fundado em 1927 o Colégio Regente Feijó funcionava em outro lugar, que atualmente abriga o Centro de Cultura de Ponta Grossa. Com a expansão do Colégio o prédio localizado em frente à praça, que era ocupado somente pela Escola Normal passou a abrigar a estrutura colegial.

Somente em 1939 o Ginásio Escolar ocupou definitivamente o atual prédio do Colégio Regente Feijó. Naquele contexto, a praça estava sendo construída pelo prefeito Albary Guimarães e a porção que está localizada em frente ao Colégio era usada para as aulas de Educação Física. Durante alguns anos essa relação colégio - praça ficou estabelecida até que as obras na praça foram progredindo e ela passou a ser ocupada para diversas finalidades. Então o Colégio deixou de usar o espaço da praça para suas aulas.

Um dos momentos históricos foi numa ocasião em que a praça foi ocupada pelos professores, funcionários e alunos do Colégio Regente Feijó em junho de 1999, quando a estrutura do prédio escolar estava muito comprometida e precisou ser interditada. Naquele momento existiu uma tensão nas pessoas que usufruíam do colégio e até mesmo da sociedade, sob o risco do prédio não ser restaurado e ruir.

Então após a interdição os alunos foram transferidos para o Ginásio de Esportes Oscar Pereira, onde havia sido improvisadas as salas de aulas.

Mesmo com as instalações arranjadas para o funcionamento do Colégio, o grupo a ele pertencente não deixou de pressionar o governo municipal e estadual quanto às obras de recuperação do prédio. O Colégio mais tradicional da cidade, que marcou muitas gerações era tombado⁶⁴ como Patrimônio Cultural pelo governo do estado. Durante o período de indecisões acerca da recuperação, foram feitos protestos e faixas foram colocadas em frente ao Colégio e também na praça. O uso da praça para colocar faixas em apoio ao Colégio é uma prática feita até dos dias atuais.



Foto 15. Manifestação dos funcionários, professores, alunos e da comunidade em frente ao Colégio no dia em que foi anunciada a sua interdição pela Defesa Civil. Fotografia da edição do Jornal da Manhã no dia 26 de junho de 1999.

⁶⁴ O Colégio Regente foi tombado como Patrimônio Cultural do Paraná em 1990.

Nas edições dos jornais durante o restante do ano de 1999 e em 2000 são repletas de reportagens que acompanhavam a situação de recuperação do Colégio. Durante esse processo também foram colocadas diversas faixas nas árvores da praça que clamavam pela recuperação do Colégio e exaltavam sua importância para a cidade. O fato do Colégio ser tombado pelo patrimônio reforça sua relação com a praça, quando essa é entendida como pertencente à paisagem ao redor do edifício e portanto, componente da sua estrutura. São raras as fotografias recentes ou de época que não demonstrem essa relação.



Foto 16. Fotografia da década de 1930, que demonstra a proximidade entre o Colégio Regente Feijó e a praça Barão do Rio Branco. Nessa ocasião a praça ainda não possuía árvores e o parque infantil era recém-construído. (Acervo de Denise Metynoski)

Conforme comentou a professora Cleozy que leciona no Colégio há muito tempo e foi durante treze anos diretora da instituição:

“nós (Colégio) sempre tivemos uma relação muito próxima com a praça, assim como com a Igreja do Rosário. Lembro-me da ocasião em que o Colégio estava interditado e que o padre cedeu a igreja para fazermos nossas reuniões. Então íamos lá os professores e tomávamos conta da nave da igreja. Assim como a praça foi ocupada diversas vezes por alunos ou professores em ocasiões específicas, além da rotina que já existe todos os dias”.⁶⁵

O ir e vir no cotidiano do Colégio começa e termina na praça, quando a maioria dos alunos vindos do terminal central, atravessam o calçadão Coronel Cláudio e a praça para chegar ao Colégio. Segundo informações da administração escolar, o público atendido pelo Colégio Regente Feijó é bastante diversificado e concentra alunos de várias regiões da cidade. Mesmo no período que o Colégio esteve interditado, o governo disponibilizou ônibus para que buscassem os alunos no Ginásio Oscar Pereira e os trouxessem ao centro. Dessa forma, mesmo com o ausência de aulas, os alunos mantiveram o contato e a circulação pela praça no ir e vir das aulas.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário também tem sua imagem muito relacionada à praça Barão do Rio Branco. Além da sua presença arquitetônica e institucional é um dos momentos mais marcantes do dia para quem trabalha, mora ou circula pelos arredores, é quando todos os dias ao meio dia e às dezoito horas são badalados os sinos da Igreja do Rosário. É um som que ecoa pela paisagem da praça, composta de grandes árvores que praticamente encobrem a visão das torres da igreja. Para a vizinhança e os trabalhadores ao redor, num final de tarde significa o encerramento do expediente de um dia de trabalho e então começa um trânsito maior de pessoas e veículos em busca da trajetória de volta para a casa. Normalmente são ecoados sons de sinos, da Ave Maria e em dezembro as músicas natalinas.

A programação da igreja é bastante intensa, com missas três vezes ao dia, uma às sete horas da manhã, outra ao meio dia e a última às dezessete e trinta, quando os sinos ecoam às dezoito horas a missa está sendo encerrada. Além das missas existem outras programações extras que são realizadas em dias e horários

⁶⁵ Entrevista concedida por Cleozy Santos à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

esporádicos. Por estar na região central da cidade, as missas na Igreja abrangem pessoas além da comunidade habitual:

“as missas de meio dia durante os dias de semana são as mais movimentadas, eu percebo que vem muita gente de fora, pessoas que são de outros bairros e que trabalham aqui no centro de vem na missa... assim recebemos muitos visitantes na igreja... outra coisa que acontece uma vez por mês é o grupo da Legião de Maria que se reúne na praça para rezar o terço, é no período da tarde e depois eles seguem para a missa”.⁶⁶

As missas mais tradicionais são realizadas aos domingos, uma às oito e outra às dez horas da manhã. Na época em que a praça era intensamente utilizada pela população, as lembranças relacionam o uso desses elementos:

“nós íamos para a missa com uma Kombi cheia de irmãos, primos e tios... então nós assistíamos a missa das oito horas da manhã e quando acabava íamos correndo para a matinê do Cine Império que começava às dez... (risos)... e só após o cinema íamos para o almoço de domingo em casa.... mas existiam diversas famílias que se programavam para passar o dia na praça, isso era muito comum naquela época... então o pessoal vinha para missa com a família e ficavam na praça até de tarde.”⁶⁷

As lembranças denotam um viver composto de hábitos de um tempo que passou. Um tempo em que o ritmo urbano, a relação das pessoas com o meio social e os aspectos culturais eram outros. A dimensão temporal, a relação entre passado-presente, assim como os benefícios e malefícios da modernidade compõem a fala dos personagens. Com o passar do tempo, a relação entre a praça e “suas” instituições foi marcada por permanências e rupturas, que podem ser percebidas por alguns rituais realizados.

Os feriados santos sempre foram muito comemorados na Igreja do Rosário, com procissões e festas. Momentos que também ficaram registrados em fotografias e nas lembranças da população foram os cortejos fúnebres de personagens importantes da cidade, que eram feitos com muita pompa e acompanhados por muitas pessoas. A sra. Nede Pillati que mora no Edifício Princesa e é diaconisa na Igreja do Rosário salientou:

⁶⁶ Entrevista concedida por Nede Pillati à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

⁶⁷ Entrevista concedida por Cleozy Santos à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

“ para mim um momento sempre muito bonito que eu considero o mais importante é quando na Paixão de Cristo sai uma procissão lá da Catedral e eles descem a rua Santana, atravessam a rua no meio da praça e terminam aqui na Igreja do Rosário, e então a missa é realizada aqui... no feriado de Nossa Senhora de Santana (padroeira da cidade) é feito o trajeto contrário e a celebração é feita lá... isso sempre foi feito, é algo tradicional entre as duas paróquias.”⁶⁸

Outro elemento ligado à religiosidade é a livraria São Luís, conhecida por oferecer artigos religiosos, especialmente os do Catolicismo, para toda a Diocese de Ponta Grossa. A livraria, que surgiu como um anexo do Colégio Santana passou a ocupar o espaço ao lado da Igreja do Rosário e de frente à praça desde 1947. A livraria representa o comércio mais tradicional do redor da praça, sendo uma referência. Quando questionados sobre a importância da localização da livraria, os funcionários comentaram que lembravam a ocasião dos protestos e polêmicas envolvendo o corte das árvores na década de 1980, assim como já acompanharam muitas programações feitas na Concha Acústica.



Foto 17. Visão de frente da Igreja do Rosário, vista da praça. (Autora: Cristiana Schilder, 2016)

⁶⁸ Entrevista concedida por Nede Pilatti à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

Sob a perspectiva daqueles que convivem diariamente com praça, especialmente os moradores, as mudanças na paisagem são percebidas de forma tímida. As lembranças são sempre povoadas da função passada que a praça teve, quando ela era o lugar simbólico, que dava naquele tempo uma dimensão de centro da vida social da cidade. O presente é visto com desilusão, transmitido nos comentários sobre os elementos arquitetônicos ao redor e desgastados pelo tempo, dos quais não se sabe precisar o futuro e nem criar expectativas sobre eles.

O Edifício Princesa é o mais antigo e que possui maior número de moradores entre os prédios que rodeiam a praça. Quem habita na sua porção frontal contempla todos os dias uma visão panorâmica da praça. Para quem mora aos arredores a convivência com a praça tornou-se algo “normal” e “rotineiro”. Alguns classificam a praça como algo que “não prestam muita atenção”, entretanto para outros faz toda a diferença morar próximo a uns dos poucos espaços arborizados do centro da cidade.

Para o Sr. Sady Sâmara⁶⁹ *“a praça perdeu todo seu significado, por que hoje representa um modelo antiquado e que precisa de uma modernizada”*, ele ainda comentou que *“nos tempos em que ela era frequentada, ela era muito mais cuidada, hoje está degradada e o principal problema são os cães abandonados”*.

Outra moradora do edifício, a Sra. Nede Pilatti⁷⁰ comentou, *“ela ficou muito linda enfeitada para o Natal, espero que para a Páscoa eles (a prefeitura) façam alguma coisa também”*. As interferências do poder público no espaço são acompanhadas, percebidas e esperadas. A espera é por melhorias que tragam conforto à população, que podem ser entendidas como pequenas intervenções, na iluminação, em bancos, flores e enfeites, etc.

⁶⁹ Entrevista concedida por Sady Sâmara à Cristiana Ferreira Schilder em 01 de março de 2016.

⁷⁰ Entrevista concedida por Nede Pilatti à Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

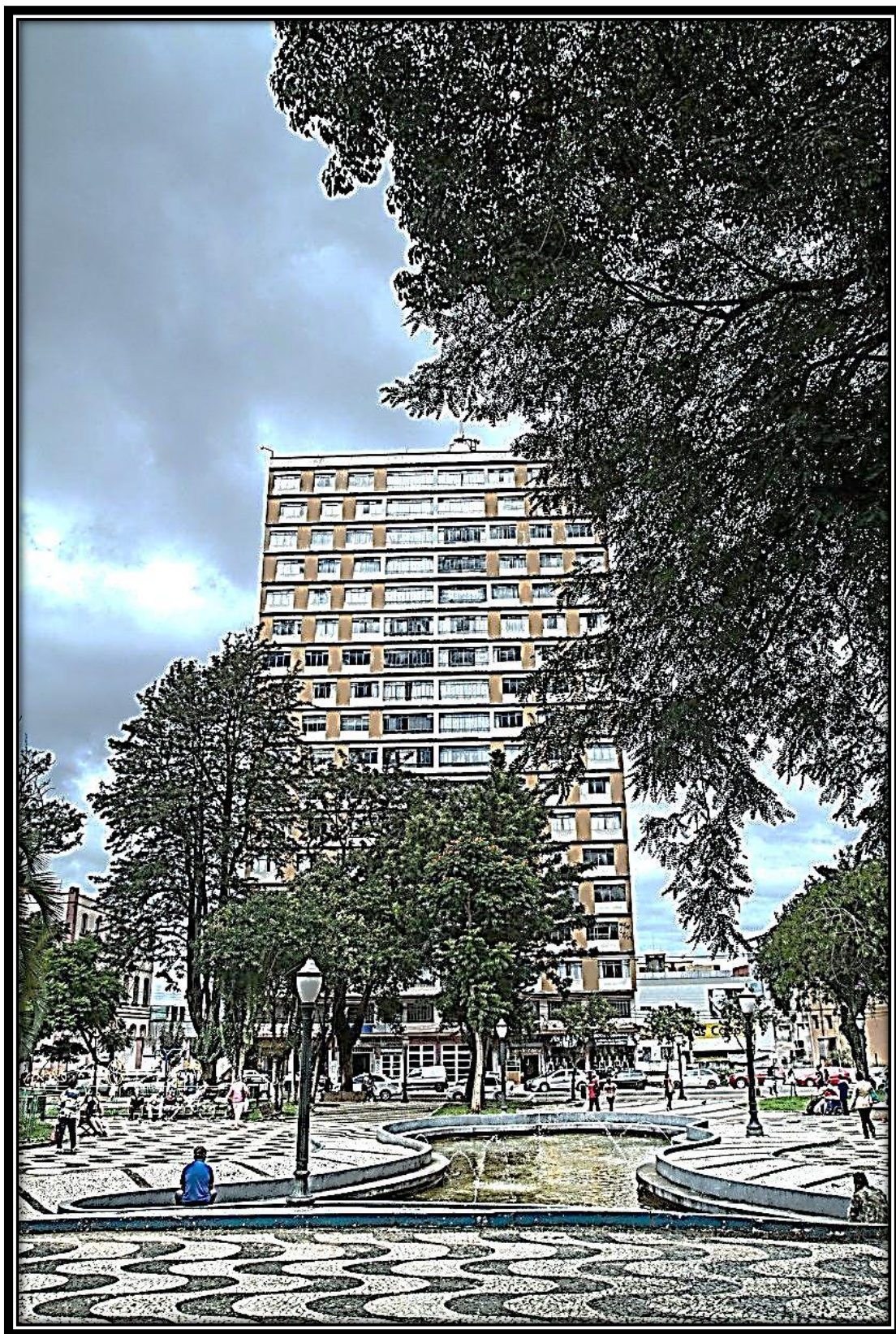


Foto 18. A fachada do Edifício Princesa. O prédio foi construído em 1965 e há cinquenta e um anos compõe o cenário ao redor da praça. (Autor: Luciano Paiva, 2016)

A Sra. Déa Backmann⁷¹, moradora do Edifício Marieta, que está localizado a duas quadras da praça, observou que durante muito tempo não usou passa pela praça por considerar um lugar muito escuro e mal frequentado. Mas completou que, a partir das novas instalações na iluminação, ela, uma senhora de oitenta e quatro anos de idade, atualmente gosta muito de passar pela praça.

As sensações ressaltadas nos depoimentos são marcadas por aspectos muito individuais das relações de memória, dos sentimentos e do uso que os entrevistados fazem da praça. Entretanto, analisando pontos comuns, é possível traçar alguns panoramas sobre as sensações e representações da praça. Em relação ao uso da praça ficou evidente que sua principal função é a de lazer dos seus frequentadores, para conversas com amigos, para passeios familiares, para levar os netos ao parque infantil, entre outros exemplos.

O segundo motivo de uso da praça é como rota de passagem, de caminho ao trabalho, ao colégio, à igreja, às compras, enfim função essa que pode ser representada por moradores do redor, assim como por pessoas de outros bairros.

A terceira função da praça é como um lugar de trabalho e nesse cenário estão inclusos vendedores ambulantes, feirantes de artesanato, taxistas, proprietários das bancas, entre outros.

O atual estado de conservação da praça gera controvérsias. Alguns concluem que a praça atrai por suas árvores que proporcionam um ambiente natural, que produzem sombras, que transmite sensações de paz e tranquilidade, um ambiente que quebra a agitação das ruas ao redor. As lembranças que ali são realçadas também é um dos motivos citados pelos entrevistados pelo qual vão até à praça, as lembranças da infância, dos familiares, dos grupos sociais e de um viver cotidiano são muito acariciadas pelos idosos.

Entretanto, alguns enfatizam que acham importante a manutenção da limpeza e podas das árvores da praça. A sujeira causada pelas árvores, pelos pombos e os muitos cães abandonados são apontados como um dos problemas. A limpeza da praça foi citada pelos entrevistados como a maior necessidade no momento, para

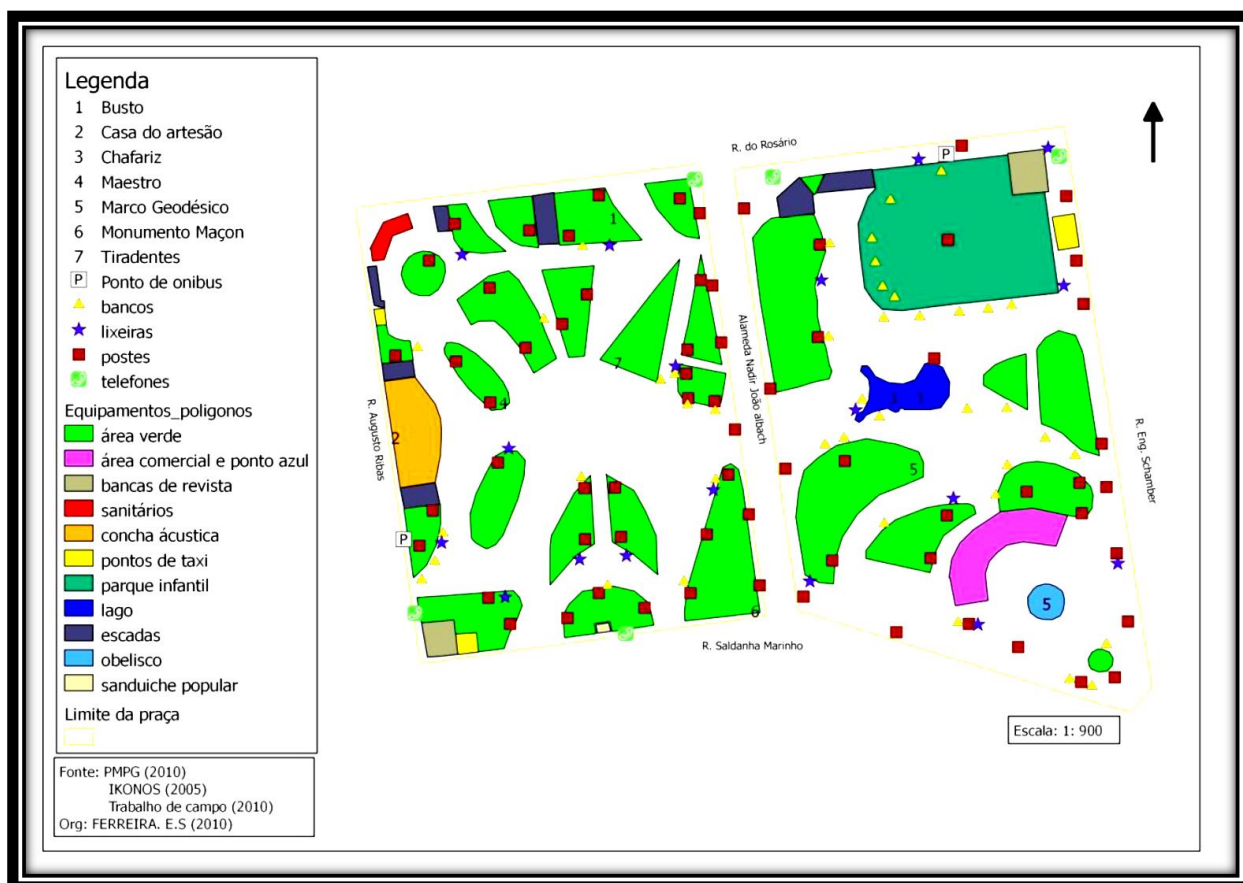
⁷¹ Entrevista concedida por Déa Backmann à Cristiana Ferreira Schilder em 18 de fevereiro de 2016.

que se preserve um lugar agradável para usufruto da população e sem riscos de transmissões de doenças.

A atual gestão do governo municipal tem feito intervenções de conservação e revitalização da praça. Uma das ações foi podar algumas árvores de grande porte. Isto foi visto com bons olhos pelos moradores do redor e frequentadores da praça, uma vez que ela era percebida como um lugar muito escuro e úmido e que após a poda a iluminação solar está fluindo melhor. Outro aspecto considerado pelos entrevistados, principalmente os que moram próximos à praça, é a preocupação com o tamanho das árvores, visto que alguns consideram que *“as raízes estão mal aterradas”* e que portanto existe um risco de desabamento, que as árvores abrigam uma quantidade muito grande de pombos e que *“isso não é bom para a saúde pública”*.

Sobre a estrutura da praça alguns entrevistados argumentaram que ainda investimentos da prefeitura em conforto para a população, por meio da instalação de mais bancos, assim como a correção das poças de água, que obrigam os transeuntes a desviarem seu caminho. A qualidade das calçadas da praça é muito questionada, quando em alguns pontos existem partes quebradas por causa das raízes das árvores, e as poças que são originárias de buracos nas calçadas. A ausência de flores e reforços de instalações para iluminação também são pontos que foram muito comentados.

O Mapa (3) demonstra a organização atual da praça, com seus equipamentos disponíveis ao uso da população. A morfologia dos jardins continua semelhante a original de sua construção, os chafarizes não estão em funcionamento e as calçadas estão danificadas. Ao redor estão instaladas bancas de revistas, pontos de taxi, lanchonetes, sanitários e telefones públicos.



Mapa 3. Cartograma da Praça Barão do Rio Branco (BISCAIA, Elaine de Oliveira... pg. 59)

Segundo um relatório feito por pesquisadores⁷² na área da Geografia, as estatísticas levantadas a partir de uma pesquisa popular, com as opiniões sobre a praça resultou num gráfico, que demonstra que a maioria (55,4%) dos frequentadores gostam da praça com suas atuais características, que outro grupo (22,3%) tem uma aceitação mediana, e que outro grupo (22,3%) não gostam dos atuais aspectos da praça⁷³.

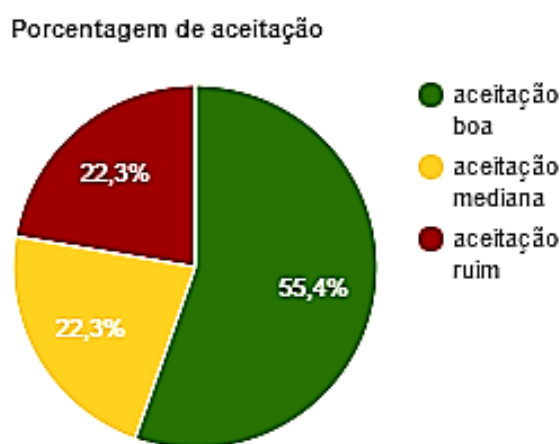


Figura 4. Porcentagem de aceitação. Autores, 2015.

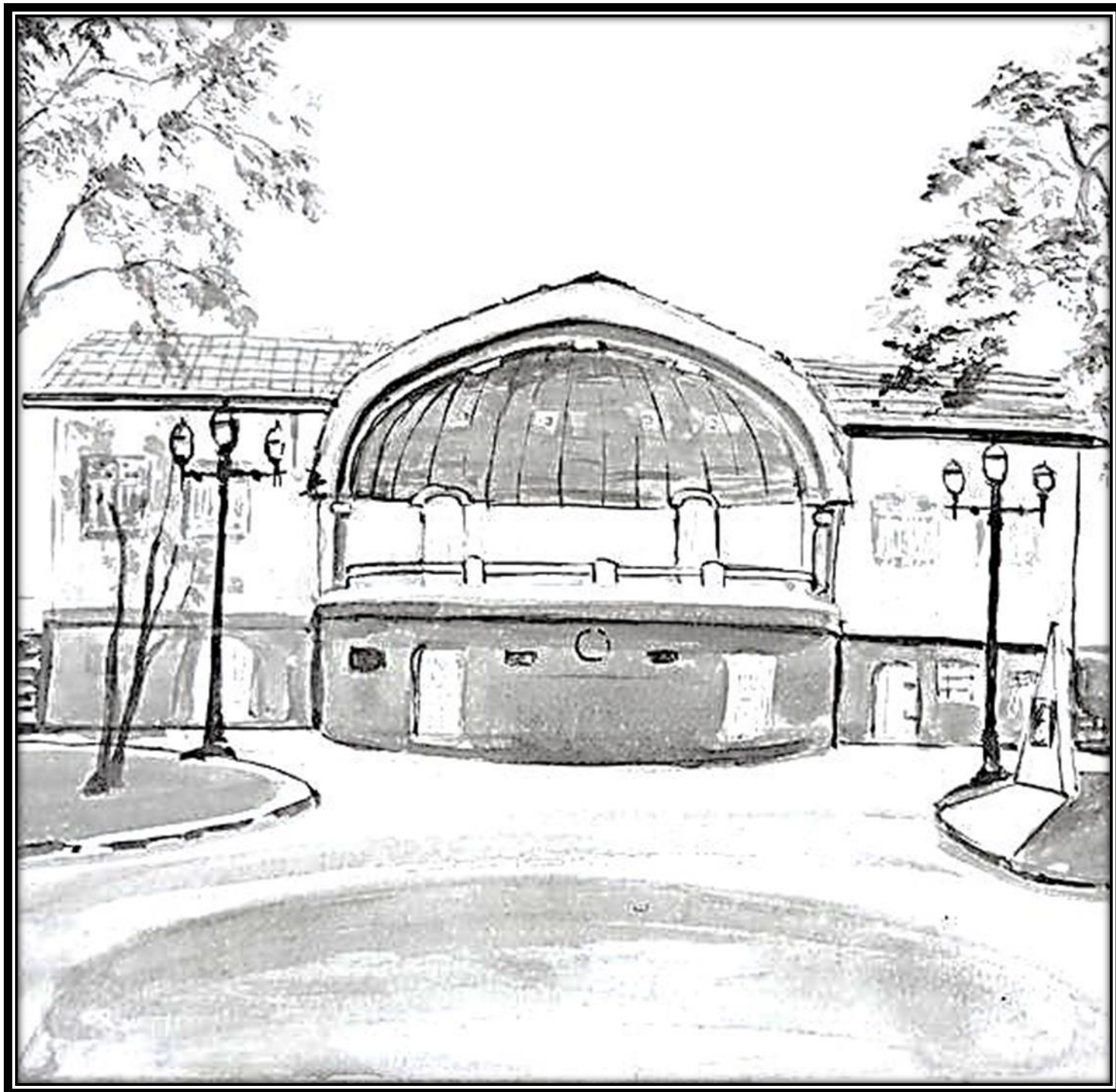
O grupo que gosta da atual situação da praça é composto pelas pessoas que desfrutam desse espaço, seja como lugar de memória ou de lazer, e que estão satisfeitas com as intervenções que a atual gestão fez nesse espaço. Os outros grupos que estão parcialmente descontentes ou que não gostam do estado da praça, são compostos por pessoas que não concordam com a existência da alameda, acham que a prefeitura não tem mantido em ordem a limpeza e manutenção dos equipamentos. A falta de acessibilidade às pessoas idosas e deficientes físicos também foram apontados como déficits na praça.

⁷² AUTORES. *Relatório Praça Barão do Rio Branco em Ponta Grossa – PR*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação em Geografia (mini curso “Desenho de espaços públicos”), 2015.

⁷³ Ao todo foram entrevistados oito usuários da praça.

Todos os entrevistados salientaram que no passado a Praça Barão do Rio Branco foi o ponto mais movimentado do centro, que esse cotidiano marcou suas vivências e que lamentam a sociedade atual não usufruir com tanta intensidade esse espaço. A ausência de “vida” no atual movimento é o principal elemento que norteou a fala dos entrevistados, quando em suas palavras *quem viu e quem vê* atualmente não consegue ter noção dos acontecimentos, rotina, beleza e investimentos que existiam na praça. O apego à praça e a lembrança acariciada trazidos nos depoimentos reforçam a noção de que, busca-se um novo significado e funcionalidade a esse espaço. Assim como nos faz pensar que o cultivo da memória é o elo responsável por tecer uma ligação entre passado-presente e futuro, no sentido de preservação, importância histórica e reconhecimento desse *lugar de memória*.

Os acontecimentos problematizados no Capítulo I abrangem a contemporaneidade da Praça Barão do Rio Branco. São acontecimentos das últimas décadas inerentes aos processos urbanos recentes da cidade, as funções e usos atuais desse espaço. Entretanto a praça é um lugar de memória construído historicamente, com diversas *camadas simbólicas* desenvolvidas ao longo de sua história. Sua característica como espaço social e urbano perdura durante toda sua existência, entretanto as funções e usos desse espaço, assim como sua paisagem esta em constante processo de transformação. O segundo capítulo é dedicado a compreender as origens desse “ponto de encontro social” que culminou em sua existência enquanto praça.



ajc 19

“Não basta um esforço abstrato para recriar impressões passadas, nem palavras exprimem o sentimento de diminuição que acompanha a impossibilidade. Perdeu-se o tônus vital que permitia aquelas sensações, aquela captação do mundo. Quando passamos na mesma calçada, junto ao mesmo muro, o ruído da chuva nas folhas nos desperta alguma coisa. Mas, a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação.”

Ecléa Bosi

CAPÍTULO II

DO “LARGO DO ROSÁRIO” À PRAÇA JARDIM

2.1. O FLORESCER DE UMA CIDADE E O LARGO DO ROSÁRIO:

As origens da Praça Barão do Rio Branco estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento e urbanização de Ponta Grossa. As praças como espaços urbanos e de encontro social, acompanham as cidades ou bairros desde a sua gênese, com funções específicas dentro de sua comunidade. Dessa forma o “Largo do Rosário” sofreu interferências e transformações em seu espaço na medida que a cidade também passava por intervenções e através do estudo da evolução histórica desse espaço, podemos compreender os processos de urbanização e modernização do espaço urbano.

No final do século XIX, Ponta Grossa poderia ser descrita como um pequeno vilarejo onde predominavam os ares campestres com um povo de vida interiorana e simples. No ponto mais alto do relevo da cidade estava o lugar de encontro onde a população vivenciava seu cotidiano e participava das reuniões na Matriz Santana. As ruas eram enlameadas e aquilo que era conhecido como a cidade ficava restrita nas poucas quadras nos arredores. Embora tivesse conquistado a emancipação política em 1823, o desenvolvimento urbano no final do século ainda podia ser considerado de ritmo lento⁷⁴.

Muito do que hoje está inserido na área central da cidade eram espaços periféricos típico de um viver rural em pequenas chácaras e com criações de animais⁷⁵. Nas regiões mais distantes da área central ficava o chamado rocio, que era composto de colônias de imigrantes vindos principalmente da Europa e grandes

⁷⁴ Sabe-se que em 1820 já existiam os bairros de Carrapatos, Conchas, Taquarussu, São José, Santo Amaro e Itaiacoca, na freguesia de Ponta Grossa. A freguesia foi instalada em 15 de setembro de 1823, e o Bairro Ponta Grossa era submisso à Comarca de Castro. Ponta Grossa só alcançou a categoria de cidade em 1862. Durante o século XIX Castro foi a cidade mais desenvolvida e influente no interior paranaense e foi ultrapassada por Ponta Grossa no começo do século XX com a chegada da ferrovia, quando esta atingiu a condição de pólo do interior do Estado.

⁷⁵ LAVALLE, Aída Mansani. *Germânia – Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de publicações da UEPG, 1996, pg. 25.

fazendas de personagens importantes da cidade, os quais alternavam suas rotinas entre as suas moradias urbanas e as sedes rurais.

Segundo Murilo Marx⁷⁶ o surgimento e desenvolvimento das cidades no Período Colonial estiveram profundamente relacionados às movimentações da Igreja Católica⁷⁷, dos encontros de estradas e dos entrepostos comerciais. Dessa forma, o núcleo urbano inicial de algumas cidades foi composto de uma paróquia e seus arredores. No caso de Ponta Grossa, essa prática se aplicou quando se considera na historiografia local⁷⁸ os arredores da Matriz Santana como a gênese do espaço urbano. Embora a origem da freguesia de Ponta Grossa tenha sido iniciada nas paragens do Tropeirismo, o núcleo central da cidade se desenvolveu relacionado à igreja.

O redor da Matriz foi paulatinamente construído pelo casario e edificações que compunham a freguesia. Essa configuração também influenciou no surgimento do primeiro espaço livre público da cidade: o “adro” da igreja. O espaço deixado em frente à Matriz, que se tornaria um largo e posteriormente praça, consolidou-se como um elo entre a comunidade e a paróquia, atraindo ao seu redor importantes residências (como a do Barão de Guaraúna), importantes prédios públicos (como o Fórum) e nas imediações o primeiro Mercado Municipal. Conforme comenta o autor:

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia seus frequentadores.⁷⁹

⁷⁶ Fazia parte do sistema de colonização português que as igrejas fossem as primeiras instituições instaladas nas cidades recém-formadas. Dessa forma, a Igreja participou assiduamente da formação do território brasileiro.

⁷⁷ O sistema de concessões de terras era feito através das Sesmarias e durou até 1850. O sesmeiro era a autoridade local e pagava tributos à Coroa Portuguesa pelo usufruto da terra. A religiosidade portuguesa esteve muito presente na colonização do país e foram feitas muitas concessões de terras à Igreja Católica.

⁷⁸ Sobre esse assunto ver: GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983; CHAMA, Guísela V. F. *Ponta Grossa: o Povo, a Cidade e o Poder*. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

⁷⁹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 19.

A primeira praça citada na história da cidade⁸⁰ é o “Largo da Matriz” que era frequentada pela população no cotidiano, em procissões e festividades religiosas. À medida que a cidade se desenvolveu outras praças surgiram, adquiriram importância social e atraíram importantes instituições ao seu redor. No centro destacaram-se também o Largo do Rosário e o Largo São João.

A passagem do ilustre visitante, o Imperador D. Pedro II, em 1880 pela cidade e região, trouxe preocupações e medidas de intervenções no espaço, iniciando o que seria uma série de modificações na estrutura urbana. Medidas como alargamento de ruas, alinhamento de praças, terraplanagens são alguns dos exemplos de intervenções nos espaços considerados importantes. Desde a década de 1870 existiam na cidade algumas características urbanas como várias casas comerciais, pedidos para a instalação de um banco e profissionais como médicos, advogados e oleiros⁸¹.

As intervenções que foram feitas na cidade para a ocasião de visita do Imperador demonstram as condições de infraestrutura urbana na época. Segundo relatos do próprio Imperador em seus diários de viagem, os principais motivos que o levaram a vir ao sul foram para verificar as obras de instalações da malha ferroviária e em que condições se encontravam as colônias de imigrantes europeus. A primeira parte da malha ferroviária a ser inaugurada foi o trecho entre Curitiba - Paranaguá (1885) e posteriormente no interior do estado. Na visita a Ponta Grossa o Imperador visitou as colônias de Uvaranas, Taquari e Tavares Bastos, nas quais pôde verificar um “elevado grau de degradação”, com as instalações precárias e dificuldades financeiras dos colonos⁸².

⁸⁰ GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983, p. 114.

⁸¹ Idem, p.31.

⁸² WALDMANN, Isolde Maria. Reconstruindo a história dos Campos Gerais. Disponível em: http://isoldemariawaldmann.blogspot.com.br/2013/02/visita-de-sua-majestade-d-pedro-ii_20.html

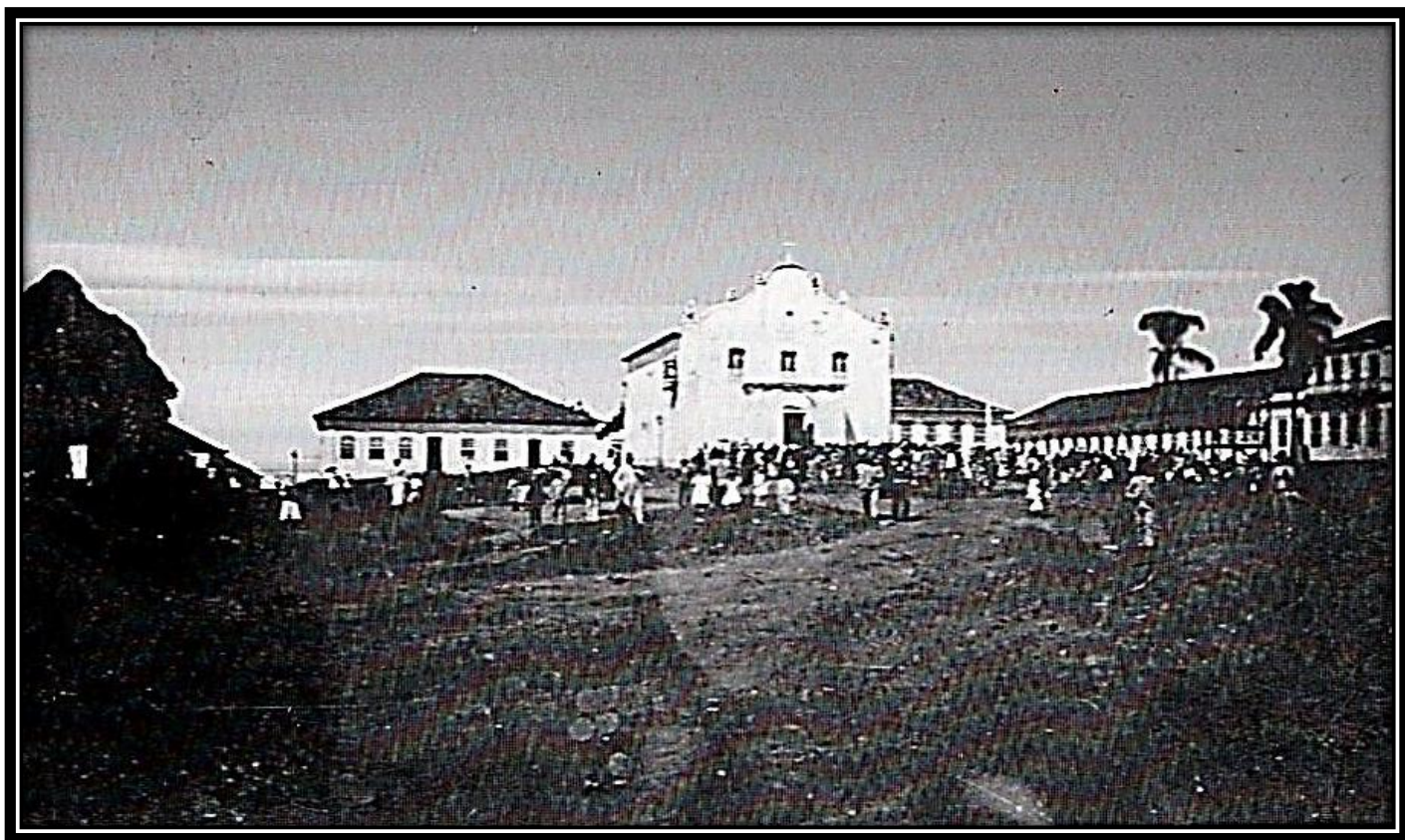


Foto 19. Cenário do Largo da Matriz no final do século XIX. Aos fundos aparece a Capela Santana, primeira Matriz da cidade, rodeada do casario colonial. Como demonstra a imagem, a ausência de árvores era a principal característica dos antigos “largos”, que eram instalados defronte à igreja. O fluxo de pessoas demonstra a importância que essa região possuía na origem da cidade. (Acervo Casa da Memória Paraná)

Durante a permanência de poucos dias do Imperador na cidade, entre os dias 26 a 28 de maio de 1880, houve alvoroço para as festividades de hospitalidade. Um coreto foi construído no Largo da Matriz para abrigar as bandas que se apresentaram nas festividades. O desfile, os concertos e festividades envolvendo o visitante ficaram concentrados na Matriz e imediações, embora as áreas mais próximas como o Largo do Rosário também tenham recebido terraplanagens para apresentar um bom aspecto. Ao se despedir da cidade D. Pedro II deixou dinheiro para contribuir na construção de uma escola e um teatro⁸³.

⁸³GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983, pg. 114.

Dentre as cidades mais antigas do Paraná, destacaram nos cenários econômico e político do século XIX, o porto de Paranaguá, a capital Curitiba, e no interior Castro, Ponta Grossa e Lapa. Essas cidades tiveram nesse contexto suas histórias marcadas por conquistas políticas, como emancipações e elevações à condição de cidades, assim como passaram a participar de importantes ciclos econômicos, como o de Erva Mate no final do século XIX, que influenciariam muito em seus desenvolvimento e expansão da malha urbana. Como comenta o historiador José Augusto Leandro:

A crise econômica das fazendas dos Campos Gerais pode, em termos gerais, ser demarcada como manifestando-se mais agudamente na década de 1860, arrastando-se até o final da primeira década do século XX. Como reação a este estado de crise, a burguesia fazendeira dos Campos Gerais começou a diversificar suas atividades econômicas para manter a sua riqueza. Um dos caminhos foi atuar diretamente no sítio urbano.⁸⁴

O momento econômico proporcionado pela Erva Mate⁸⁵ e suas unidades de produção passaram a ficar concentrados nas áreas urbanas próximas aos canais de escoação da produção como as estações ferroviárias e estradas. No final do século XIX, o Paraná possuía uma burguesia ervateira dona de grandes estabelecimentos, edifícios e propriedades. Na capital, muitos palacetes e edifícios suntuosos foram construídos para abrigar as residências dos ervateiros, políticos e empresários que estavam instalando residências na cidade em grande estilo.

Os padrões da vida burguesa exibiam contrastes com a tradição cultural dos fazendeiros e tropeiros, que cultivavam hábitos luso-brasileiros. Era o apontamento de novos padrões culturais que ganhariam muita força na virada para o século XX. A capital Curitiba estava se consolidando como uma cidade urbanizada, com um significativo grupo de industriais que conheciam outros grandes centros, enquanto os criadores dos Campos Gerais ainda se definiam como fração regional da antiga

⁸⁴ LEANDRO, José Augusto. *Palco e tela na modernização de Castro*. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Paraná. In: ZULIAN, Rosângela Wosiak. *A vitoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana*. Ponta Grossa: Revista de História Regional, Editora UEPG, 2007, pg. 40.

⁸⁵ Entende-se como Ciclo da Erva Mate o período entre o final do século XIX até década de 1920, quando algumas cidades do estado do Paraná dedicaram suas plantações a essa erva e sua venda e exportação trouxe grande movimentação e crescimento econômico. O produto era consumido na forma de chá ou chimarrão e importado principalmente pela Argentina.

burguesia colonial. O arranjo sócio-econômico da Erva Mate teve um papel inegável, na urbanização do Paraná⁸⁶.

Um dos exemplos do processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XIX, é a publicação do *Código de Posturas Municipais do Paraná (1829 – 1895)*. O Código de Posturas Municipais eram leis que foram usadas desde o Período Colonial do Brasil e buscavam a normatização dos espaços e influenciar no comportamento da população. Elas haviam sido implantadas em Portugal desde a Idade Média e, além dos ideais a que pudessem estar atreladas, são representantes do que era o modelo de urbanização português⁸⁷. No Brasil, os Códigos de Posturas estiveram no período Colonial, no Império e chegaram até à República.

No Paraná, em 1721, ainda no período Colonial, o Ouvidor Rafael Pires Pardinho veio em visita a Curitiba, enviado pela Coroa Portuguesa para que ajudasse e fiscalizasse a aplicação das leis necessárias para mudanças significativas nas estruturas urbanas. Apenas em 1829, um século depois, foi editado o primeiro Código de Posturas na capital, demonstrando que o processo de urbanização e normatização dos espaços era bastante lento na prática e na política⁸⁸. Esse fato evidencia que desde os tempos coloniais já existia uma preocupação com a organização das cidades e que ganhou maior evidência na implantação da República⁸⁹. Em Ponta Grossa o primeiro Código de Posturas foi editado em 1891.

No final do século XIX e começo do XX essas leis normatizaram e legitimaram intervenções que propunham todos os esforços possíveis dos poderes públicos e do Estado para que as cidades passassem por processos de *modernização*. Dentre os ideais republicanos estava o lema “Ordem e Progresso”, que representava na política, nas obras, na cultura dominante e na ciência, a ansiedade de uma classe

⁸⁶ ZULIAN, Rosângela Wosiak. *A vitoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana*. Ponta Grossa: Revista de História Regional, Editora UEPG, 2007, pg. 41.

⁸⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). *Posturas Municipais Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, pg. 2.

⁸⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996, pg. 13.

⁸⁹ CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007, p. 39.

que queria demonstrar esses ideais. Dessa forma, por meio da compilação das Posturas Municipais pode ser percebido o que era ser moderno, o que era o cenário ideal e quais eram os padrões culturais ideais. Isso por que, essas leis eram o resultado de muitos anos de discussões do poder público, que passavam por reformulações e eram publicadas para que a população tivesse conhecimento dos padrões desejados e os colocassem em prática.

Em Ponta Grossa em 1891 foi publicada a primeira edição do Código de Posturas Municipais⁹⁰ pelo prefeito Cláudio Guimarães. Essas leis traziam temas bem abrangentes em relação ao viver da população, como a ordem nos lugares públicos, comércio de alimentos, criação de animais, regras para a construção de edifícios, etc. O processo de elaboração do Código de Posturas Municipais pode ser percebido em trechos presentes nas Atas da Câmara Municipal. Nas Atas do final do século XIX e começo do século XX é possível encontrar debates acerca dos métodos usados para a urbanização da cidade, assim como problemas com moradores por conta das normas não cumpridas⁹¹.

A segunda edição do Código de Posturas da cidade foi publicado em 1915 pelo prefeito Theodoro Rosas. Estavam inseridas normas de condutas nos lugares públicos, noções de separação entre os espaços públicos e privados, padronização construtiva e material usados, a exclusão das criações de animais no espaço urbano, as delimitações dos tamanhos das ruas e praças, entre outros exemplos. Nos artigos específicos sobre o uso e a formação das praças ficam evidentes os parâmetros sob o qual estava sendo pautado o processo de urbanização daquele contexto:

Art. 75. – Todas as ruas e travessas que forem abertas dentro do perímetro urbano, terão no mínimo treze metros e vinte centímetros (13,20) de largura e fora do perímetro urbano as ruas terão dezoito metros (18,00) as avenidas vinte e cinco (25,00) metros pelo menos de largura.

As praças e largos deverão ser, sempre que o terreno permitir, quadrados, retângulos perfeitos ou outras figuras regulares e symmetricas.

⁹⁰ O exemplar dos Códigos de Posturas de 1891 é manuscrito e encontra-se ilegível.

⁹¹ Artigos presentes nas Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 1889-1896 e 1902 -1907

A expansão urbana ocorre de forma espontânea, de forma que as leis buscavam regularizar os espaços considerados irregulares. O surgimento, a delimitação territorial e a localização dos terrenos destinados as praças estavam previamente previstos em leis. Nesse sentido algumas obras e intervenções foram executadas nas praças do Centro da cidade, buscando a regularização de seus formatos e nivelamento do relevo. As praças que existiam ganharam intervenções e os novos espaços que seriam criados com essa finalidade deveriam seguir a normatização municipal:

Art. 76. – Não será permitida a divisão de terrenos em praças, rua ou Avenidas sem que sejam previamente apresentados a Prefeitura Municipal, em duas vias, a planta, e os perfis longitudinal e transversal, cotados e requisitada a necessária licença, que será se as ruas, avenidas e praças apresentarem ângulos inconvenientes e não estiverem nas condições do artigo anterior, ou se opuserem ao plano geral de arruamento organizado pela Municipalidade.

Um dos assuntos mais polêmicos presentes nas Posturas Municipais e nos debates da Câmara era acerca das obras de abertura e alargamento das ruas e outros espaços públicos, quando a Prefeitura interviu e retirou algumas moradias do local sem pagar indenizações. Nas Atas⁹² do começo do século XIX e começo do XX aparecem reclamações dos moradores ao poder público, reivindicando indenizações porque tiveram suas propriedades afetadas pelas obras de alinhamento urbano. Nesse sentido a Prefeitura deixa claro nas leis estar disposto a intervir nos espaços sempre que achar necessário:

Art 77. – As ruas, travessas, avenidas e praças que não estiverem nas condições do art. 1.º, irão sendo alargadas a medida que foram feitas obras nos edifícios lateraes.

§ 1.º - o Prefeito ouvido o Engenheiro, indicara quanto deve recuar o alinhamento existente em cada edificio, de um lado e de outro da rua, travessa, avenida ou praça, tendo em vista a consecução do alargamento e retificação de alinhamento, conciliando sempre que for possível o interesse particular com as necessidades públicas.

⁹² Artigos presentes nas Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 1889-1896 e 1902 -1907

O desenvolvimento da Praça Barão do Rio Branco aconteceu de forma impar na cidade, uma vez que a passagem que cortava o seu terreno ao meio acabou formalizada como rua. Dessa forma é possível compreender que embora as leis determinassem a regularidade no formato e uso das praças, o trecho muito utilizado pela população continuou existindo. O uso das praças e outros espaços públicos estava incluso nas Posturas Municipais, como a manutenção da limpeza e dos equipamentos e a proibição do uso desses espaços para fins particulares, como dar de beber aos animais ou lavar roupas nos chafarizes⁹³.

O tratamento paisagístico foi um dos elementos priorizados pelo poder público. Em 1904, o prefeito Ernesto Vilela investiu na arborização das principais avenidas e praças da cidade, ordenando o plantio de espécies de árvores e flores ornamentais⁹⁴. A manutenção e limpeza dos espaços públicos, e o uso adequado passou a ser exigido dos moradores. Dessa forma as praças não deveriam ser espaços de pastagem de animais, nem de dar de beber as tropas ou depósito de qualquer tipo de material que não fosse de obras públicas:

Art. 10. – E' prohibido nas ruas e praças, sob pena de 20\$000 reis de multa;

§ Único. – Depositar madeiras ou quaisquer materiaes, excepto os destinados para as construcções, que serão depositadas embaixo de andaimes fechados ou na rua, de forma a não impedirem o transito publico e o escoamento das aguas pelas sarjetas, mediante licença do Prefeito. Os materiais que não foram destinados para alguma obra em exceção não poderão permanecer nas ruas por mais de 24 horas.

Art.3.- A Camara arborisará as ruas e as praças da cidade, quando julgar conveniente, e fará o conserto daquelas, sendo os proprietários ou inquilinos obrigados a zelarem das árvores plantadas na frente de suas moradas, sob pena de 5\$000 reis de multa.

Art. 4.- Aquele que for encontrado em flagrante delito de destruição ou estrago das árvores plantadas nas ruas e praças, será punido com 10\$000 reis de multa, além de pagar o dano causado.

No final do século XIX, o governo municipal fez investimentos no cenário e infraestrutura urbana. Na década de 1890, foi providenciada a iluminação pública nas ruas centrais com a instalação de lampiões, para que as pessoas pudessem

⁹³ Artigos número 4 e 10 do Código de Posturas Municipais de Ponta Grossa de 1915.

⁹⁴ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, dezoito de março de 1902, pg. 30.

circular à noite. Outros assuntos que estiveram em pauta nas discussões e propostas do governo municipal foram: a compra de um terreno “salubre” o suficiente para a construção da Santa Casa; instalações de infraestrutura urbana como, chafarizes para o abastecimento de água, coleta de lixo, calçamento das ruas; entre outros⁹⁵.

Assim como o centro da cidade, o “*Largo do Rosário*” também apresentou maior desenvolvimento a partir do final do século XIX. Em 1852 defronte ao “largo” foi construída a primeira Capela de Nossa Senhora do Rosário, que no Brasil contava com muitos devotos entre os escravos. Entretanto, em Ponta Grossa a quantidade de escravos era considerada pequena em relação a outras regiões do país e eles estavam concentrados em fazendas longe do centro da cidade. Portanto, a iniciativa de construção da capela foi de devotos que moravam no centro e, posteriormente, é que a comunidade afrodescendente começou a frequentar a paróquia. Antes da construção da capela, o grande terreno em frente era conhecido como “Largo do Chafariz” devido à presença de água que existia na região e à função de abastecimento para a população⁹⁶.

A construção da capela demonstra a importância da religiosidade e o crescimento populacional na cidade, com a realização de missas campais e procissões no largo. A importância da igreja influenciou na mudança de nome do lugar para “Largo do Rosário”. A capela foi construída em estuque, com paredes reforçadas em pedra e cal, com características da arquitetura colonial Jesuítica, com duas torres na fachada principal. A própria limitação do espaço da capela contribuiu no uso do largo, uma vez que nos eventos de maior porte não abrigava um grande público em seu espaço interior⁹⁷.

A primeira capela existiu até meados do século XX, quando ruiu e deu lugar a atual edificação da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Num primeiro momento era uma paróquia frequentada por uma classe mais simples, tanto dos afrodescendentes quanto da população que morava ao redor e considerada até então periférica. Aos

⁹⁵ Artigos presentes nas Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 1889-1896 e 1902 -1907.

⁹⁶ Informações disponível em <http://verbodivino.com.br>

⁹⁷ Idem.

poucos a paróquia foi ganhando significado no centro da cidade até passar a dividir os membros com a Matriz Santana. A presença da religiosidade nessa região foi fortalecida pela construção do Colégio Santana (atual CEEBEJA) também defronte para a praça, e do Colégio São Luís (atual Colégio Santana) na quadra de trás, no começo do século XX.

A influência da paróquia também se estendeu ao nome da rua em frente que passou a ser chamada de Rua do Rosário. No primeiro momento ainda não existiam as delimitações das ruas, visto que atualmente a igreja está numa esquina, e seu espaço exterior dava direto para o Largo do Rosário. Dessa forma, entende-se que existia uma relação importante da capela e seus arredores e que eles significavam a extensão do seu espaço, parte do “largo” era de uso comum dos seus frequentadores. No final do século XIX, a presença de casas e estabelecimentos comerciais ao seu redor ainda era muito escassa.



Foto 20. Imagem da antiga Capela do Rosário no começo do século XX, quando haviam começado as instalações de energia elétrica nas ruas do centro da cidade . (Acervo Paulo José da Costa)

Nos últimos anos da década de 1890 até 1906 estava sendo construída uma nova Catedral Santana. Com isso, as missas e atividades na Igreja do Rosário passaram a ser mais concorridas e ganharam evidência na cidade. Dentre os atrativos dos cultos estavam as bandas “do Godoy” e “do Quim Camargo” que disputavam o privilégio de compor o coro da Igreja. As bandas contavam com alguns músicos e conjuntos vocais. Num concurso realizado a banda “do Godoy” venceu e tornou-se a Lyra dos Campos, a única que poderia dali em diante tocar nas missas⁹⁸.

Além do movimento proporcionado pelas atividades da igreja, existia no “largo” a nascente do arroio Pilão de Pedra, motivo pelo que diversas pessoas reuniam-se para buscar água, dar de beber aos animais, entre outros. Esse é citado nos depoimentos e fontes (Atas da Câmara Municipal, jornais e fotografias) como o principal motivo pelo qual o lugar passou a ser muito frequentado, tanto que inicialmente era conhecido como “Largo do Chafariz”⁹⁹. Outros motivos que favoreceram o vínculo da população com esse espaço era o fato de existir ali a disposição de um grande terreno que poderia ser utilizado para eventos sociais. Diversos tipos de reuniões foram organizados, como as chamadas cavalhadas, missas campais, circos, eventos cívicos, entre outros.

Em especial as cavalhadas¹⁰⁰ eram uma tradição na cidade. Embora em muitos lugares do Brasil essa prática tenha sido vinculada às festividades ao Divino Espírito Santo, em Ponta Grossa elas ficaram também ligadas às comemorações da padroeira Santana. As cavalhadas consistiam numa prática trazida pelos jesuítas ao Brasil, na qual a “irmandade”, os membros das paróquias com seus cavalos e trajes característicos, simulavam as batalhas entre os mouros e cristãos durante as

⁹⁸ GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983, pg. 33.

⁹⁹ Termo presente em jornais e fotografias do início do século XX.

¹⁰⁰ Cavalhada é uma celebração português que teve origem nos torneios medievais, onde os aristocratas exibiam em espetáculos públicos a sua destreza e valentia, e frequentemente envolvia temas do período da Reconquista. Era um "torneio que servia como exercício militar nos intervalos das guerras e onde nobres e guerreiros cultivavam a praxe da galantaria; No Brasil, registram-se desde o século XVII e as cavalhadas acontecem durante a festa do Divino, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Cruzadas. Em Ponta Grossa, a encenação durava cerca de três dias e tinha no final os cristãos como vencedores¹⁰¹.

Em Julho a cidade toda vivia uma grande movimentação para as comemorações do dia de sua padroeira, que é comemorado no dia vinte e seis. Diversos grupos eram escolhidos para organizar as cerimônias e elas aconteciam durante todo o mês, *“eram algumas festas dentro de uma festa”*. Toda a cidade participava e os eventos aconteciam em diversos lugares além do espaço da Matriz, como na Rua Santana, na Rua XV de Novembro etc. Eram procissões, missas campais e banquetes que abrangiam grupos sociais da cidade e região¹⁰².

Como evento das festividades, as cavalhadas inicialmente aconteciam no Largo da Matriz em frente à Capela Santana. Com o passar dos anos, por volta de 1900, os números dos membros da “irmandade” aumentaram, o espaço ficou pequeno e essas atividades foram transferidas para o Largo do Rosário. Durante as duas primeiras décadas do século XX, essa prática ocorreu nesse local, até que foi transferida para o Jockey Clube Pontagrossense¹⁰³ ou “Prado de Corridas”. A população se reunia ao redor do perímetro da praça para acompanhar a encenação e esse é mais um elemento que denota a importância da religião na cidade.

¹⁰¹ METYNOSKI, Denise. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

¹⁰² PETRUSKI, Maura Regina. As festas de Sant’Ana de outrora em Ponta Grossa. Natal: UFRN, Revista de Humanidades, v. 12, nº 30, 2012, pg. 245.

¹⁰³ Em 1875, a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovou a compra de um terreno destinado ao futuro prado de corridas. A construção do pavilhão e a inauguração oficial do espaço aconteceu em janeiro de 1927. Atualmente é o segundo mais antigo do Brasil que ainda permanece em funcionamento.



Figura 21. Cena de uma das “cavalhadas” realizadas no Largo do Rosário em 1911. (Acervo Casa da Memória Paraná)

O “largo” era um espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abrangendo diferentes grupos sociais. Era nele que a população disputava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos seu poder, os ricos e pobres sua condição financeira. Era um espaço multifacetado, lugar de muitas manifestações dos costumes, hábitos da população e articulação entre os diferentes grupos sociais.¹⁰⁴

Algumas fotografias antigas retratam grandes reuniões que foram sediadas no “largo”, conforme a Fotografia (22) quando a comemoração de aniversário da cidade foi realizada ali e não existiam equipamentos além dos postes de luz. As festividades normalmente contavam com a participação de grupos militares, dos religiosos, dos políticos e da comunidade. Na imagem do começo do século XX o cenário da cidade era composto de casas com aspecto simples e uma praça que não possuía estrutura para lazer, como bancos, sombras de árvores, calçadas, entre outros.

Muitos desses eventos aconteceram antes da praça ser inaugurada, ter seu espaço delimitado e construído, quando ela ainda era um grande terreno e não possuía grama, árvores, calçadas e outros tipos de estrutura. A rotina era marcada pelas festas religiosas da paróquia do Rosário, conversas entre os proprietários dos animais, encontros de cidadãos que iam buscar água, entre outros exemplos. O que traz à tona a importância do lugar e sua agregação à história da cidade. Conforme cita o Sr. José¹⁰⁵:

[...] a Praça do Rosário era um potreiro... a turma corria a cavalo ali, e quando chovia virava um lamaçal... ali na ponta tinha uma nascente de água, e tinham diversos consultórios de médicos ali perto... então eles mandavam seus ajudantes irem lá na nascente buscar sanguessugas para fazer tratamentos nos pacientes [...]

¹⁰⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 22.

¹⁰⁵ MACHADO, José Abel Corrêa. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de janeiro de 2015. O senhor José é morador de Ponta Grossa, atualmente possui oitenta e três anos e mudou-se para a cidade aos oito anos de idade. Trabalhou durante muitos anos num estabelecimento comercial nos arredores da praça Barão do Rio Branco.



Foto 22. Foto de 15 de setembro em comemoração ao aniversário de Ponta Grossa, no início do século XX. À direita está localizada a antiga Capela do Rosário, rodeada de casas e aos fundos as instalações do Colégio São Luís. (Acervo Paulo José da Costa)

As lembranças dos moradores antigos são compostas das diferentes fases da praça, de pessoas que conseguem ter uma distância temporal suficiente para perceber as transformações ao longo do tempo. Ao descrever os aspectos do largo o entrevistado enfatiza a falta estrutura, as dificuldades em dias de chuva e as motivações que promoviam encontros no espaço que seria a praça. Os depoimentos são sempre compostos de uma comparação entre passado-presente, ponderando as dificuldades de “tempos difíceis” e os benefícios da modernidade, ao mesmo

tempo em que existe um sentimento de nostalgia e de saudade do que não existe mais.

No final do século XIX e começo do XX as terraplanagens e a delimitação do seu espaço, foram as primeiras intervenções que o Largo do Rosário recebeu. Era uma região com constantes problemas relacionados à nascente do arroio Pilão de Pedra que carecia de canalização de terraplanagens para conserto do relevo e escoamento da água. O terreno também era bastante acidentado, com algumas encostas e vales, que motivaram o apelido do local como “barroca”, conforme está descrita nas Atas da Câmara Municipal.

As terraplanagens no “Largo do Rosário” estenderam-se durante a década de 1890 e foram realizadas em conjunto com outras obras na cidade. O Largo São João (localizado a duas quadras de distância) até o final do século XIX abrigava o Cemitério e Capela São João. Em 1891 foi inaugurada uma nova necrópole chamada São José, que destinou os restos mortais a um lugar mais afastado do centro da cidade. Após a inauguração do novo cemitério, o Largo São João (atual Praça Barão de Guaraúna) e o Largo do Rosário passaram por intervenções. Os desníveis e “barrocas” do Largo do Rosário foram aterrados com material vindo do Largo São João e dessa maneira as duas praças ficaram terraplanadas¹⁰⁶.

A presença do arroio e outras vertentes nas proximidades, a falta de calçadas e calçamentos faziam da praça um lugar de difícil acesso nos períodos chuvosos. O “Largo do Rosário” é citado em diversos registros das Atas da Câmara Municipal, o que demonstra que, em relação a outras praças da cidade, ela era favorecida pelas obras públicas. Num dos trechos aparece a preocupação em relação às características físicas do lugar:

Barroca do Largo do Rosário

A barroca do Largo do Rosário, **que tem sido durante muitos anos o sorvedouro dos cofres municipais**, acha-se actualmente em condições muito favoráveis. O paredão ultimamente reconstruído com solidez e o entulhamento que se tem feito constantemente há muito que permite franco trânsito tanto de

¹⁰⁶METYNOSKI, Denise. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015. Conforme recortes de jornais e fotografias cedidas pela entrevistada

peessoas a pé como à veículos de qualquer tamanho; e muito logo teremos o praser de vel-a desobstruída totalmente¹⁰⁷.

Communica mais o sr. Cel Prefeito Municipal: **que em consequência das últimas chuvas fez construir um valetão no Largo do Rozário, para a expedição das águas fluviaes para, a barroca**, além de muitos concertos e mas em diversos pontos da cidade¹⁰⁸.

Referida como *barroca* no início do século XX, o governo municipal investiu em sucessivas obras no local ao longo das primeiras décadas. Além do gasto causado pelas erosões, a praça era um dos maiores lugares no centro da cidade e onde podia ser investido para ser uma área destinada ao desfruto da população. O Largo do Rosário é o lugar que mais teve assuntos tratados ao seu respeito nas Atas Municipais do começo do século XX e foi um dos primeiros lugares da cidade a receber o requadramento e drenagem dos pontos alagadiços¹⁰⁹.

Na Fotografia (23) o cenário do centro de Ponta Grossa é visto das imediações do Largo do Rosário, aproximadamente na atual Rua Senador Pinheiro Machado onde está o Colégio Santana. No alto do relevo está a Catedral Santana em construção (ela foi inaugurada em 1903) rodeada de um centro modesto, as ruas sem nenhum tipo de pavimentação e ao meio um largo vazio que corresponde ao terreno do Largo do Rosário.

¹⁰⁷ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, vinte e um de setembro de 1904.

¹⁰⁸ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, treze de março de 1905.

¹⁰⁹ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, vinte e cinco de setembro de 1904.



Foto 23. Foto de Ponta Grossa vista no sentido bairro-centro no começo do século XX. (Acervo de Denise Metynoski)

Com detalhe da praça é possível visualizar duas “bicas” que ficavam ali localizadas e serviam de abastecimento à população. Também é possível perceber os desníveis que existiam no terreno da praça e que foram motivos de vários aterramentos para adquirir uma superfície plana.

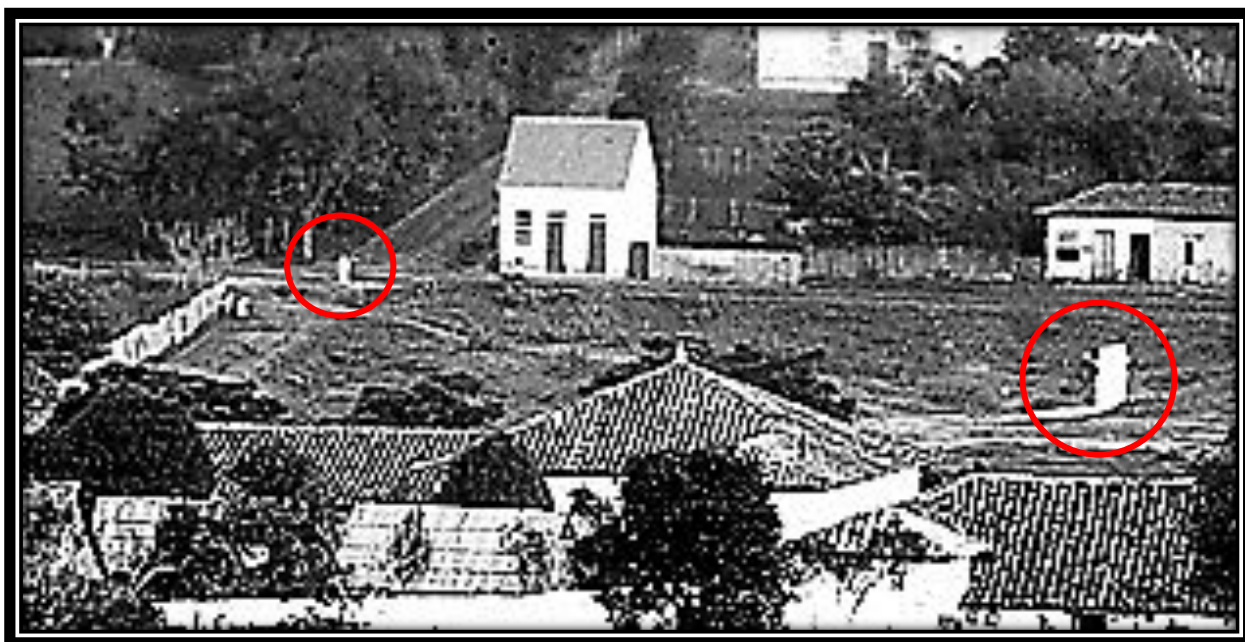


Foto 24. Em destaque, aparecem duas bicas que existiam no local no começo do século XX.

Nas Atas da Câmara Municipal compreendidas entre os anos de 1889 a 1915, aparecem notícias da morosidade com as quais as estruturas como saneamento básico, energia elétrica, água encanada, arborização das praças e ruas e a limpeza urbana foram empreendidas na cidade. Algumas propostas passaram anos sendo discutidas pelos vereadores e prefeitos para que fossem colocadas em prática. Os motivos normalmente eram a falta de recursos da prefeitura e a discordância entre os membros do poder público em relação ao que deveria ser feito.

A Praça Barão do Rio Branco destacava-se nesse cenário, visto que no centro da cidade era um ponto de nascentes de água e conseqüentemente ponto de abastecimento para a população. Até meados da década de 1910 a cidade não contava com o abastecimento de água encanada, então isso acontecia por meio de poços ou nascentes do “Largo do Rosário”. Mesmo após a instalação de água encanada, por ser um recurso ao qual uma minoria teve acesso, as fontes da praça continuaram sendo usadas. Conforme o trecho das atas de discussões na Câmara Municipal, são evidentes as dificuldades:

“... foi unanimemente aprovado o acto do prefeito, mandando construir dois chafarizes no Largo do Rozário, o que foi devido ao clamor público e constantes reclamações do povo, em conseqüências da grande falta que fazia para abastecimento da cidade, que ultimamente manifestou-se por ocasião da seca”.¹¹⁰

No entorno da praça passaram a existir “bicas” ou “chafarizes”, que eram usados no consumo da população e das tropas. Desde a passagem dos tropeiros pela cidade para seguir adiante no Caminho de Viamão, o “Largo do Rosário” havia se tornado um ponto de encontro entre cavalheiros. Essa funcionalidade foi sendo reforçada com o passar dos anos, até na década de 1940 existiam pelo menos três fontes de abastecimento nos arredores da praça.

A atual Rua Bonifácio Vilela era a “Rua das Tropas”, visto que era o principal ponto de passagem dos cavalheiros em direção à cidade de Castro e por isso o largo foi um ponto bastante frequentado para o abastecimento de água das tropas. A

¹¹⁰ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, dia dezoito de março de 1902.

imagem do começo do século XX e posterior aos tempos de Tropeirismo é muito marcante nos acervos fotográficos da cidade e denota costumes campestres no cenário urbano.

Na fotografia 25, a esquina entre as atuais Ruas Bonifácio Vilela e calçadão Coronel Cláudio está retratada uma cidade ambígua, onde aparecem alguns traços de *modernização* contrapostos com um viver e cenário rural. Enquanto os tropeiros conduzem a tropa a cavalo, outros buscam água na bica principal com auxílio de uma carroça. As ruas, ainda sem pavimentação, contavam com alguns postes de iluminação e aos fundos destaca-se a imponente construção do Colégio Santana. No ângulo esquerdo da imagem aparece parte do Largo do Rosário com cercas de madeira e aos fundos, pequenas casas onde posteriormente seria construído o Colégio Regente Feijó.

A chegada da ferrovia¹¹¹ na cidade, em 1894, trouxe mudanças significativas no tipo de atividades econômicas que eram praticadas na região, o comércio foi fortalecido e passou a ser uma das atividades predominantes, assim como houve uma grande movimentação demográfica. A cidade ficou posicionada como pólo do interior do estado, uma vez que servia de canal da comunicação entre o porto Paranaguá e Curitiba com o interior. Dessa forma, aquilo que era produzido nas fazendas e pequenas cidades era escoado pela ferrovia instalada em Ponta Grossa, ao mesmo tempo em que muitas mercadorias e pessoas chegavam até à cidade por esse mesmo meio.

¹¹¹ A implantação da ferrovia no Paraná iniciou em 1880 com a construção do trecho entre Curitiba e Paranaguá. Em 1882 a mesma alcançou a cidade de Porto Amazonas e depois Ponta Grossa em 1894, a concessão era da empresa francesa Compagnie Generale des Chemins de Fer Paraná.



Figura 25. Ângulo onde ficava o Cine Império, e que no começo do século XX era a “bica” do arroio Pilão de Pedra. (Foto de Gustavo Jansson) IMPRIMIR EM A3

Duas estações ferroviárias foram construídas na cidade, a Estação Paraná em 1894, que era menor e comportava um modesto número de passageiros e de serviços prestados pela empresa ferroviária. Imediatamente ao lado foi construído um Armazém de Cargas, devido ao intenso fluxo de mercadorias que eram escoadas e recebidas. Posteriormente, em 1900, na mesma região foi construída mais uma estação chamada Roxo de Rodrigues, um imponente edifício com características Ecléticas, com estrutura para um fluxo maior de passageiros. A estação continha duas faces de acesso: uma de frente às linhas férreas e outra voltada para o “Largo da Estação”, por onde chegavam os automóveis e carroças dos usuários do local¹¹².

O “Largo da Estação”¹¹³ passou a ser um dos espaços mais frequentados da cidade devido à intensa movimentação causada pela ferrovia. Nos primeiros anos da ferrovia na cidade o Largo da Estação era composto de ruas de terras e sem nenhum equipamento que a favorecesse como um lugar confortável. Alguns anos depois, paralelo ao desenvolvimento e urbanização da cidade, esse espaço recebeu tratamento paisagístico, calçamento e calçadas.

¹¹² SCHILDER, Cristiana. Dos casebres e mansões: arquitetura Eclética em Ponta Grossa (1900-1930). Ponta Grossa, UEPG (Trabalho de Conclusão de Curso), 2008.

¹¹³ A atual Praça João Pessoa era denominada Largo da Estação no início do século XX, conforme consta nos jornais, fotografias e álbuns da cidade na época.



Foto 26. Pátio em frente à Estação Roxo de Rodrigues, chamado de “Largo da Estação”, quando a rua ainda não possuía pavimentação e nenhum tipo de intervenção paisagística, sem data. (Acervo Casa da Memória Paraná)

As primeiras décadas do século XX ficaram marcadas na história de Ponta Grossa como período de considerável aumento demográfico, interação de diferentes etnias. Diversos grupos de imigrantes como alemães, italianos, poloneses, sírios etc., e migrantes de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, ou das cidades da região se instalaram na cidade, trazendo muitas contribuições culturais e econômicas, mas também mais desafios para a infraestrutura urbana. Nesse processo, surgiram novos bairros como Nova Rússia, Colônia Dona Luiza, Oficinas. Conforme comenta Niltonci Batista Chaves:

“A ferrovia na cidade de Ponta Grossa consolidou-se como um dos mais importantes sistemas de transporte e a cidade passou a ser conhecida como um “importante entroncamento ferroviário”, proporcionado à intensificação das atividades econômicas. Os elementos que compõe essa modernização são representados pela instalação de luz elétrica, telefones, rede de água e

esgoto, e várias mudanças no modo de viver da população pontagrossense, a partir desse momento intensificam o contato com os grandes centros como Curitiba e São Paulo. Devido a esse encontro de ramais ferroviários nessa região a cidade vai surgindo como possibilitadora de trabalho e lazer. Alguns pesquisadores atribuem que com a chegada da ferrovia instalaram-se muitas empresas gerando uma grande quantidade de empregos na cidade.”¹¹⁴

A cidade ganhou maior evidência, muitos visitantes e a tensão em relação às dificuldades na infraestrutura urbana aumentaram. A energia elétrica a tecnologia esperada e que permeava a maioria das discussões na política da cidade. O propalado desenvolvimento econômico e expansão da cidade eram as justificativas necessárias para abrigar todo o esforço da instalação de equipamentos modernos nas ruas, como os calçamentos, encanamentos, calçadas, postes e luminárias. Embora se acreditasse estar num contexto de desenvolvimento econômico da cidade, nos cofres públicos ainda se encontravam muitas dificuldades para o financiamento das obras.

As primeiras décadas do século XX foram fundamentais para a estruturação dos serviços prestados aos moradores. Em 1902 foi posta em discussão na Câmara Municipal a pretensão de ampliar a iluminação das ruas na área central, entretanto a resposta foi “*o pedido foi indeferido e falta verba da prefeitura para tal*”, e alguns dias depois foi aprovada a compra de três lâmpadas para contribuir na iluminação da cidade¹¹⁵

No restante do ano de 1902 o prefeito Ernesto Vilela¹¹⁶ fez alguns orçamentos e convocou empresários dispostos a investir na instalação de energia elétrica e água encanada na cidade, contudo, um ano depois a contratação desses serviços ainda não havia sido realizada, “... *não fizeram a concessão de luz e água para não agravar outras necessidades públicas.*”¹¹⁷ Em meados de 1904, o prefeito, ainda

¹¹⁴ CHAVES, Niltonci Batista. *A Cidade Civilizada, discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Editora: Aos Quatro Ventos, 2001.

¹¹⁵ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, dias oito e doze de setembro de 1902.

¹¹⁶ Ernesto Vilela foi prefeito de Ponta Grossa em duas ocasiões, entre os anos 1904-1908 e 1912-1916. Foi um importante personagem para as obras de modernização da cidade.

¹¹⁷ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, dias primeiro de outubro de 1903.

trabalhando nas propostas e intenções de instalação da energia elétrica, convocou uma seção extraordinária da Câmara Municipal para que o assunto fosse debatido. Na carta enviada pelo prefeito aos vereadores, são evidentes os ideais da época, relacionadas à *modernização e progresso* da cidade. Segue um trecho:

Considerando o **grao de prosperidade** que se manifesta nesta já importante cidade, e sendo a Câmara Municipal a quem mais legitimamente compete as attribuições de cogitar certos e determinados melhoramentos em prol de seus munícipes cujos actos, nós, por mais de uma vez tendes posto a prova, **assignalando nos annaes da municipalidade os traços indeléveis do mais acyrrado patriotismo**. Considerando que, **não só para a nossa vida material e commodidade própria, como para a boa impressão do forasteiro que nos visita** o systema de illuminação pública a kerosene até o presente tem sido adotado; **não corresponde a necessidade pública** e a (ilegível) que de dia a dia actua sobre nós. **Há muito que se faz sentir a palpitante necessidade de ser esse systema de illuminação substituído pelo o de luz eléctrica**. Consta essa e me levam a convocar a presente sessão extraordinária. Portanto espero que dotareis esta cidade com mais esse melhoramento, orçando uma lei que autorise a chamar-se concorrentes para a installação da illuminação pública e particular da cidade à luz electrica pelo systema mais conveniente.¹¹⁸ **(grifo meu)**

Nos trechos das Atas fica claro o que estava em jogo, tratava-se de “atitudes patrióticas” que dessem conta de honrar ao *grau de prosperidade* que a cidade já havia alcançado com o desenvolvimento proporcionado pela ferrovia, que na verdade foi a abertura da cidade para diversos setores econômicos, “sendo vista pelos outros”, através dos *forasteiros que a visitavam* e era fundamental para o poder público que os viajantes levassem a melhor impressão possível da cidade.

A instalação de infraestrutura em Ponta Grossa foi problemática por alguns anos e a contratação dos serviços terceirizados sempre esbarravam na falta de recursos por parte da prefeitura. Ou seja, tratava-se de uma cidade tida como

¹¹⁸ LIVRO de Atas. 1902-1907. Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, dia vinte e cinco de maior de 1904.

moderna, referência do interior do estado e coberta de intenções progressista, que tinha a realização dos seus projetos marcados pelas dificuldades financeiras¹¹⁹.

No ano de 1905 a energia elétrica foi implantada em algumas ruas e praças e posteriormente em residências no centro da cidade. A Praça Barão do Rio Branco foi uma das praças contempladas com a instalação de postes de iluminação. Conforme comenta o historiador Edson Armando Silva sobre o uso da energia elétrica:

“Analisando o relatório do Prefeito Municipal, a comissão de legislação apresentou à Câmara Municipal o projeto de nº 107, o qual foi aprovado, autorizando o Prefeito a chamar concorrentes para a instalação e manutenção da iluminação elétrica, pública e particular da cidade, estipulando inclusive o horário de funcionamento da iluminação pública, que no verão funcionaria das 7 horas da tarde às 4 horas da manhã, e no inverno, das 6 horas da tarde às 5 horas da manhã. A intensidade da iluminação nas ruas seria de 16 velas, de 20 velas nas interseções e 32 nas praças, podendo variar se fosse conveniente à decisão do Prefeito”.¹²⁰

Na sequência dos debates da câmara, após a instalação do novo tipo de energia, foram propostas várias regras que normatizassem o comportamento da população para o bom uso, zelo e penalidades aos infratores dos serviços públicos¹²¹. Mais uma vez a tecnologia da eletricidade aparece como um equipamento caro, ou seja, que havia sido adquirido por poucos e que a prefeitura estava fazendo tentativas de instalar alguns exemplares no centro da cidade.

No ano de 1908 foram iniciadas as obras para as instalações da rede de água e esgoto na cidade. Entretanto, devido a problemas financeiros, essas inovações só puderam ser concluídas em 1915. A chegada desses elementos (água e luz elétrica) influenciou nos hábitos que seriam adquiridos pela população como os passeios noturnos, alterações na rotina familiar, no preparo dos alimentos, na lavagem das

¹¹⁹ SILVA, Edson Armando. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (1904-1973)*. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

¹²⁰ Idem, pg. 37.

¹²¹No trecho de ata da Câmara Municipal de Ponta Grossa, de quatorze de março de 1905, foram criadas leis de proteção à iluminação pública.

roupas, na higiene, na interação social: como reuniões, teatros, cinemas, entre outros.¹²²

Outra inovação que passava a ser usada na época foi o telefone. Em 1904 já existia nas discussões da câmara a proposta de um empresário para a instalação de uma rede telefônica na cidade, mas que devido ao alto custo dessas instalações só foi implantada no ano de 1911. Nas décadas iniciais do século XX, a prestação dos serviços de água encanada, energia elétrica e telefonia ficaram restritos ao centro da cidade, e ainda assim a poucos moradores.

No ano de 1912 num apanhado com outras praças e ruas da cidade, o nome do Largo do Rosário foi mudado para Barão do Rio Branco. Um acontecimento influenciado pelos ideais republicanos instaurados na política local em homenagens a nomes considerados ilustres. Nessa ocasião, o Largo da Matriz passou a ser chamado Praça Marechal Floriano Peixoto, o Largo São João virou Praça Barão de Guaraúna, as ruas Comendador Miró, Barão do Cerro Azul, entre outros exemplos.

Nas primeiras décadas do século XX as quadras nos arredores da praça já estavam delimitadas, assim como o seu próprio formato, conforme a fotografia (27). Ela mantém até hoje a forma retangular que foi delimitada na sua origem. Na porção defronte a atual Rua Saldanha Marinho está localizada a Loja Maçônica, estabelecimento esse que perdurou décadas na mesma localização e possui um monumento em comemoração ao seu centenário dentro da praça. Ao lado dela passava um pequeno “córrego” pertencente ao arroio Pilão de Pedra, que nasce aos fundos da loja Maçônica, próximo da atual agência dos Correios.

Posteriormente todo o arroio foi canalizado e atualmente sua presença nessa região não fica visível. No espaço da praça estão alguns postes de luz que denotam seu uso ou trânsito noturno, assim como a presença de alguns carreiros. O espaço que daria origem à alameda que atravessa a praça de uma extremidade a outra também pode ser percebida, como um trajeto que era frequentado ligando a Rua Santana à Capela do Rosário. O terreno, em formato de triângulo numa das

¹²² SILVA, Edson Armando (coord.) *O povo faz a história: 1920 – 1945*. Ponta Grossa, UEPG (relatórios de pesquisa), vol. 1 e 2, 1994.

extremidades da praça, também existia e décadas depois abrigou o terminal Ponto Azul. A ligação desse terreno com a praça foi construída historicamente, especialmente por causa do terminal e ele passou a ser considerado um “anexo” do espaço da praça. Apesar dos esforços para a construção de ruas retilíneas e embora houvesse condições para isso, o triângulo persistiu em meio ao encontro de três ruas.



Foto 27. Praça Barão do Rio Branco no começo do século XX, no lado esquerdo estão o córrego do Pilão de Pedra e a Loja Maçônica, defronte a eles o terreno triangular que foi ocupado pelo terminal Ponto Azul. Na outra extremidade a Capela Nossa Senhora do Rosário. Embora existam as marcas no terreno da praça, que denotam seu uso, a imagem transmite a impressão de um cenário vazio pela ausência de veículos e pessoas nas ruas. (Acervo Casa da Memória Paraná)

Nesse período o “largo” já era um espaço de sociabilidade e lazer dos moradores e muito utilizado para diversos eventos que reunisse um grande contingente de pessoas. Uma característica que chama a atenção é a presença de diversas casas nos arredores, o que faz entender que essa região foi rapidamente ocupada e possivelmente era muito movimentada. Aos fundos, no lado direito, aparece em destaque a Sede do Bispado, um edifício hoje inexistente e que foi

muito significativo na história da cidade. O comércio ao redor da praça se desenvolveu com estabelecimentos nos ramos de confecções, armazéns de secos e molhados, produtos agropecuários, entre outros, caracterizados em alguns casos em sobrados que abrigavam residências no pavimento superior e lojas no primeiro piso.

2.2. A BUSCA PELA CIDADE IDEAL E A PRAÇA-JARDIM:

Nas duas primeiras décadas do século XX as transformações no cenário urbano foram bastante significativas, diversas ruas do centro da cidade ganharam calçamento, luz elétrica, nas praças foram plantados canteiros e gramas, o comércio havia se multiplicado, o centro repleto de estabelecimentos e moradias. No ano de 1915 foi lançado um novo Código de Posturas Municipais pelo prefeito Theodoro Rosas, que era mais abrangente que os anteriores no que diz respeito à quantidade de artigos e temas¹²³. A análise dessas leis torna-se uma importante ferramenta para a compreensão do processo de urbanização na época.

A atmosfera colonial e seus respectivos costumes deviam ser “superados”, uma vez que na cidade ainda podiam ser encontradas essas características. Entretanto o imaginário daquele contexto foi representado por uma lógica ordenadora e excludente de memórias e culturas, que expulsava da cidade os mecanismos e hábitos das pessoas ligadas às tradições diferentes às propagadas pelos idealizadores sociais. A grande influência cultural europeia no cenário global foi determinante para a construção dos ideais das classes dominantes do começo do século XX no Brasil:

A influência cultural exercida pela França e Inglaterra e a necessidade de o país conectar-se com a nova ordem social, econômica e produtiva global da virada do século XIX proporcionaram o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Grandes reformas foram feitas para transformar a cidade colonial em uma cidade republicana. Embalado pelas políticas sanitárias vigentes, o processo de remodelação

¹²³Além dos Códigos de Posturas Municipais, em 1902 a Câmara Municipal de Ponta Grossa elegeu a “Comissão de legislação e hygiene”.

urbana foi usado como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população que porventura ocupassem as áreas centrais.¹²⁴

Assim as determinações das Posturas Municipais buscavam controlar o comportamento da população como as arruaças, gritos, banhos em lugares públicos e depredação do patrimônio público. As atitudes relacionadas ao viver campesino também passaram a ser banidas e existiam restrições ao uso de animais na cidade, alimentá-los e dar água nas fontes da cidade, assim como amarrá-los em frente aos estabelecimentos comerciais¹²⁵. Conforme citam alguns artigos das Posturas Municipais:

Art. 44 – E' expressamente prohibido crear, ter ou conservar porcos no quintal das casas dentro do quadro urbano; pena de 100\$000 réis de multa e obrigação de retirá-los imediatamente.

E ainda: Art.3 – E' prohibido gritar (salvo para pedir socorro), fazer alarido, cantar pelas ruas ou lugares públicos, e por qualquer modo perturbar o socego publico sob pena de multa de 20\$000 réis por infração e detido o infractor ou infractora, por 24 horas, caso não obedeção a intimação.¹²⁶

Em paralelo às edições e propagações de leis e ideais de civilidade que eram muito representativos na época, existia a realidade de um poder público que fora disseminador dessas ideias, mas encontrava dificuldades de colocá-las em prática. O discurso da *ordem e progresso*, especialmente do período pós-instauração da República, era contraditório ao cenário e condições que a sociedade apresentava. Muitos aspectos culturais, naturais e econômicos acabavam sendo empecilhos para a concretização dos planos. Exemplos disso eram as tradições culturais herdadas do Tropeirismo na cidade, assim como as limitações financeiras do governo municipal para execução e obras, e o relevo da cidade composto de vários fundos de vale que eram ocupados irregularmente, entre outros.

¹²⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 27.

¹²⁵ Na edição dos Códigos de Posturas de 1915 existem capítulos que abordam os temas “*Limpeza da cidade, tranquilidade e segurança pública*” e “*Da hygiene e salubridade pública*”, que trazem artigos específicos sobre as regras e penalidades que abordam essa temática.

¹²⁶ ROSAS, Theodoro. *Códigos de Posturas Municipais*. Ponta Grossa: Edição de 1915.

Os ideais do começo do século XX eram compostos de uma cultura científica, social e de políticas públicas que buscavam progresso, modernização e civilidade. Os jornais, crônicas, fotografias e demais fontes da época denotam o quanto a busca por um cenário ideal estava presente na cidade, assim como algumas mudanças aconteceram rapidamente. Existia uma cobrança da parte do poder público, por meio das Posturas Municipais, leis e intervenções para que a população adquirisse os padrões idealizados, ao mesmo tempo em que a população, a imprensa e a classe empresarial também cobravam quando o governo não era eficiente.

Em uma reportagem de 1915 publicado no Diário dos Campos fica evidente os termos e a maneira com que os assuntos da cidade passaram a ser tratados. Era uma discussão que transpassava a resolução de um problema de conforto na cidade, mas de uma cobrança daquilo que tinha sido propagado enquanto ideal e não estava sendo cumprido:

A poça foi aterrada... e os micróbios? Mandou o sr. Prefeito aterrar a poça d'água que a **muita gente incommudou**, na rua Dr. Vicente Machado. E da outra poça maior situada no começo da rua que vae para a estação, ou melhor, situada na praça Rio Branco, que é que fazem?

Continuará ella, na **sua calma assustadora, a aumentar a criação de micróbios e a perturbar os olhares dos transeuntes com sua água suja?** E' o que estamos pensando que aconteça!¹²⁷(grifo meu)

As condições da Praça Barão do Rio Branco que durante muito tempo havia sido citada como “barroca” ou “banhado” não se sustentavam mais, era preciso evoluir e superar essas características. As noções do *hygienismo*¹²⁸ ficam expostas

¹²⁷ Diário dos campos, 15 de agosto de 1915.

¹²⁸ Hygienismo é um dos princípios do Urbanismo e representante do desenvolvimento da ciência quando durante o século XIX e começo do XX foram enfrentadas algumas epidemias como a Gripe Espanhola e Tife, e os médicos e cientistas conquistaram tratamentos e vacinas para doenças. Dentro do discurso do higienismo estava o combate as áreas de proliferação de doenças, como as moradias irregulares, uso de água potável, ambientes arejados, entre outros. O urbanismo no começo do século XX era pautado por médicos, engenheiros e arquitetos que transmitiram os signos das ciências que representaram para as intervenções urbanas.

no texto, e a preocupação de ordem maior era em relação à proliferação dos *micróbios* a qual todos estavam sujeitos. As reclamações presentes no jornal, ora mencionadas na voz da sociedade, ora adotadas pelo editor, demonstram os limites e as deficiências do poder local em executar obras e acompanhar o ritmo de mudanças exigidas.

O processo de urbanização vivenciado no começo do século acompanhado do movimento arquitetônico Eclético tendo seu auge entre os anos 1900 a 1930, e trazia em seus ideais a valorização do sentimento, a ostentação, o viver urbano e o lazer. As praças passaram por novas intervenções que as caracterizariam como tal. Deixaram de serem os “largos” para ganhar cenários de praças, com jardins públicos, chafarizes decorativos, mais iluminação, bancos, coretos, entre outros. Esse novo formato correspondia à funcionalidade exigida pelo novo comportamento social, de pessoas que buscavam os espaços públicos na intenção de um lazer elegante. Os eventos tão comuns nas praças deveriam contar com mais requinte e conforto para uma sociedade que amava os ideais de civilidade:

O Rio de Janeiro, como capital federal, influenciou todo o país, servindo de vitrine dos costumes europeus que dominavam o ideário da população brasileira no final do século XIX e começo do XX. O hábito de passear arraigou-se profundamente como principal função dos jardins urbanos, juntamente com o ato de contemplar a natureza - ainda que ela fosse absolutamente processada e humanizada. Passear e contemplar a natureza eram o programa dos jardins – públicos ou privados – do Ecletismo.

Nas primeiras décadas do século XX, o modelo de praça ajardinada com o programa contemplativo consolidou-se por todo o país como padrão paisagístico. Muitas cidades em ou reformaram suas praças centrais, transformando-as em belos espaços ajardinados.¹²⁹

Em Curitiba, a capital do estado, diversas intervenções e reformas urbanas foram empreendidas para a concretização do processo de urbanização do começo do século XX. Um exemplo é a Praça Santos Andrade onde está localizado o Campus Central da Universidade Federal do Paraná. A praça era um antigo “largo” da cidade que foi criada depois da drenagem de um terreno alagadiço por volta de

¹²⁹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 54.

1871. Na virada do século apresentava um cenário de praça composta de um traçado característico da linha clássica do Ecletismo, que obedecia à composição de canteiros e caminhos em cruz, um estar central com chafariz e o passeio¹³⁰.

Em Ponta Grossa, à medida que o centro passou por reformas e as ruas principais, as praças centrais também tiveram o cenário alterado. Canteiros de flores, pequenos arbustos, grama e árvores foram plantados, aos poucos foram construídas calçadas e os pavimentos das ruas ao redor. No período de transição do modelo de urbanização colonial para o novo modelo de cidade, bela, higiênica, surgiu uma nova concepção: a praça ajardinada. A praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos, por que trouxe a proposta de uma nova função desses espaços e os transformou num cenário semelhante ao que permanece até os tempos atuais. Suas funcionalidades estavam destinadas às atividades recreativas, do lazer contemplativo, convivência da população e passeio¹³¹.

No caso da Praça Barão do Rio Branco, as décadas de 1920 e 1930 foram determinantes para o seu desenvolvimento. Com uma característica ímpar, a praça desde a sua origem possui uma alameda que atravessa seu interior, essa divisão em “duas praças” influenciou nas características da formação desse espaço. No primeiro momento a porção da praça que está em frente ao Colégio Regente Feijó foi construída e no decorrer da década de 1930 o outro lado ganhou intervenções.

Como espaço de encontro entre o poder público e a população, a praça foi um dos lugares mais usados para a transmissão dos ideais da época. Portanto os eventos que ali aconteciam foram muito significativos na política e sociedade pontagrossense, por que era um canal de comunicação e propagação dos discursos políticos, assim como palco das representações sociais.

As festividades religiosas, festas de Carnaval e aniversário da cidade recebiam grandes desfiles que percorriam a Avenida Vicente Machado ou a Rua XV

¹³⁰ Idem, pg. 66.

¹³¹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 29.

de Novembro. A Praça Barão do Rio Branco continuou a sediar as solenidades que eram mais longas e que em algumas ocasiões precediam os desfiles.

As comemorações cívicas eram muito importantes e todas as datas nacionais recebiam homenagens e solenidades. A imagem (Foto 28) vista de dentro da Escola Normal retrata um evento comemorativo realizado na praça, o qual, organizados os participantes compõem sua formação e a população se reúne ao redor para assistir. O espaço da praça estava composto de diversos canteiros mesclados a carreiros que posteriormente seriam calçadas. Na primeira dimensão da imagem aparecem montes de pedras que seriam usados nas calçadas. O redor da praça estava cercado, provavelmente para evitar a entrada de animais e vândalos e, aos fundos, existia uma guarita responsável pela segurança do local.

Em comparação com as fotos anteriores do cenário da praça, percebe-se muitas mudanças. O centro multiplicou-se, as ruas ganharam calçamentos, o comércio estava consolidado. As edificações passaram a ser de maiores portes, com a presença de vários sobrados e a Catedral Santana, que antes se destacava no alto da colina aos fundos, não aparece, por estar encoberta pelos edifícios.

Numa análise histórica do desenvolvimento urbano do começo do século XX, é possível compreender que, durante a década de 1920, a cidade recebeu muitas edificações importantes como a Escola Normal (depois Colégio Regente Feijó), o Fórum, estabelecimentos bancários, clubes, igrejas e residências suntuosas como a Mansão Vila Hilda e o Palacete Osternack¹³².

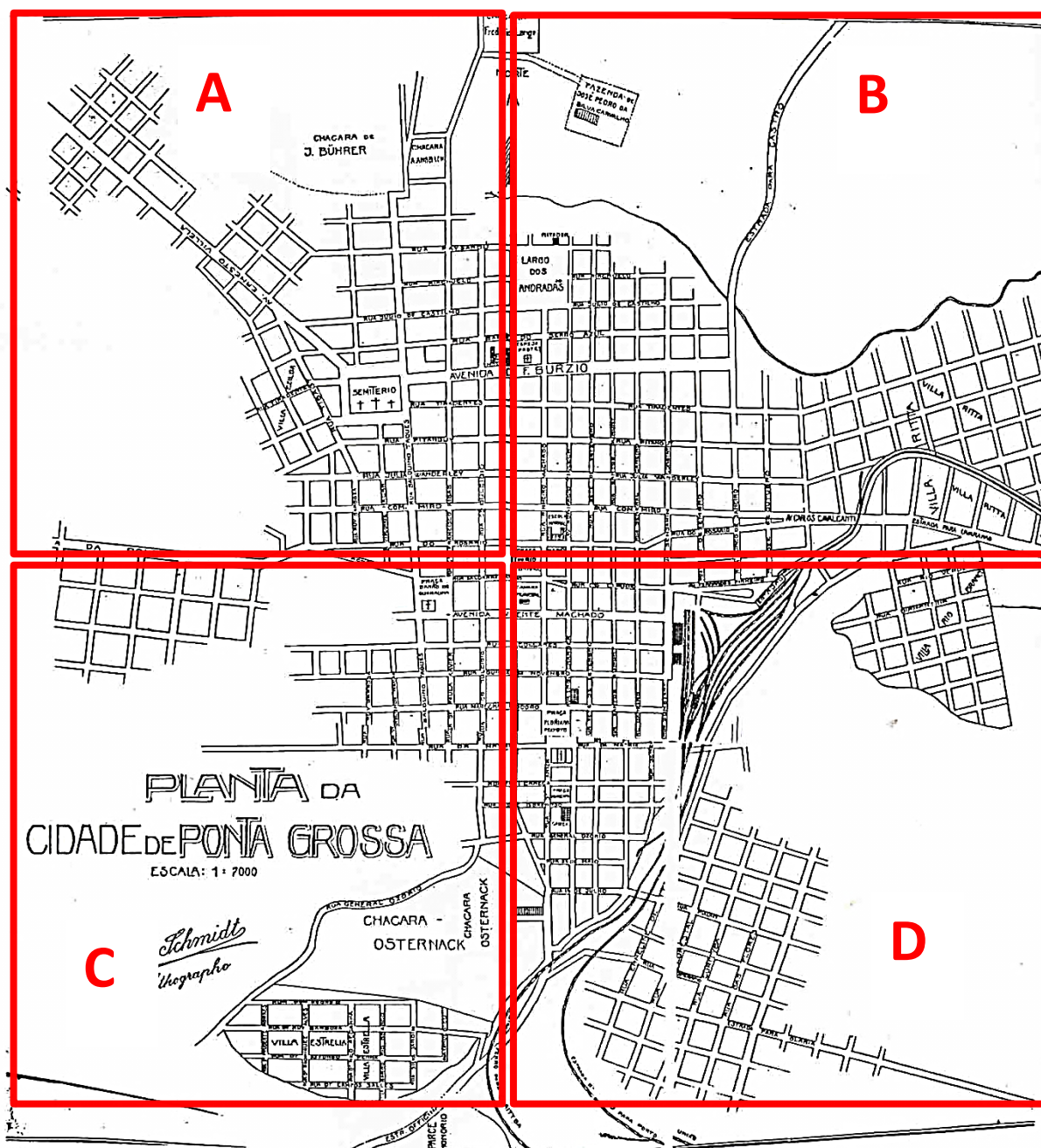
¹³² SCHILDER, Cristiana Ferreira. *Dos casebres e mansões: arquitetura eclética em Ponta Grossa (1900-1930)*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (Trabalho de Conclusão de Curso), 2008.



Foto 28. Comemoração cívica no início do século XX (sem data) (Acervo Casa da Memória Paraná)

Um dos documentos de época, uma planta da cidade permite analisar como estava distribuída a malha urbana na década de 1920, assim como as proporções da expansão da cidade. Na região entorno do núcleo original do centro, próximas à Praça Marechal Floriano Peixoto, os formatos das ruas e quarteirões aparecem regularizados, demonstrando que o centro da cidade naquele momento estava organizado.

Na porção leste está demarcada a presença da ferrovia e sua influência na malha urbana. Isso por que muitas moradias e vilas foram construídas às margens da linha férrea e especialmente nessas áreas percebe-se o formato das ruas e quarteirões obedecendo a esse percurso. Os formatos delimitados pela ocupação desses espaços foram determinantes para as características que essas ruas e quadras possuem na atualidade. Para análise da planta, será feita a aproximação dos ângulos específicos da cidade apresentada divididos em A, B, C e D.



Mapa 4. Planta da cidade na década de 1920. (Acervo de plantas Casa da Memória Paraná)

Na porção A que compreende o Bairro de Nova Rússia, está representada uma região com muitas quadras e ruas delimitadas, assim como seu eixo principal a Avenida Ernesto Vilela. Os traçados de algumas quadras não obedecem ao formato quadrado ou retangular, demonstrando que a provável ocupação desses lugares antecedentes à urbanização da cidade influenciou em suas configurações. Ao meio está localizado o Cemitério São José, que quando construído na década de 1880

A

Na porção central do ângulo B, aparece as marcações sobre o terreno da Santa Casa e da Igreja Protestante, localizadas na Rua Dr. Francisco Búrzio. Na porção sul do ângulo B, está parte do centro da cidade, em destaque o terreno da Escola Normal, ao lado, a Igreja do Rosário e parte do trajeto da linha férrea. A Rua do Rosário que possui um traçado retilíneo em frente à Praça Barão do Rio Branco, adquire um formato irregular em parte do seu trajeto até unir-se em bifurcação com a Avenida Carlos Cavalcanti.

No ângulo C, estão destacados parte do centro, o Bairro Ronda e a Vila Estrela. Esta porção da planta apresenta a visibilidade comprometida dos nomes das ruas e lugares da cidade. Em destaque está a localização das Praças Barão do Rio Branco e Barão de Guaraúna. Ao lado da Praça Barão de Guaraúna, entre o centro e o Bairro Ronda, estão em branco na planta alguns lugares que provavelmente não eram ocupados na época. São regiões de fundos de vale bastante acentuados que limitaram as intervenções da urbanização naquele contexto. Atualmente essa região comporta o início da Avenida Vicente Machado e é toda ocupada por diversos tipos de construções.

Ainda no ângulo C, entre a porção central da cidade e a Vila Estrela destaca-se a propriedade da família Osternack, que possuía grande influência social e comercial na cidade. Próximo à Vila Estrela aparece novamente a linha férrea, denotando que boa parte da cidade era abrangida por ela e, por isso foi muito importante no processo de expansão urbana. A Vila Estrela está geograficamente próxima ao Bairro Oficinas, que como diz o nome tratava-se da região onde estavam os barracões de manutenção dos equipamentos da ferrovia e onde se concentrou boa parte da moradia dos operários deste setor.

Nesta região, que é a porção Sul da cidade, está o principal acesso à estrada em direção a Curitiba. Conforme discussões e informações prestadas nas Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, o autor da planta prestou um serviço terceirizado, uma vez que a cidade não contava com profissionais habilitados a este

tipo de serviço. Durante algum tempo estiveram em discussão os valores e a escolha dos profissionais que fariam a planta da cidade.¹³³



Mapa 4.3. Detalhe C da planta da cidade de 1920, destacado em vermelho a localização das Praças Barão do Rio Branco e Barão de Guaraúna.

No ângulo D, está em destaque a porção do “centro histórico” da cidade, aquele que está entorno da Catedral e próximo às estações ferroviárias. Em frente à

¹³³ Acervo de Atas da Câmara Municipal.

Praça Marechal Floriano Peixoto está marcado a área onde ficava o Fórum da cidade, prédio que atualmente pertence ao Museu Campos Gerais. As ruas ao redor são as mais antigas e que eram compostas do casario original da cidade.

Próximo à linha férrea estão marcados a localização da Estação Paraná e do Armazém de cargas. Toda a morfologia da região desenvolveu-se em consonância ao formato de linha férrea, visto que quando ela foi instalada a região era pouco habitada. A porção em branco na planta ao lado à linha férrea era ocupada pelo pátio ferroviário e nas imediações estavam localizadas a outra estação de passageiros chamada Roxo de Rodrigues, e o Hospital 26 de Outubro, que era destinado ao uso dos ferroviários. No hospital eram feitos todos os tipos de atendimentos aos trabalhadores ferroviários e também existiam armazéns onde podiam ser compradas mercadorias como os secos e molhados.

Nas linhas férreas estão especificadas uma que seguia em direção a Curitiba e outra em direção ao porto de Paranaguá. Por sua localização geográfica estratégica, Ponta Grossa ocupa uma função tradicional de “encontro de caminhos”, quando ocupava esse papel nos tempos da ferrovia e também atualmente com as rodovias. No contexto da década de 1920, a cidade já possuía ligação com São Paulo pela ferrovia e essa malha se estendia até o Rio Grande do Sul. Então a cidade servia como um canal de comunicação entre os grandes centros (Rio de Janeiro e São Paulo) com as cidades do Sul do país.

Se comparada as atuais proporções, a malha urbana de Ponta Grossa na década de 1920 era pequena, e o que está delimitado na planta corresponde hoje ao centro da cidade. Mas naquele momento o processo de urbanização e desenvolvimento da cidade era considerado um processo que tinha acontecido muito rápido, e a chegada da ferrovia tornou-se um “mito” por ser contemplada como o principal motivo de tais acontecimentos.

Conforme a análise da planta da cidade de 1920, podemos perceber que o que era compreendido como centro da cidade naquele contexto era o espaço que ficava restrito às Avenidas Vicente Machado e Balduino Taques, e ruas XV de Novembro, Dr. Colares e Coronel Cláudio. Estas eram as principais vias de circulação no centro, além dos pontos de convivência proporcionados pelas praças. O trânsito de veículos era pequeno, os meios de transportes usados ainda eram coches e carroças e com circulação de pedestres.

No viver cotidiano, um dos hábitos mais adquiridos pela população era o “*footing*”. Um exemplo dos grandes centros urbanos, essa prática consistia no passeio e lazer em família. Reuniam-se em pequenos grupos e passeavam pelas ruas da cidade, revestidos de seus vestuários mais elegantes, para conversar sobre as coisas da moda, no qual o *chick* era suspirar pela cidade-luz e esquecer o passado colonial:

“Trazendo essa tradição do jardim público, a praça ajardinada devia ser frequentada segundo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao polivalente largo colonial. A praça ajardinada foi o palco para o desfile das elites exportadoras brasileiras na virada do século XIX para o século XX. É justamente nesse momento que as praças mais importantes das cidades passam a ser objeto de projetos de paisagismo. Até então a praça ou largo eram espaços livres, configurados pelas edificações em seu entorno, longe de ser projetado.”¹³⁴

Tratava-se de transmitir o mais rápido possível imagens dos novos hábitos adquiridos, e aversão sobre alguns costumes e comportamentos do passado. Alguns lugares nas cidades foram escolhidos como espaços de deleite e desfile da moda, elegância e riqueza. Mais uma vez a partir de influências externas, surge na cidade, praças, cafés, cinemas, teatros, entre outros, que apesar da função de lazer da população, eram espaços fortemente marcados pela representação. Olhar e ser visto era regra do jogo.¹³⁵ A rua XV de Novembro foi a primeira a ser calçada na cidade e era composta de diversos bares, cinemas e clubes, muito frequentados

¹³⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 29.

¹³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1996, pg. 64

pela sociedade. É a legítima representante do *footing*, quando foi o primeiro lugar de passeio “digno” no centro da cidade.

A modernidade é entendida como uma ampla gama de transformações sociais e materiais. Ela se traduz no comportamento, nas sensações e expressões, sentidas pelos indivíduos que vivenciam aquele processo de mudança. O ser moderno significa “ser do seu tempo”, sentir e viver as mudanças, “pegar o trem da história”¹³⁶. Não diferente a tônica dos processos de urbanização do início do século XX, eram permeados por essa mentalidade:

Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, ideias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade. É exatamente associados a estas idéias que as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo¹³⁷.

Uma das importantes referências ao desenvolvimento da cidade no começo do século XX é o texto do cronista Nestor Victor quando ele fez uma visita à cidade, em comparação a uma viagem anterior, realizada vinte e cinco anos antes. Nela o autor considera que, naquele momento a cidade era um ponto de convergência, principalmente pela construção da linha férrea, de importância fundamental para o estado. Também considera que na viagem anterior a paisagem resumia-se “*num dorminhoco e pesado vilarejo*”¹³⁸.

O passado aparece sempre como algo que foi gloriosamente superado e que resultados do progresso podem ser sentidos. Entretanto, na confrontação entre as fontes aparece a dissonância daquilo que já se considera uma etapa vencida. É a *cidade real*, aquela vivida e sentida cotidianamente, posta de lado e narrada no texto

¹³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1996, p. 8.

¹³⁷ HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messenger (orgs). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pg. 14. In: CASTRO, Elizabeth de Amorim. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná*. Curitiba: UFPF (tese de doutorado), 2010 pg. 34.

¹³⁸ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Tipografia do “Jornal do Comércio”, 1913.

como a *cidade ideal*, aquela que é vista de cima, de onde é enxergado só o que se quer. Um dos pontos mais importante da crônica está quando ele enfatiza:

...de dez anos para cá fizeram-se mais de oitocentos prédios novos... a metade do que se fez em Curitiba” e ainda, “ não poderia ser melhor, na administração municipal tem o pontagrossense ocasião de revelar as suas excelentes qualidades de homem honesto e progressista... o homem atual de Ponta Grossa é um tipo geralmente convencido do grande futuro que aguarda a sua cidade.¹³⁹

No texto do cronista viajante é tecida a comparação entre os diferentes momentos em que ele passou pela cidade e ainda analisa essa noção de progresso, vista como algo positivo, como ele exalta de maior qualidade na economia e política vivida pelo município naquele período. A ponto de compará-la à capital do Estado e, independentemente dessa comparação ser ou não um fato, é interessante porque esse é o recurso utilizado para expressar sua admiração.

Outra referência que enfatiza a importância regional da cidade é um trecho do Álbum do Paraná de 1923¹⁴⁰, que destaca nos aspectos econômicos do estado a importância da cidade, “... *apelidaram-n’a a Princesa dos Campos, e nós a denominaremos a Manchester do Paraná, devido a sua grande atividade industrial e ao seu avultado comércio...*”. Mais uma vez o discurso proporcionado para propagandear o modelo de desenvolvimento adotado aparece com recursos exagerados, quando usa uma cidade europeia como referência de comparação.

No clima de prosperidade e progresso em 1923 foi comemorado o Centenário da cidade. A Praça Barão do Rio Branco foi palco das festividades que contaram com uma missa campal, apresentações musicais, discursos políticos, desfiles militares, entre outros. As conquistas alcançadas nos últimos anos pela cidade eram motivos de muita comemoração e orgulho da população. Na historiografia local¹⁴¹

¹³⁹ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Tipografia do “Jornal do Comércio”, 1913.

¹⁴⁰ Estado do Paraná. *Álbum do Paraná – 1923*. São Paulo: Empresa Editorial Capri e Oliveira, 1923.

¹⁴¹ Sobre esse assunto ver: GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983; CHAMA,

encontram-se alguns relatos referentes a esse momento, descrita como a cidade mais próspera do interior do Paraná que vislumbrava um futuro promissor.

A Praça Barão do Rio Branco foi toda adornada, assim como a fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário, para a realização das festividades. A praça foi tomada pela população que compareceu em grande número, com a participação de diferentes faixas etárias. A Escola Normal Primária (atual Colégio Regente Feijó) estava sendo construída e seria inaugurada no ano seguinte. A porção da praça que ficava em frente ao colégio estava urbanizada, contava com um chafariz localizado bem ao meio, com alguns canteiros de grama e lugares para a circulação do público. A ala da praça que fica em frente à igreja, conforme aparece na Fotografia (29), ainda não tinha recebido tratamento paisagístico e nenhum tipo de equipamento que pudesse a caracterizar como uma praça ajardinada.



Foto 29. Missa campal realizada no centenário de cidade em 15 de setembro de 1923. (Acervo Casa da Memória Paraná)

O processo de urbanização representava o “auge” das conquistas, com a realização dos calçamentos, instalação de redes de água, esgoto, telefone, construções de hospitais¹⁴², a ferrovia e um vasto comércio, que reunia com dignidade a população para comemorar o século de vida da cidade¹⁴³. Os festejos relacionados ao centenário estenderam-se ainda até a rua XV de novembro, onde estavam localizados os principais clubes da cidade.

A inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa em 1924, sediada em frente à Praça Barão do Rio Branco foi um dos momentos de grande realização

¹⁴² No início do século XX Ponta Grossa contava com dois hospitais: a Santa Casa de Misericórdia de 1912, e o Hospital Ferroviário que foi inaugurado em 1931.

¹⁴³ GONÇALVES, Maria A. C., PINTO, Elizabete A. *Ponta Grossa – um século de vida (1823 – 1923)*. Ponta Grossa: Kugler, 1983, p. 46.

na cidade. Esse espaço estava destinado a formar profissionais que serviriam às futuras gerações da cidade e da região, na transmissão do saber. O edifício de grande porte, possui dois andares, com muitos compartimentos, que com características da arquitetura Eclética destacava-se na paisagem.

Em outro edifício na Rua Dr. Colares estava sediado o Ginásio Regente Feijó desde o ano 1927. Durante uma reforma no prédio do Ginásio os alunos foram transferidos à escola Normal e permaneceram ali alguns meses. Entretanto, com o aumento significativo da quantidade de alunos matriculados no Ginásio, cerca de 800, houve uma inversão e a Escola Normal passou ocupar o prédio da Rua Dr. Colares. Assim o prédio vizinho da praça tornou-se o tradicional Colégio Regente Feijó.

Durante toda a década de 1930 o Colégio utilizou a porção urbanizada da praça para as aulas de Educação Física e outras atividades. O uso em comum durou até as intervenções feitas no final da década para a “reinauguração” da praça. Dentre os equipamentos da praça existiam, uma quadra de esportes coberta de areia, um campo (localizado na extremidade esquerda da foto 30) que poderia ser usado para atividades variadas e o parquinho.

No final da década de 1920, o desenvolvimento separado dos dois lados da praça era perceptível. A porção que está localizada em frente ao colégio contava com alguns equipamentos, mas principalmente com uma organização morfológica em sua paisagem, com canteiros geometrizados típicos daquele momento no Brasil, com passeios que conduziam até um ponto central que era marcado pela presença de um chafariz. Todo seu perímetro estava cercado por árvores de pequenos portes, num estado avançado para o modelo de uma praça ajardinada¹⁴⁴.

O outro lado, que está em frente à Igreja do Rosário ainda mantinha as características de “largo”, apresentando um terreno que estava disponível ao uso da população, sem tratamento paisagístico ou equipamentos que proporcionassem conforto, lazer ou contemplação da natureza.

¹⁴⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 57.



Foto 30. Praça Barão do Rio Branco no final da década de 1920, quando estava parcialmente construída. (Acervo particular e colorizada por Osmario Ribas)

O espaço da Praça Barão do Rio Branco adquiriu sua formação que daria o “status” de lugar de grande movimentação social no final da década de 1930. Além do período em que a cidade passou por transformações, foram pelo menos dez anos para serem construídos os equipamentos específicos dentro da praça, que adquiriram diversos significados ao longo do tempo.

Nas atas da câmara municipal e nos artigos jornalísticos da década de 1930 são constantemente noticiadas as intervenções e investimentos feitos na praça pelo governo municipal, com objetivo de estruturar um espaço de sociabilidade na cidade. No contexto da década de 1930, o centro da cidade era muito restrito às regiões da rua XV de Novembro, Avenida Vicente Machado e da Praça Barão do Rio Branco. Em um desses exemplos, na reportagem de José Hoffman, é feita uma comparação quanto aos espaços de lazer destinado à população naquele momento:

Dentro de breves dias, talvez ainda na primeira quinzena de abril, será franqueada a população pontagrossense a praça Barão do Rio Branco, ora ataviada; como melhor não poderia sê-lo, graças a atividade empreendedora do prefeito Albary Guimarães.

A Princesa dos Campos passa a ter assim, o mais belo logradouro do Paraná e, parece, um dos mais belos do sul do paiz.

A nova ágora – **nova porque outrora o era só no nome** e presentemente o é de verdade – conta com todos os requisitos modernos que possa ter um jardim público.

A fonte luminosa, o auditório, os canteiros bem trabalhados, tudo ali encanta e agrada. Diante do espetáculo deslumbrante que é representado pelas águas multicores, a se harmonizar na alma do expectador com os acordes musicais ter-se-á, nesse presente local de recreio, **é fácil de se presumir a impressão de se estar num recanto paradisíaco.**

Ponta Grossa terá pois dentro de poucos dias, onde se recrear. É de se suppor que a magnífica praça consiga quebrar o velho hábito de fazer a população os seus passeios nocturnos na rua 15 de novembro. A cidade cresce e com ella o numero de seus habitantes. A nossa principal artéria vae, por isso mesmo, se tornando cada vez mais estreita e inadequada ao esparecimento de nossa gente, maximé aos domingos, quando a agglomeração alli é maior. Na rua 15 ninguém passeia à noite, todos se comprimem, andam aos empurrões. Nem siquer a iniciativa de se “guardar a mão”, á semelhança dos vehiculos, resolveu o problema desse congestionamento. Nos lugares onde os agrupamentos são mais densos as famílias que buscam os cinemas ou que se vêem obrigadas a transitar por alli, **são obrigados a imitar o sertanejo, a caminho da roça, com sua prole um atraz do outro**, o chefe á frente a genitora logo a seguir e a filharada atraz.

O pontagrossense, portanto, está no dever de quando quiser pascer as agruras que guarda um dia de trabalho esfaltante, procurar a praça Barão do Rio Branco e não mais a rua 15. Pelo menos, o magnífico logradouro público que vae ser inaugurado deve ser preferido aos domingos. As exmas. famílias devem tomar a iniciativa nesse sentido. **Com isso, o forasteiro que procure o ponto mais concorrido da cidade ficará extasiado diante da magnificência da praça Barão do Rio Branco**, tanto com a beleza e a graça de nossas donzelas, e não terá a extranhar aquelle ramerrão inspido, aquelle arrasta-pé sem gosto da rua 15. E o passeio na praça tem attractivo que a rua 15 não offerece¹⁴⁵. (grifo meu)

Nas décadas anteriores, os discursos produzidos sobre a cidade eram os mais otimistas, demonstrando que o desenvolvimento alcançado pela cidade tinha sido bastante eficiente. Entretanto, à medida em que anos passam, fica sempre evidente nas fontes a *sensação de progresso* quando *novos elementos urbanos* são incorporados. A rua XV de Novembro foi a primeira da cidade a ser pavimentada, ainda em 1903, e durante muitos anos abrigou os principais clubes, bares e cinema

¹⁴⁵ Diário dos Campos, 03 de abril de 1938.

da cidade. Na narrativa do artigo é enfatizado o papel do poder público e o “jogo de forças” entre os lugares de uma mesma cidade.

O artigo refere-se à rua XV de Novembro como a preferida da cidade, onde existia o velho hábito do *footing*, que perdia seu lugar ao “*mais belo logradouro do Estado do Paraná*”. O autor elogia “exageradamente” os esforços do prefeito Albary Guimarães para construir a praça, assim como os comentários sobre os elementos que faziam parte dela.

Na sequência o texto enfatiza que, “*tratava-se de uma nova ágora que contava com todos os requisitos modernos que possa ter um jardim público [...] de que era fácil presumir a impressão de estar num paraíso*”. A ênfase segue considerando que a praça alcançava os padrões dos mais belos logradouros das cidades do sul do país, e que a população pontagrossense não precisaria mais “*andar apertados e aos empurrões na XV de Novembro*”.



Foto 31. Rua XV de Novembro no final da década de 1920 (Acervo Casa da Memória, foto de Frederico Lange)

Na Fotografia (31) é visível que a rua XV de novembro era um belo cenário dentro da cidade, com suas fachadas padronizadas, respondendo às normas das Posturas Municipais e muito frequentada pela população. Durante muitos anos foi o espaço de lazer mais disputado na cidade, quando na prática do *footing* era percorrida sua extensão e visitados os estabelecimentos comerciais. Entretanto, no final da década de 1930, para os olhos de alguns ela já não era suficientemente moderna e de livre circulação. Seu signo de *circulação, embelezamento e hygiene* foi posto à prova.

Tanto os Códigos de Posturas, quanto os artigos jornalísticos deixam evidente a importância do espaço da praça no cenário urbano, quando ela passa a ser a “vitrine” das obras públicas, assim como lugar de discursos, onde o povo distraído pelo lazer é sutilmente convidado a contemplar a eficiência dos governantes. Como traz um dos artigos:

“Foram, pois, baldados os nossos esforços para que do idealizador da fonte luminosa desse typo que a nossa prefeitura fez construir na Praça Barão do Rio Branco, diferente das existentes no Rio, em Santos, em São Paulo, em Porto Alegre e em Caxias, que não dispõe de certos dispositivos com que conta a nossa, como por exemplo, o jacto colorido em forma de espiral que funciona no centro da parte superior da fonte, ao mesmo tempo que os da extremidade da bacia formando conjuntos dos mais lindos desenhos, em número total de 18, das mais variadas cores.”¹⁴⁶

Após a inauguração da praça foram oferecidas diversas atividades de entretenimento no lugar, visto que era o principal ponto de encontro no centro da cidade. No final da década de 1930 existiam nos arredores diversas casas de comércio, colégios e um cinema. Dessa maneira um lugar muito movimentado todos os dias da semana. Contudo, nos finais de semana aconteciam apresentações musicais, vendedores de doces e outros alimentos, seções especiais do cinema, e programações na Igreja, que faziam com que o lugar ficasse ainda mais movimentado.

Dentre os equipamentos que compunham a praça na sua inauguração estavam o parque infantil, um chafariz, quadras de esportes, a fonte luminosa, a Concha Acústica (coreto), jardins, calçadas, todas as ruas ao redor com calçamento

¹⁴⁶ Diário dos campos, 25 de março de 1938.

e postes de luz dentro da praça e arredores. Após o prévio desenvolvimento da porção de frente ao colégio, nesse mesmo local foi construído o parque infantil em 1935, que era todo cercado por árvores e um pequeno gradil, durante a noite ficava fechado e possuía um portão ornado com trepadeiras, onde era a entrada principal. Nesse mesmo cercado estava a quadra de esportes, que desde a inauguração do colégio era utilizada para as aulas de ginástica. O parque infantil foi uma grande inovação na época, por que as outras praças do centro não contavam com este tipo de equipamento, então rapidamente o uso dos frequentadores da praça aumentou, e o colégio precisou deixar de usar o espaço.



Foto 32. Parque infantil da praça inaugurado em 1935 e visto de dentro do Colégio Regente Feijó. (Acervo Casa da Memória Paraná)

Durante o restante da década de 1930 a porção que está em frente à igreja passou por intervenções e seus equipamentos ganharam muito destaque por serem inéditos, tanto pela tecnologia que representavam (no caso da fonte luminosa), quanto pela beleza e número de público que comportavam. Na Fotografia (33) aparece a construção da fonte luminosa, cercada de diversos tipos de materiais de construção e ferramentas, assim como a delimitação dos canteiros, as calçadas e postes de luz. Ao fundo da imagem, em frente à Igreja do Rosário, foi construída uma escada que dá acesso à praça e demonstra o desnível do terreno em relação à rua. Na outra porção, as calçadas apresentavam desenhos geométricos, com ornamentos representando o pinheiro Araucária em *peti pavê*, que conduziam a um ponto central culminado pela fonte luminosa. Após a inauguração da praça, esta ala ganhou mais destaque e uso por conta dos equipamentos que possuía.



Foto 33. Construção da porção da Praça Barão do Rio Branco que fica em frente a Igreja do Rosário no final da década de 1930. (Acervo Paulo José da Costa)

A morfologia da Praça Barão do Rio Branco caracterizavam-na como um exemplar das praças do período Eclético. Inspirados nos jardins ingleses dos

séculos XVI e XVII, com traçados da linha *clássica e romântica*, os jardins públicos e praças brasileiras apresentavam essas características nas primeiras décadas do século XX. Dentre as influências recebidas, apenas algumas diretrizes foram transportadas às praças brasileiras, principalmente a geometrização e centralidade:

“O Ecletismo foi um período muito fértil de criação e de grandes transformações na paisagem urbana brasileira. Juntamente com as radicais mudanças da função da praça na cidade, sua forma e imagem transformaram-se com igual vigor. Foi durante esse período que a praça pública passou a ser projetada pelos primeiros paisagistas e jardineiros. Os projetistas dos primeiros jardins urbanos nacionais foram, na maioria dos casos, paisagistas europeus que vinham trabalhar nos trópicos. A dominação cultural e econômica da França e da Inglaterra nesse período é notável, e o desejo da nação brasileira de transformar-se em um país à imagem e semelhança de seus parceiros comerciais europeus fez com que a vinda desses paisagistas para executar jardins urbanos fosse urgente e bem aceita. A maioria das principais cidades brasileiras recebeu, na virada do século, projetos de praças ajardinadas, parques e jardins ecléticos, concebidos por paisagistas europeus ou à maneira dos jardins franceses e ingleses.”¹⁴⁷

Conforme cita o autor, os grandes centros urbanizados do começo do século XX, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba etc., aderiram ao processo de urbanização, movimento arquitetônico e construção de jardins com traços Ecléticos. Nos grandes centros as influências do Ecletismo foram manifestadas no decorrer do século XIX, entretanto nas cidades do interior esse movimento foi incorporado conforme o desenvolvimento local e em décadas posteriores. Dessa maneira, o auge do Ecletismo foi sentido em Ponta Grossa especialmente na década de 1920 e nas intervenções das praças no decorrer da década de 1930.¹⁴⁸

Os caminhos estavam dispostos em cruz e conduziam a um ponto centralizado, representado geralmente por um chafariz, obelisco, fonte ou coreto. No caso da Praça Barão do Rio Branco suas duas partes apresentavam essa configuração, uma com um chafariz ao meio e outra com a fonte luminosa e o

¹⁴⁷ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 57.

¹⁴⁸ SCHILDER, Cristina Ferreira. *Dos casebres e mansões: arquitetura eclética em Ponta Grossa (1900-1930)*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (Trabalho de conclusão de curso), 2008.

coreto. Os canteiros eram compostos de árvores de pequeno porte que formavam arbustos geometrizados, os postes tinham a base composta de ferro e alguns desenhos orgânicos entalhados. Na extremidade estavam as lâmpadas amarelas que ficavam protegidas por peças de vidro. Os bancos eram de cimento e no encosto possuíam alguns ornamentos geométricos vazados.



Foto 34. Praça Barão do Rio Branco recém-inaugurada no final dos anos 1930. (Acervo de Osmario Ribas)

As programações proporcionadas à população após a inauguração da praça trouxeram a oportunidade de um viver cotidiano diferenciado, uma vez que com a iluminação disposta neste espaço e com a própria fonte luminosa. O projeto inicial da praça abrangia ainda propostas de outras opções de lazer à população, entretanto, provavelmente por dificuldades financeiras, nem todos os equipamentos foram construídos:

O systema a que vae obedecer o **ajardinamento é o inglez. A arborização, portanto, vae ser baixa, igual á que se vê nos logradouros modernos dos grandes centros.**

(...)

O **calçamento será feito em “petit pavê”**. Ao fundo da praça será levantado um coreto moderno, systema auditório, abaixado ao centro para facilitar a acústica.

Ao lado do salão central, serão construídos outros dois, para bailes, serviços de bar, etc. Nesse auditório poderão ser realizados concertos e retretas e também outros espetáculos públicos.¹⁴⁹ **(grifo meu)**

Além da Praça Barão do Rio Branco, as outras praças da região central como a Praça Marechal Floriano Peixoto, Praça Barão de Guaraúna e Praça João Pessoa (antigo Largo da Estação) também receberam tratamento paisagístico, passaram por intervenções e receberam as características Ecléticas. Mas por dispor de uma área maior, a Praça Barão do Rio Branco acabou ganhando mais equipamentos e destaque nas opções de lazer e eventos para a população.

Conforme a foto (35) da Praça Marechal Floriano Peixoto, no final da década de 1930 sua composição era de uma praça ajardinada com canteiros geometrizados, com passeios que conduziam a um ponto central, no caso representado por um obelisco. As calçadas em *peti pavê* foram feitas com afrescos, desenhos muito utilizados para decoração naquele contexto, e numa das extremidades estava sendo construído um coreto, que permaneceu ali durante muitas décadas e que já foi demolido. O atual cenário das praças centrais da cidade é composto por essa geometrização dos canteiros, mas as paisagem é bem diferente, caracterizada principalmente por muitas árvores de grande porte.

Outras características das praças ajardinadas, além da geometrização, são os traçados dos passeios em cruz e variações, elementos pitorescos, vegetação arbustiva disposta como bordadura dos canteiros e caminhos, vegetação arbórea plantadas próximas às calçadas para o sombreamento, grande utilização de espécies exóticas europeias e pequena utilização de árvores nativas, poda topiária¹⁵⁰ dos arbustos e árvores e gramados¹⁵¹.

¹⁴⁹ Diário dos Campos, 17 de junho de 1937.

¹⁵⁰ Poda Topiaria é a arte de podar plantas em formas ornamentais. É a prática da jardinagem que consiste em dar formas artísticas às plantas mediante corte com tesouras de podar.



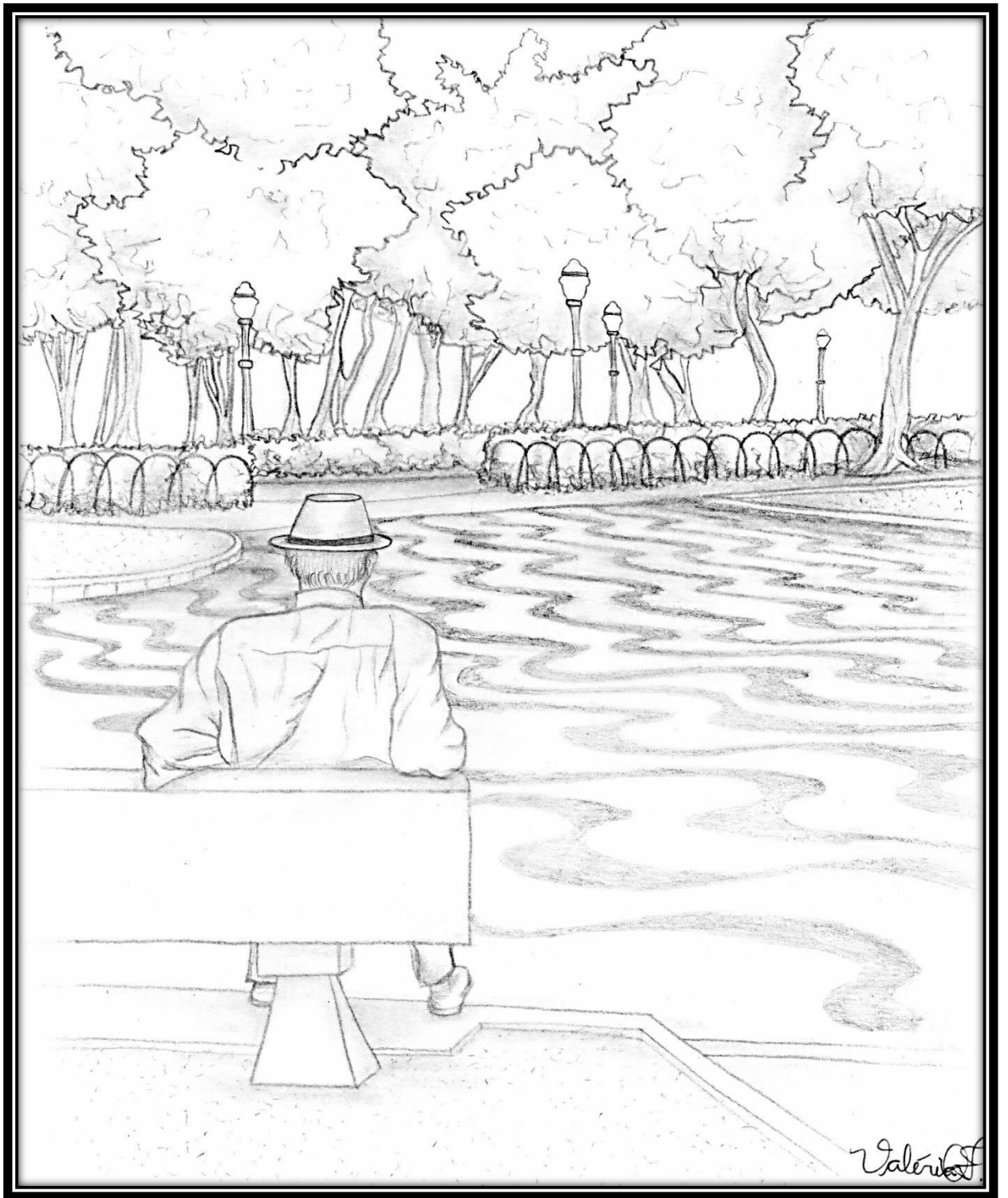
Foto 35. Foto colorizada da Praça Marechal Floriano Peixoto no final da década de 1930. (Acervo Paulo José da Costa)

¹⁵¹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 58.



Foto 36. Praça João Pessoa na década de 1930. (Acervo Paulo José da Costa)

As transformações urbanas das primeiras décadas do século XX e a consequentes intervenções nas praças do Centro da cidade proporcionaram à população novas vivências, atividades sociais e funções desses espaços. Cada praça em sua singularidade desenvolveu sua história conforme as funções a elas ligadas. No caso da Praça Barão do Rio Branco o processo de construção dos seus equipamentos que decorreram a década de 1930 foi encerrado, entretanto esse lugar como espaço de permanentes transformações continuou recebendo intervenções, ganhando novas funções e significados que fariam dela única na cidade. As lembranças dos seus frequentadores transmitem esses diferentes momentos percorridos na trajetória da história da praça.



“ Sentado no banco da praça, o olhar perdido retoma as lembranças da infância. Palco de touradas, circos e peladas do fim de tarde, a praça de outrora era de grande movimento. Hoje, para muitos ela passa despercebida, em meio a correria do dia-a-dia. Mas boas notícias ali escondem: basta um dedo de prosa e um ouvido para escutar”.

Gustavo Sobrinho, flaneur

CAPÍTULO III

O “CORAÇÃO” DA CIDADE

3.1. DAS FANTÁSTICAS FORMAS COLORIDAS ÀS RETRETAS DA BANDA:

Após o ano de 1939 quando a praça foi inaugurada e entregue como um espaço desenvolvido para o lazer e desfrute da população, iniciou uma nova etapa da história desse lugar. A partir de então as histórias, lembranças, fotos de família e eventos públicos aparecem sempre relacionados a esses equipamentos. A maioria dos entrevistados que dedicaram depoimentos a esta pesquisa nasceram no período entre os anos 1935 e 1950, de maneira que quando lembram não transmitem apenas a história de um lugar, mas também as memórias de suas infâncias. Para eles, estar na praça significa enxergar nos pequenos detalhes nuances de um tempo bom que se perdeu, mas que de alguma maneira está ali representado.

A construção da Fonte Luminosa, que foi inaugurada em março de 1938, trouxe euforia e muita curiosidade entre a população. Isso por que tal equipamento significava grande tecnologia com a qual não havia nada semelhante na cidade. Como aporte “novidade” as lembranças da fonte em funcionamento são as mais entusiasmadas, visto que o cenário por ela criado era realmente belíssimo. A fonte tinha o formato redondo, com uma grande circunferência e era dividida em três níveis. Durante o dia quando funcionava como chafariz, mas o grande espetáculo era apresentado à noite, quando ela era iluminada por diversas cores, jorrava água a aproximadamente seis metros de altura e criava dezoito diferentes desenhos¹⁵².

A fonte foi construída pelo mineiro Antônio Corrêa Beraldo, criador desse tipo de equipamento, que ele batizou de "fonte independência". Ele instalou fontes em algumas cidades brasileiras, entre elas Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Paranaguá, Rio Branco, Erechim. Os jatos do alto eram giratórios, criando espirais de água. A iluminação colorida usava vermelho, verde, azul e branco, criando automaticamente setenta e duas combinações diferentes. A fonte era ligada todos os dias das 19 às 22 horas, com iluminação aos sábados, domingos e feriados. Em Ponta Grossa, a

¹⁵² Conforme relatos dos entrevistados que conheceram a Fonte Luminosa em funcionamento.

fonte instalada na Praça Barão do Rio Branco era a única da cidade, em outras praças existiam pequenos chafarizes, mas nada comparado ao grande equipamento:

[...]de luminosa era só aquela dali, que era uma atração na cidade, por que fazia desenhos com a água, sabe? E jogo de luz... então ela iluminava e fazia aqueles desenhos e tal... um cara de Belo Horizonte que inventou aquele tipo de fonte, ele fez em várias cidades...era José Beraldo “não sei das quantas”... então ele que inventou aquela fonte, montou em várias cidades e ele chamava de fonte independência [...] ¹⁵³ (grifo meu)

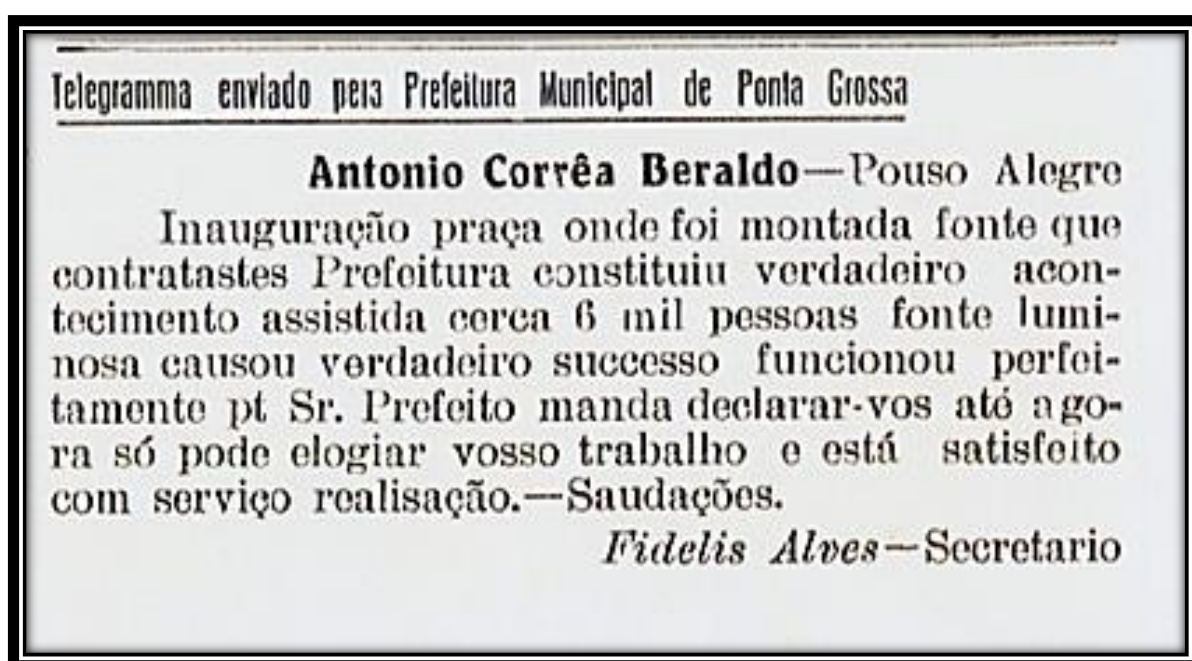


Figura 5. Telegrama enviado da Prefeitura de Ponta Grossa ao construtor na ocasião da inauguração da Fonte Luminosa, em 1938. (Acervo de Denise E. Metynoski)

O investimento para a construção da fonte exigiu esforços do governo municipal e da classe empresarial que se reuniram para arcar com tais custos. As ações do governo ao longo da década de 1930 deixaram muito claras as intenções de se criar uma praça de grande porte e com aparatos tecnológicos ao nível dos grandes centros. A praça é um espaço onde o poder público demonstra sua eficiência, preocupação com a população e de um novo processo de *modernização*. A inauguração da fonte luminosa foi acompanhada por grande público e consagrou o

¹⁵³ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

novo viver urbano. A prática do *footing* aos finais de semana era feita no período noturno, especialmente nos sábados à noite, contando com a iluminação das praças e nesse caso uma fonte iluminada o cenário proporcionado era muito frequentado.

A fotografia (37) de época é a única encontrada que mostra a fonte em funcionamento no período noturno. Através da imagem podemos perceber que ao redor haviam sido construídos grandes edifícios, e alguns sobrados que eram destinados à residência no piso superior e comércio no térreo. Dessa forma a praça estava rodeada por um belo cenário, como um local privilegiado que atraiu ao seu redor grandes instituições e estabelecimentos. A paisagem noturna da praça aparece bastante iluminada e um grande público se concentrava ao seu redor para contemplar as diferentes cores e formas exibidas.

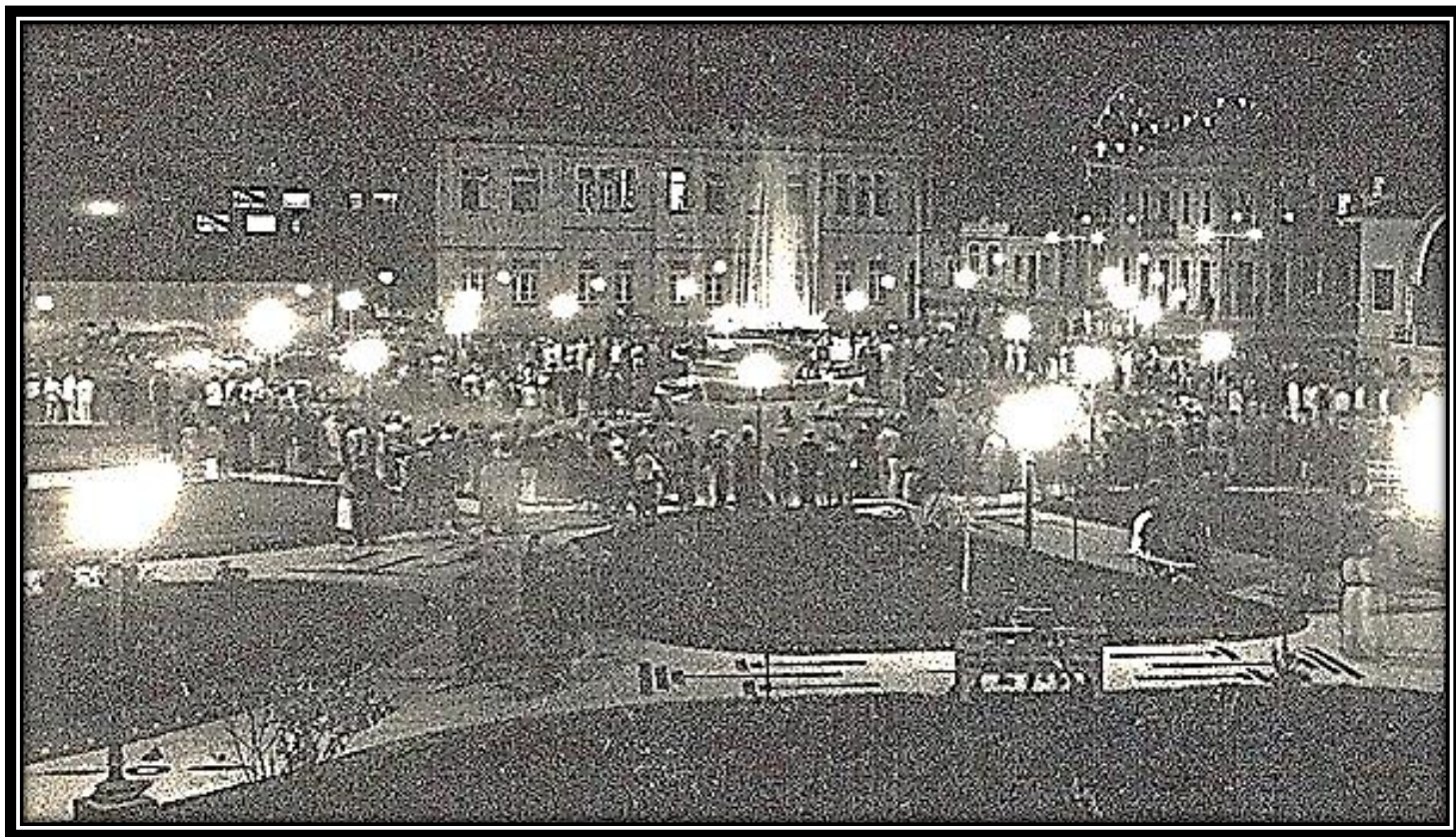


Foto 37. Espetáculo noturno da Fonte Luminosa, sem data. (Acervo de Denise E. Metynski)

As lembranças do período de funcionamento da fonte são acompanhadas da consideração de que se ela ainda estivesse em funcionamento seria uma grande atração na cidade. O equipamento ocupava um grande espaço na praça situava-se em frente à Igreja do Rosário, e quando foi retirada deixou um vazio no espaço e incompreensão nos seus frequentadores:

[...] a fonte luminosa era a coisa mais linda [...] só que ficou um tempo desativada e atualmente não existe mais... ela ficava ali em frente a Concha Acústica, e agora não tem nada. Era um largo grande sabe? Ali no meio, bem no meio tinha a fonte luminosa... **a fonte era bem no meio da praça... então a fonte luminosa era coisa mais linda, fazia cálice, bastante tipos de desenhos... em várias cores.... era coisa mais linda, não sei por que desativaram! Aquilo até hoje seria uma atração [...]**¹⁵⁴

A Sra. Roseli Mendes Rosa comenta que algumas imagens da sua infância estão diretamente relacionadas com a Fonte Luminosa. Para ela, ir até a praça atualmente, sentar nos bancos em frente à Concha Acústica e contemplar a paisagem é “reviver” momentos especiais de sua vida:

[...] eu estar aqui com você agora (no momento da entrevista) e vendo essa praça me causa certa emoção, me traz sensações que não sei explicar. O meu pai trabalhava aqui na parte de baixo do coreto, ele era funcionário da prefeitura, do departamento de obras, e a sede do trabalho dele ficava aqui. Então nós, eu e meus irmãos esperávamos ansiosos pelo dia que minha mãe iria conseguir nos trazer no trabalho do papai. **Quando conseguíamos vir, ficávamos a tarde aqui na praça, brincando ao redor da fonte e quando anoitecia o papai saía do serviço, e nós íamos passear pela praça, ali no parque e também ver a fonte iluminada.** Quando decidiram desativar e desmontar a fonte eu fiquei muito brava com meu pai, porque ele trabalhava na prefeitura e eu achava que ele tinha que impedir aquilo, mas coitado ele não podia fazer nada. **Até hoje não entendo o motivo daquilo, como que uma coisa de cimento pode não durar?**¹⁵⁵ (grifo meu)

As lembranças de infância estão relacionadas à construção de identidade dos indivíduos, isso por que desde que nascem são seres sociais, portanto, as mais remotas lembranças dizem respeito ao âmbito familiar, mas também aos lugares de infância e aos grupos que pertenceram, como a escola, igreja, bairro etc. As lembranças de infância são realçadas por que representam períodos em que cada

¹⁵⁴ MACHADO, José Abel Correa. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de janeiro de 2015.

¹⁵⁵ ROSA, Roseli Mendes. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 18 de fevereiro de 2016.

indivíduo descobriu universos e trazem a sensação de nostalgia e saudades, que são diferentes das lembranças dos adultos. Quando criança compreende-se o mundo de uma forma muito peculiar, enquanto como adultos os indivíduos compreendem melhor como *tudo está ordenado* e as lembranças pertencem a uma gama maior de grupos sociais¹⁵⁶.

Nos relatos sobre os períodos de infância vivenciados na praça, seja sobre as brincadeiras no parque, nos passeios para ver a fonte luminosa, nos sons das músicas da banda, os sabores dos lanches, na troca dos álbuns de figurinhas com os colegas, as lembranças transmitem a importância dos laços e da proteção familiar, assim como o viver de um tempo em que a violência era menor e era possível brincar e transitar pelas ruas com os amigos. O desfrute dos espaços da praça em outros tempos diz a respeito de cenários, cotidiano, cultura e hábitos comuns nas diferentes épocas da cidade.

As lembranças da Fonte Luminosa em funcionamento também são incertas. Alguns se confundem o lugar exato onde ela ficava localizada, outros exageram nos números sobre o tamanho ou altura dos jatos, e não lembram exatamente o período e o motivo por que ela foi desativada, mas o ponto de concordância entre os relatos é da importância daquele lugar, da grande quantidade de pessoas envolvidas nas programações na praça, da beleza ímpar do espetáculo proporcionado pela fonte e do viver diferente naquele tempo. Enquanto alguns se lembram com clareza e detalhes os períodos ali vividos, a outros restam apenas as nuances de algo que realmente marcou suas atenções e memórias, e que ainda resistem ao peso da idade.

Na foto (38) do álbum de família de Paulo José da Costa, ficou registrado um dos momentos do lazer na praça. Aos fundos, em destaque, está o edifício que abrigaria a Loja Hermes Macedo, e o jardim da praça bem formado com arbustos podados geometricamente, plantas desenvolvidas e as árvores ao redor que ainda eram de pequeno porte. Em primeiro plano a água passava por diferentes superfícies e as engrenagens que criavam as formas.

¹⁵⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva...* pg. 28.



Foto 38. Retrato do álbum de família de Paulo José da Costa na década de 1940. (Acervo Paulo José da Costa)

Outros relatos permitem entender a ideia de comportamento social e do cenário urbano ao relembrar sobre a praça. A praça como elemento pertencente à cidade e que acompanha seus processos de desenvolvimento e modernização, possui sua história relacionada a todo o cenário ao redor. Dessa forma é transmitida na fala do entrevistado a proporção, função da praça e da fonte numa época em que a cidade era menor e oferecia menos opções de lazer:

[...] mas eu lembro que Ponta Grossa era pequenina, não havia calçamento nas ruas, a Praça Barão do Rio Branco era melhorzinha, mas ainda era... as árvores, a única coisa que havia de grande, de atrativo ali que reunia quase a cidade inteira, era o chafariz e ele jogava água a diversos metros de altura, acho que a dez metros de altura ou menos,

talvez eu esteja exagerando né, e era colorido e o povo passeava pela praça [...] ¹⁵⁷ (grifo meu)

A Fonte Luminosa não funcionou durante muito tempo, pois foi desativada em 1955 e retirada da praça nos anos 1960. As lembranças relacionadas a ela são guardadas como significativas de uma geração específica que teve o ‘privilégio’ de vivenciar o funcionamento da fonte. Diferente de outros equipamentos da praça que têm ganhado novas funções e significados ao longo do tempo, a geração que conheceu a fonte é a detentora das lembranças e registros que transmitem informações sobre ela.

Após algumas dificuldades na manutenção e custo, a Fonte Luminosa foi desativada e a calçada preencheu o local onde ela ficava. Os fragmentos da fonte permaneceram durante muito tempo no parque de máquinas da prefeitura, e o prefeito Jocelito Canto, na ocasião de abertura da alameda em abril de 1999, mencionou ao Jornal da Manhã ¹⁵⁸ que tinha a intenção de reativá-la, entretanto seu plano não foi concretizado. Além da fonte, a praça continha ainda outro chafariz, que fica na porção em frente ao Colégio Regente Feijó e até a década de 1940 existiam mais outras duas bicas que mantinham o papel de fornecimento de água. As bicas foram desativadas quando foi construído o terminal de ônibus Ponto Azul.

O cenário da Praça Barão do Rio Branco nos anos 1940 mantinha semelhança com os anos anteriores. A principal mudança apresentada na praça nesse período era o crescimento da vegetação, tanto dos pequenos arbustos, quanto das árvores. Nesse período foram plantadas espécies arbustivas, flores e folhagens dentro dos canteiros da grama, dessa forma a paisagem da praça foi ganhando cada vez mais a presença de vegetação. Na imagem (Foto 39) pode ser vista parte da praça, tirada da Rua do Rosário que fica num nível um pouco mais alto do relevo da praça, ao meio está a Fonte Luminosa com sua grande circunferência que abrangia de frente a Concha Acústica.

¹⁵⁷ QUADROS, Albari de Paula. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 13 de janeiro de 2015.

¹⁵⁸ RODRIGUES, Eloir. *Jocelito inicia abertura de rua na Praça*. Ponta Grossa, Jornal da Manhã, 30 de abril de 1999.



Foto 39. Parte da Praça Barão do Rio Branco na década de 1940. (Acervo Denise Metynski)

As Praças Marechal Floriano Peixoto e Barão de Guaraúna que também haviam recebido tratamento paisagístico no final da década de 1930 permaneceram com a mesma morfologia, como os formatos de canteiros e calçadas e contavam com equipamentos como iluminação, bancos, chafarizes e no caso da primeira um coreto. Atualmente as três praças do centro apresentam espaços bastante arborizados, que são refúgios em meio aos prédios e tantas construções. A Praça Barão do Rio Branco concentra a maior quantidade de árvores dentre as praças do centro, mas os três espaços possuem árvores antigas e de grande porte, provavelmente do período em que foram construídas.



Foto 40. Praça Marechal Floriano Peixoto na década de 1940. (Acervo Casa da Memória Paraná)



Foto 41. Praça Barão de Guaraúna na década de 1940. (Acervo Casa da Memória Paraná)

A Concha Acústica Carlos Gomes foi projetada pelo engenheiro e arquiteto pontagrossense Carlos Bonfily, e construída em 1938 pelo prefeito Albary Guimarães. Dentre os equipamentos da praça, a Concha Acústica é contemplada nas lembranças como o espaço que possuía o uso muito diversificado. No contexto da inauguração do coreto existia na cidade a prática de eventos ao ar livre, que posteriormente foram transferidos a outros lugares como os teatros e clubes. Dessa forma eram realizadas atividades como: discursos políticos, comícios, *shows* de cantores, concertos das bandas da cidade, cerimônias cívicas e uma rádio comunitária.

Nas datas cívicas como os feriados de Tiradentes, Independência do Brasil (Semana da Pátria), Proclamação da República e o aniversário de Ponta Grossa, eram organizadas programações que duravam o dia todo na praça. As famílias vinham de diversos bairros da cidade, acompanhavam as cerimônias e no período da tarde era um momento descontraído com apresentações artístico - musicais e passeios pela praça.

A comemoração no dia de Tiradentes tornou-se um dos eventos mais tradicionais na praça e essa prática durou por algumas décadas, exemplo disso foi a instalação de uma estátua do herói nacional na década de 1970. Os simbolismos entorno das comemorações a Tiradentes se desenvolveram especialmente após ele ter sido tomado como patrono das polícias militares e herói da República no Brasil. Para a historiadora Andrea Mazurok Schactae, um sistema simbólico foi construído e é identificado por um conjunto de símbolos e práticas dentro da história da Polícia Militar no Paraná e da identidade do policial militar, quando no decorrer do século XX foi construída uma representação do herói Tiradentes. Um herói construído em relação a uma ideia de nação, de masculinidade, de cidadão brasileiro e de policial militar.¹⁵⁹

As comemorações cívicas na praça estavam ligadas ao contexto político nacional, sob a qual era propagado os ideais do militarismo e o culto a essas datas:

No Brasil, estas ideias ficam mais aparentes a partir dos anos de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que foi inspirado em modelos nacionalistas europeus. As comemorações cívicas e as paradas militares são espaços de representação do ideal de nação e de cidadão. A “Semana de Tiradentes” foi um veículo importante na construção de uma representação de nação e de uma identidade nacional, considerando os documentos da Polícia Militar do Paraná.¹⁶⁰

Nesse sentido, a Concha Acústica e a Praça Barão do Rio Branco em Ponta Grossa ganharam um papel tradicional ao sediar durante muitas décadas as comemorações cívicas. As realizações desses cerimoniais tradicionais compuseram parte da história da praça, ou de sua camada simbólica, quando para um segmento da população esse espaço tem um significado de lugar cívico. Mais uma vez a praça exerceu a função de canal de comunicação entre o poder público e a população. Era do interesse do governo que fossem alimentados os rituais cívicos que reforçavam os ideais do modelo político estabelecido na época.

Na comemoração a Tiradentes em 1939, logo após a conclusão das obras na praça, a população compareceu em peso para acompanhar a cerimônia que contava

¹⁵⁹ SCHACTAE, Andrea Mazurok. *O herói, a farda e a polícia feminina: um estudo sobre identidade e gênero na Polícia Militar do Paraná*. Curitiba: Revista fatos & versões, nº 2, vol. 1, 2009, pg. 80.

¹⁶⁰ Idem, pg. 82.

com a representação de instituições: a classe política, os militares e os religiosos, leia-se Igreja Católica. A cerimônia foi realizada no entorno da Concha Acústica e da Fonte Luminosa. A população alinhada nos trajés da época concentrou-se ao redor, e o desnível das ruas do Rosário e Augusto Ribas colaborou para que alguns conseguissem visualizar a programação.

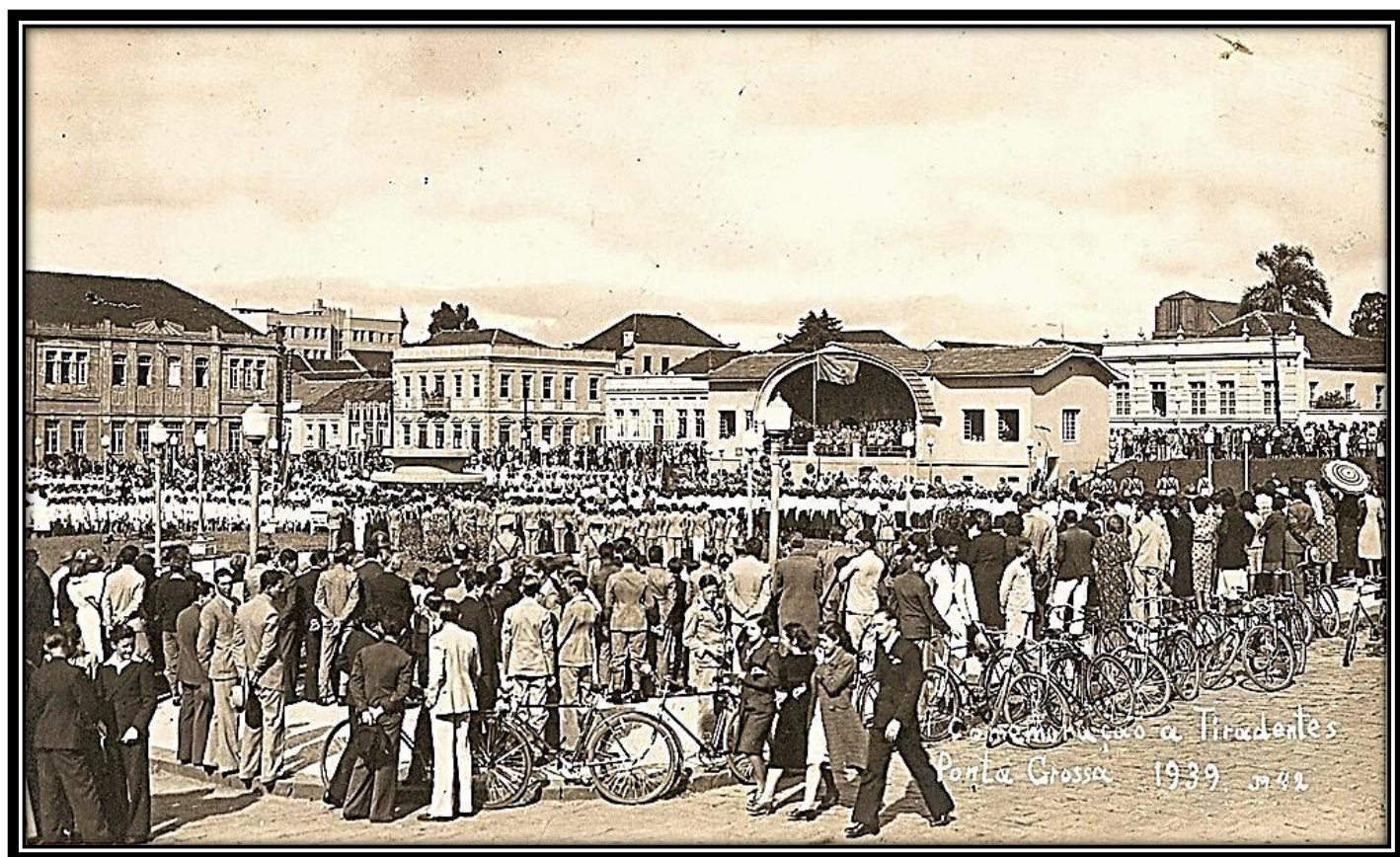


Foto 42. Comemoração do dia de Tiradentes, em frente à Concha Acústica em 1939. (Acervo da Casa da Memória)

Os ideais do civismo passaram a ser propagados após a instauração de República no Brasil, quando as datas cívicas foram instituídas e eram incorporadas pela população por meio das comemorações. Especialmente após os anos 1930, quando o Vargasismo se estabeleceu uma “cultura cívica” que perdurou durante muitas décadas. Nos desfiles, discursos e comemorações o poder público (Estado) demonstrava sua força e poderio, assim como o exército e os militares vinham

acompanhados dos seus equipamentos como a farda, armas, carros de guerra, entre outros, e utilizando desses símbolos transmitiam os signos da tecnologia, nacionalismo e ordem pública. É a partir de suas representações sociais e valores nelas incutidos que os desfiles patrióticos inventaram tradições que assumiram significados múltiplos de experiência:

A esse respeito o Estado assume um papel singular: é ele, ao mesmo tempo, ator histórico, pois deveria fazer parte da comemoração cívica, e narrador dos processos que tornaram possível celebrar. Embora essa dupla ação de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses. É ele, o Estado, por exemplo, quem define quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação como seus sinais diacríticos definidos, entre outras ações, pela institucionalização de feriados, além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos. É ele que, ao selecionar fatos e eventos da história oficial para festejar, não só faz uma escolha do que deveria ser lembrado por meio das comemorações, mas também constrói um certo arranjo que provoca reinterpretações desses eventos, concorrendo de modo decisivo na construção de um tipo de memória social.

161

As gerações compreendem a Nação e o patriotismo de maneira diferente. Nos relatos aparecem os comentários e até mesmo indignação de pessoas que consideram terem vivido no tempo que “*a bandeira era respeitada*” ou que “*o Hino Nacional e outros hinos eram sabidos pelas pessoas, e não era cantados apenas nos jogos de futebol*”. Dessa forma, as tradições e rituais cumpridos pelo Estado exerceram um papel catalisador na construção de uma memória social. Na análise da história da Praça Barão do Rio Branco é possível compreender que em alguns momentos o poder público participou como ator histórico, sendo compreendido como parte de uma cultura ou geração. Entretanto, na maioria das vezes em que os acontecimentos são estudados, o Estado aparece de forma evidente exercendo seu papel de disseminador de ideias, imposição de ideais e forjando o comportamento social.

Na primeira semana de setembro, que contempla o dia da Independência do Brasil, eram realizadas várias comemorações que envolviam a população em geral por meio dos desfiles, festas nas praças e atividades nas escolas, entre outros.

¹⁶¹ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)*. In: VIDAL, Diana (org). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2004.

Como existia grande variedade de atividades, elas ficavam distribuídas ao longo de alguns dias que compunham a chamada Semana da Pátria. Em Ponta Grossa esses festejos eram reforçados pelo aniversário da cidade, que acontece na semana seguinte, no dia quinze de setembro. Em alguns casos as atividades e desfiles eram organizadas visando as duas comemorações.

Um dos exemplos da presença dos festejos cívicos na praça, retratada na fotografia (43) da década de 1940, era parte da comemoração da Semana da Pátria. Um grande Altar da Pátria foi montado e decorado com a bandeira, flores e símbolos do exército. A partir do final dos anos 1940 a festividade também contava com a presença dos pracinhas que haviam sobrevivido na Segunda Guerra Mundial, e que além de participar do evento, recebiam homenagens por terem combatido na guerra em nome da Nação. Durante toda a semana o altar permanecia na praça, sempre vigiado pelos militares que ficavam no plantão. Em algumas ocasiões eram montados altares menores que eram transportados nos desfiles na Avenida Vicente Machado¹⁶².

¹⁶² Roseli Mendes da Rosa em entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 18 de fevereiro de 2016.

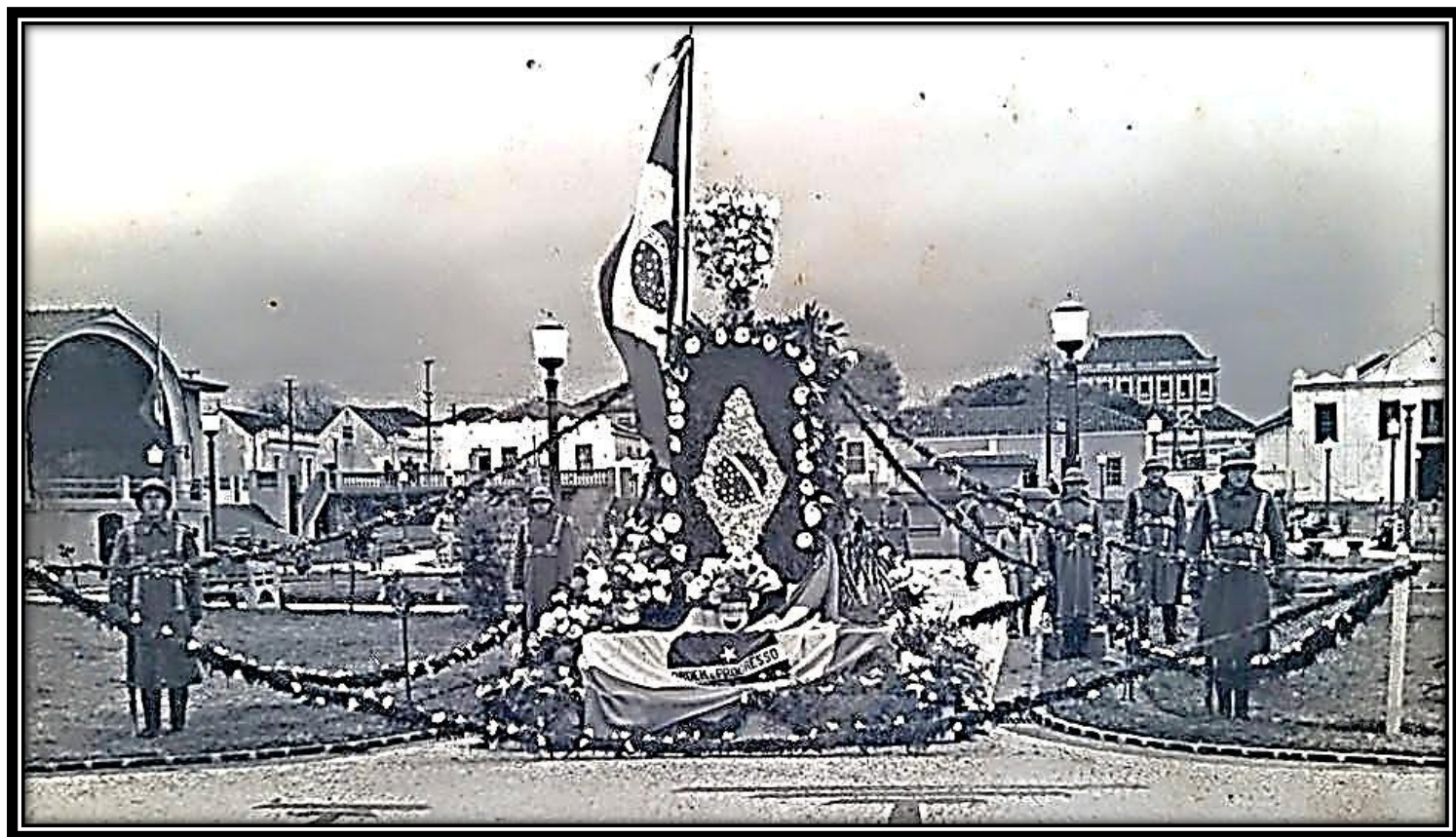


Foto 43. Equipamento militar de comemoração da “Semana da Pátria” na Praça Barão do Rio Branco, na década de 1940. (Acervo Roseli Mendes da Rosa)

Outra característica sempre presente na Praça Barão do Rio Branco, especialmente na Concha Acústica eram as apresentações musicais. Elas compunham as comemorações cívicas, *shows*, concertos e as retretas que distraíam o público, principalmente aos finais de semana. Desde a origem do coreto, as apresentações musicais foram os principais eventos que ocuparam esse espaço. Inaugurada em abril de 1938, na gestão do então prefeito Albary Guimarães, a Concha Acústica foi batizada com o nome do músico e compositor erudito brasileiro Carlos Gomes. No entanto em 2012, a Câmara de Vereadores rebatizou o espaço com o nome de Carlos Afonso Buch, fundador da Rede de Alto-Falantes de Ponta Grossa (RAF).

A praça era frequentada principalmente aos domingos, quando o público que participava de missas na Catedral ou Igreja do Rosário, ou vinham ao Cine Império e

percorriam o espaço da praça. Aos domingos à tarde aconteciam as retretas das bandas na Concha Acústica e eram grandes atrações. As retretas eram competições entre as Bandas Lyra dos Campos e a do 13º BIB (Décimo terceiro Batalhão de Infantaria Blindada) que apresentavam todo o seu repertório e a vencedora era escolhida pelo público presente. Além das competições entre as bandas, eram realizados *shows* de diferentes gêneros musicais, em algumas ocasiões, patrocinados por políticos ou estabelecimentos comerciais:

[...] então enchia de gente para ver, geralmente era aos domingos ou feriados que tinha eventos, e aquilo enchia de gente... e quando era tempo de calor a banda do 13 (BIB) fazia retretas lá no coreto, e então a praça ficava lotada de gente. Teve muito show de artistas naquele coreto lá...vinha muita gente de fora, patrocinados por lojas, muitos pelo Hermes Macedo, no tempo que ele existia... então faziam shows ali... aquilo lotavaa (som exagerado) de gente[...]¹⁶³

[...] lá na praça Barão do Rio Branco também havia muita música, na e13 (BIB), a Lyra dos Campos, a Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa... com o maestro Paulino Martins Alves regendo... (grifo meu)

A Banda Lyra dos Campos e a Orquestra Sinfônica foram criadas na década de 1950 e eram lideradas pelo maestro Paulino Martins Alves¹⁶⁴. Em 1960, anexo a Concha Acústica, passou a funcionar a Banda-Escola Lyra dos Campos. Desde então junto ao coreto passou a funcionar a escola de música que formava os futuros integrantes da Banda Lyra dos Campos. Conforme relata Sérgio Henrique Barszcz, um ex-aluno da banda nos tempos em que as aulas aconteciam na praça:

“eu penso que a banda nunca deveria ter saído dali... defendo que ela deveria voltar ao seu local de origem. As aulas aconteciam na Concha Acústica e as apresentações também, foi ali que eu aprendi música. A sede da banda na praça foi desativada em 1985, foi transferida para outro local e foi o ano em que eu saí do grupo. A presença da banda na Concha Acústica é uma questão de originalidade, eu percebo que com o tempo a praça e a cidade estão perdendo suas memórias.”¹⁶⁵

¹⁶³METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

¹⁶⁴ CHAVES, Niltonci Batista (org.) *Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004, v. 3, pg. 170.

¹⁶⁵ BARSZCZ, Sérgio Henrique. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 29 de fevereiro de 2016.

A sede da Banda Lyra funcionou na praça até 1985 quando ganhou sede própria. Para alguns ficaram as lembranças e a relação que a identidade da banda tinha com aquele espaço. Durante os vinte e cinco anos que a banda usou o espaço da Concha Acústica ela também era a principal usuária do palco da mesma e, responsável pela maioria das programações, como as atividades cívicas, por exemplo.

Dentre as funcionalidades da Praça Barão do Rio Branco, a instalação da Rede de Alto Falantes dos Campos Gerais (RAF), destacou-se entre as décadas de 1940 e 1960. A RAF começou a funcionar em 1938 na Concha Acústica quando ela foi inaugurada, e prestava serviços de utilidade pública como notícias, música, *shows* e propagandas¹⁶⁶. Naquele contexto, no interior do Paraná e Brasil, o acesso aos meios de comunicação ainda era limitado, a televisão não existia e o rádio consistia no principal canal de comunicação. Dessa forma, a população saía de casa em direção às praças, cinemas e teatros em busca de lazer, consumo, entretenimento e informação.

A programação da RAF iniciava diariamente às 8h30 da manhã e ia até às 12h30. Após um intervalo, que era considerado estratégico para “esfriar os equipamentos”, a Rede voltava ao ar às 16h e radiava sua programação até às 20h. Entre os principais estilos musicais estavam o Bolero, Sertanejo, Rumba, Valsa e Tango.

A RAF fazia propagandas comerciais, o noticiário de hora em hora e programas de futebol nos fins-de-semana. Às dezoito horas, ao vivo, transmitiam-se programas musicais e religiosos, com a Oração da *Ave Maria*, às 18h. Havia também uma espécie de jornal relâmpago de hora em hora. O público ficava na frente da Concha Acústica onde era a sede da RAF, mas havia caixas de som

¹⁶⁶ Na cidade de Ponta Grossa, a primeira experiência de radiodifusão surge com a Rede de Alto-Falantes Campos Gerais em meados da década de 1930. Alguns anos mais tarde, em 21 de janeiro de 1940, surge a Rádio Clube Pontagrossense, a PRJ 2, que também se torna a primeira emissora de radiodifusão comercial a funcionar no interior do Estado do Paraná. Vale considerar que a primeira emissora a projetar suas ondas sonoras no Estado foi a Rádio Clube Paranaense, em 27 de junho de 1924, a conhecida B-2.

espalhadas na praça, na Avenida Vicente Machado, e até na Estação Roxo de Rodrigues¹⁶⁷.

As modas musicais eram intercaladas com os anúncios e as notícias que integravam a programação habitual da RAF. Geralmente aos finais de semana, a direção da RAF organizava apresentações musicais com duplas sertanejas, além de violonistas ou sanfoneiros individuais. A praça ficava lotada para assistir duplas sertanejas locais e conjuntos como 'Caillot' e seu regional ou 'Pinheirinho' e seu conjunto, conhecidos como seresteiros na Região. Em outras ocasiões, alguns dos talentos vinham de outras cidades ou estados, especialmente para as apresentações na RAF, e era frequentada por grande público¹⁶⁸.

Oficialmente, Carlos Buch adquiriu a Rede em 1946. Até então ele atuava como colaborador do proprietário, Dibaldo Samuel Squinazi. Assim, embora já tivesse programação desde 1938, a RAF só foi oficialmente fundada em 1949, por ocasião da ampliação e transmissão para outros pontos da cidade, sob autorização da Prefeitura de Ponta Grossa, na gestão de João Vargas de Oliveira. A partir daí a RAF transmitia para 12 pontos da cidade, com uma razão social denominada 'Serviço de Alto-Falantes Campos Gerais', e o slogan “a voz da cidade”.

A RAF era mantida financeiramente pelos estabelecimentos que contratavam seus serviços de propaganda. A existência de uma rádio na praça denota seu caráter popular e talvez tenha sido uma das principais contribuições para que ela se tornasse um espaço bastante frequentado. A Rede desempenhou um importante papel na cidade, também, porque era feita num momento em que praticamente não existia TV. Então, as pessoas saíam de casa para passear, tomar sorvete, bater um papo, encontrar os amigos ou namorar, e vinham sentar na praça, “ouvir um som e músicas boas era um momento de lazer e cultura”¹⁶⁹.

A RAF atuava na organização dos eventos culturais que aconteciam na Concha Acústica. Entre os anos 1940 e 1960 eram muito comuns os comícios políticos na praça e eram chamados cantores e grupos artísticos para atrair o

¹⁶⁷ GADINI, Sérgio Luiz. *Uma experiência de rádio comunitária nos anos 1940/60 em Ponta Grossa (A Rede Alto Falantes como espaço de prestação de serviço público)*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008->

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

público. Essa prática durou algumas décadas, mesmo após o desligamento da RAF do espaço da praça. Sobre esse aspecto o Sr. Paulo Quadros comenta:

“Toquei muito na concha acústica, no final dos anos (19)60 e começo de (19)70, tinha show de Tango e Bolero, não existia música ao vivo de cantores solo que fossem aqui da cidade. Nessa época eu tocava no conjunto Guarujá, e me lembro do maior show que aconteceu na Concha Acústica, foi o do Teixeira com a Mery Teresinha, que vieram fazer na campanha do Otto Cunha (candidato a prefeito). Eu fui o primeiro a fazer música ao vivo solo aqui na cidade, isso foi lá em 1960 quando eu tinha uns vinte anos. E essa minha estreia foi na Concha Acústica”.¹⁷⁰

Pelo papel que a RAF exercia de propagar os acontecimentos locais a praça tornou-se também um espaço de manifestações. Em 1959 os funcionários da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa entraram em greve para lutar por melhores condições de trabalho e aumento salarial. Essa greve foi marcada pela concentração que o grupo fez em frente à Concha Acústica. O local foi usado como estratégia por estar em evidência na cidade, conforme comenta o Sr. Paulo Quadros *“tudo o que acontecia na Concha Acústica o pessoal logo ficava sabendo por que a notícia se espalhava rápido”*¹⁷¹.

Na Fotografia (44) o grupo de funcionários da Prefeitura que estavam em greve aparecem concentrado em frente à Concha Acústica. O coreto estava sendo decorado, provavelmente para o período de festas juninas. No ângulo esquerdo está parte da fonte luminosa e aos fundos de onde o grupo está ficavam as instalações da RAF. O uso da praça para protestos denota sua qualidade de espaço aberto, ora usado para a disseminação dos ideais do poder público, mas que também como espaço público que era, apropriado e resinificado pela população ao longo do tempo, era do “domínio de todos”. Esses acontecimentos denotam que assim como a cidade, a praça também é um espaço de conflitos e disputas, usado especialmente pelas classes desfavorecidas.

¹⁷⁰ Paulo Roberto da Silva Quadros em entrevista concedida à Cristiana Ferreira Schilder em 04 de fevereiro de 2016.

¹⁷¹ Idem.

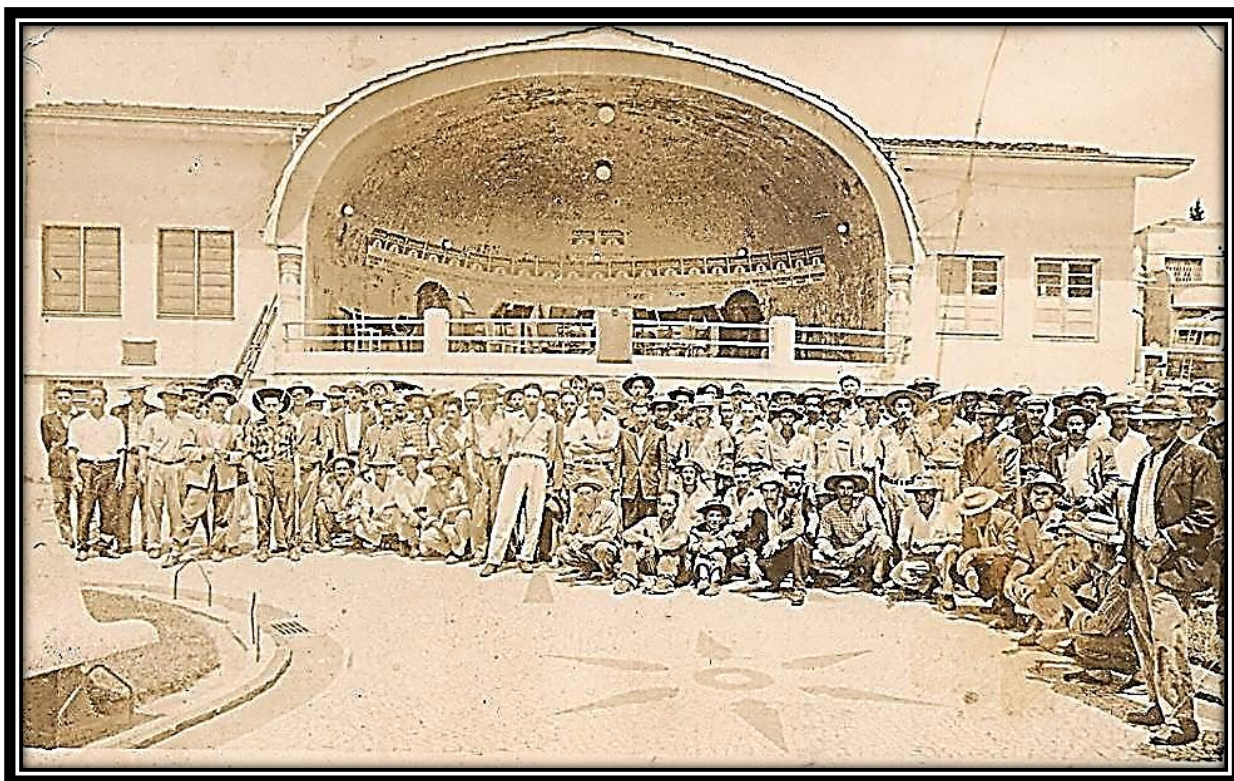


Figura 44. Greve dos funcionários da prefeitura em 1959. (Acervo Roseli Mendes da Rosa)

As atividades da RAF foram diminuindo gradativamente na década de 1960 quando outras emissoras de rádio local foram surgindo. O rádio também passou a ser um meio acessível nas residências, o que fez com que a população diminuísse seu interesse em vir até a praça para ouvir as notícias ou pedir músicas. Nesse contexto estavam surgindo as primeiras emissoras e aparelhos de televisão que trariam uma concorrência “desleal” com o rádio¹⁷².

Analisando o processo histórico e importância da Concha Acústica e da praça na cidade compreende-se uma gama de significados construídos ao longo do tempo pelo uso popular, a importância social e cultural desses espaços. A praça se legitimou como o ponto de convergência e aglutinação populacional, onde os artistas, duplas de seresteiros ambulantes, o famoso 'homem da cobra', ou mesmo vendedores de produtos exóticos, encontravam seus alvos de público. As histórias sobre toda sorte de pessoas que eram encontradas na praça povoam as lembranças

¹⁷² GADINI, Sérgio Luiz. *Uma experiência de rádio comunitária nos anos 1940/60 em Ponta Grossa (A Rede Alto Falantes como espaço de prestação de serviço público)*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008->

de quem vivenciou esses momentos, e alguns tornaram-se até mesmo figuras lendárias na cidade:

“Lá na década de (19)60 e (19)70 ali na praça tinham dois personagens, o bate-pau e o xerife, que era chamado assim por causa das roupas que ele usava, eles moravam na rua e achavam que a praça era deles, daí a piazada provocavam e eles davam corridão. Outro personagem interessante era o homem da cobra, eles ficavam ali na frente da Concha Acústica, e lotava de gente pra ver... eles vinham vários homens da cobra(mascates), que vendiam um elixir de longa vida, e faziam propaganda dos produtos prometendo mostrar a cobra, e dentro de uma mala tinha um filhote de Sucuri ou Jiboia. As pessoas ficavam esperando para ver a cobra, pensando que eram grandes, mas quando abriam a mala eram pequenas, aí todo mundo ficava decepcionado mas já tinha comprado o elixir (risos).”¹⁷³

Desde a inauguração dos equipamentos da praça no final dos anos 1930, a porção que está em frente à Igreja do Rosário concentrava mais eventos e maior público, principalmente por causa da Fonte Luminosa e da Concha Acústica. No governo de José (Juca) Hoffmann, que comandou a cidade em dois mandatos, o primeiro entre 1955 e 1958 e o segundo 1962-1966, ele foi responsável por “remodelar” a Praça Barão do Rio Branco. Para integrar os “dois lados” da praça foi desmanchado o calçamento da alameda e os espaços foram ligados. Assunto esse que seria polêmica nas décadas de 1980 e 1990. Na ocasião da Fotografia (48) a praça aparece dividida pela alameda, que vista da Rua Santana contemplava aos fundos a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Rua Senador Pinheiro Machado. A alameda era revestida de calçamento e possuía calçadas nas laterais. Na esquina o posto de gasolina ocupava e ainda ocupa a mesma localização.

Nos relatos dos entrevistados e nos jornais, a Praça Barão do Rio Branco aparece como ponto central, referida como o “coração da cidade”. A estrutura de equipamentos e a variedade de eventos sediados fizeram da praça um cenário de destaque no centro da cidade. Entre os anos 1940 a 1980 a praça recebeu maior frequência de público e foi o auge da sua existência. Entre as décadas de 1950 e 1960 as praças da cidade receberam novas intervenções na gestão do prefeito José (Juca) Hoffmann. Elas receberam novos tratamentos paisagísticos, com o plantio de árvores, canteiros e revisão dos equipamentos existentes. O prefeito “Juca” Hoffmann ficou conhecido como aquele que embelezou as praças da cidade. No

¹⁷³ Paulo Roberto da Silva Quadros em entrevista concedida à Cristiana Ferreira Schilder em 04 de fevereiro de 2016.

caso da Praça Barão do Rio Branco o principal espaço que recebeu melhorias foi o parque infantil, que encontrava-se em estado degradado¹⁷⁴.



Foto 45. Vista da Rua Santana a alameda que dividia a praça em duas partes era revestida de calçamento, com calçadas nas suas laterais e estendia-se até a Rua Senador Pinheiro Machado, na década de 1940. (Acervo Casa da Memória Paraná)

Na década de 1960 a Praça Barão do Rio Branco contava com uma paisagem bem arborizada, com árvores de grande e médio porte. Na foto (46) com o ângulo voltado para a esquina entre as ruas Bonifácio Vilela e Saldanha Marinho, os prédios do terminal Ponto Azul e do Cine Império estão encobertos pelas árvores. Aos fundos destaca-se a chaminé da Cervejaria Adriática, a primeira fábrica de grande porte na cidade.

¹⁷⁴ MOUTINHO, Luís Cláudio. *Transformações urbanísticas e representação imagética da Praça Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de conclusão de curso), 2001.



Foto 46. Vista parcial da Praça Barão do Rio Branco na década de 1960. (Acervo Casa da Memória Paraná)

3.2. O VIVER DE UMA ÉPOCA, O PONTO AZUL E SUAS MEMÓRIAS:

Paralelo à história da praça e nos relatos sobre ela transmitidos, existe a noção de um cenário urbano, muito específico de algumas épocas, em que o viveres das pessoas são entendidos como realidades muito diferentes. O contexto descrito diz sobre uma cidade tranquila, menor, com meios de transportes e comunicação limitados e com pequena densidade demográfica.

A cidade descrita transmite e nos faz compreender os significados que a praça adquiriu, isso porque as funcionalidades por ela exercidas estão profundamente ligadas aos aspectos culturais daqueles momentos. Os relatos transmitem lembranças principalmente dos anos 1940 a 1980, e são compostos de experiências pessoais, mas também de vivências coletivas, visto que se trata de um espaço público onde as pessoas representavam grupos como a paróquia, o colégio, determinada classe etc.

A primeira instância a memória parece ser um fenômeno individual, mas ela deve ser entendida também como existência social e coletiva, que é submetida a flutuações e mudanças constantes¹⁷⁵. Mesmo com as possíveis mudanças suscetíveis ao tempo, a memória possui elementos invariáveis. Esses acontecimentos normalmente estão armazenados primeiramente em ordem de importância pessoal e depois coletiva, de grupos que o indivíduo se sinta pertencente.

O processo de rememoração na narrativa oral é construído pela ótica do presente, e composta de comparações entre aquilo que existiu e a atualidade. Essa comparação é enriquecedora, no sentido de que fica evidente nas falas, sob a consciência atual, a noção que os narradores têm dos encantamentos que viveram em relação aos elementos tecnológicos daquela época, entretanto singelos comparados aos de hoje. Ao mesmo tempo, como as falas são compostas pela comparação temporal, não é possível ver o passado sem comparar com o progresso alcançado.

¹⁷⁵ POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.

Nesse sentido a impressão percebida é de que as narrativas orais colaboram nessa construção textual quando trazem humanidade a ele. Ainda que compostas de experiências individuais, a memória contada pelas pessoas cruzam-se em alguns momentos, evidenciando que embora ela seja construída no âmbito individual, em algum momento ela torna-se coletiva e pode retratar fragmentos da história. Nesse momento, a área central possuía um papel importante na cidade, sendo o locus o comércio e do poder. As lembranças trazem muitas descrições sobre o cenário de Ponta Grossa, sobre o contexto da década de 1950, quando o desenvolvimento de infraestrutura urbana ainda era mais restrito ao centro:

[...] a primeira parte do passeio era na praça, depois o complemento do passeio se dava na Avenida Vicente Machado. **Lá ainda era tudo terra e ficava o povo pra cima e pra baixo, era maior festa na cidade...** todo mundo em casa dizia assim:

--- **Vamos pra avenida?**

E respondia:

--- Vamos pra avenida !, **mas a avenida não era tão grande**, ela começava onde era a loja do Ricardo Kossetz, hoje Casa Bahia, e ia até lá em cima na Praça Barão de Guaraúna, era o tamanho na avenida, não era nem pra lá (direção ao bairro Ronda)... **era ali o espaço...**também nem ia lá pra cima (direção ao pátio ferroviário) [...] ¹⁷⁶ (grifo meu)

A fala do Sr. Albari relata uma rotina de final de semana nos anos 1950, quando o principal ponto de encontro da população era nas ruas centrais da cidade. Nesse momento a Avenida Vicente Machado não era asfaltada e o *footing* era intercalado entre ela e a praça. Era o ponto onde todos se conheciam, e onde eram realizados os passeios em família. Outro relato trazido pela Sra. Denise, diz respeito aos de viagens de ônibus, quando alguns cidadãos que não tinham “mais para onde ir”, optavam por embarcar nas linhas de ônibus para passear. Além da descrição dos limites das linhas de ônibus, fica evidente a relação entre *centro x periferia*, quando já parecia ser fácil circular pelos diferentes bairros da cidade:

[...]Eu saía com a babá e ela levava ali, **por que não tinha aonde ir em Ponta Grossa...** os ônibus que tinham que a gente pegava era o de Uvaranas, que ele ia pra lá um pouquinho do quartel... aí o de Oficinas ia até as oficinas da rede (ferroviária)... o de Nova Rússia que ia até lá na praça dos

¹⁷⁶QUADROS, Albari de Paula. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 13 de janeiro de 2015.

Bichos... era o fim da linha... **eram os ônibus que a gente pegava... por que não tinha o que fazer[...]**¹⁷⁷ (grifo meu)

As lembranças construídas pela perspectiva de hoje, são povoadas o tempo todo pela relação passado-presente, na qual o *naquele tempo* toma uma conotação específica. Entretanto as falas são compostas de detalhes que nos fazem perceber a estrutura de uma cidade, que mesmo na condição de polo do interior do Estado, era limitada e com uma rotina de lazer bastante específica. A descrição mais presente nos relatos é que, a falta de opção para o lazer familiar na cidade, justifica a quantidade de clubes e cinemas que existiam. Outros pensam que essa variedade representava a grande quantidade de etnias que existiam na cidade¹⁷⁸.

Nesse período, o habito de se alimentar na rua ainda não era adotado pela população, e somente perto dos anos 1970 é que a cidade passou a possuir maiores quantidades de lanchonetes, sorveterias, confeitarias, entre outros. Nesse sentido o relato é bastante enfático:

[...]Mas Ponta Grossa era assim, naquele tempo que eu era criança, não tinha aonde ir! Ponta Grossa era uma cidade morta, por que a diversão das pessoas era ir no cinema... é, por que a sorveteria era assim, quando eu era bem pequena tinha uma sorveteria na rua XV na esquina com a Sete de Setembro, que eu acho que foi a primeira da cidade... eu tenho em algum lugar o nome dela... e depois teve a sorveteria do “Shiran”, que era na rua Cel. Cláudio, era um alemão que fazia um sorvete muito bom... me lembro que a gente ia lá, mas não tinha aonde sentar, não tinha nada... aí quando o “Shiran” fechou um paraguaio comprou, e montou a sorveteria Ideal né... era uma portinha assim (gesto) na Santos Dumond, esquina com a Cel. Cláudio. Mas também não tinha aonde sentar, não tinha nada, você entrava ali, comprava uma casquinha e saía tomando. Então não tinha um lugar que você sentasse, uma confeitaria... isso aí não tinha... isso não tinha na cidade, não tinha aquele ponto de encontro pra gente ir[...]¹⁷⁹ (grifo meu)

¹⁷⁷ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015. A sra. Denise possui 72 anos de idade, e viveu seus primeiros vinte e um anos em Ponta Grossa, e desde então reside em Curitiba. É escritora e pesquisa sobre a história da imigração e da cerveja em Ponta Grossa e Curitiba.

¹⁷⁸ Desde o final do século XIX Ponta Grossa recebeu diversos grupos de imigrantes. As dificuldades de adaptação e entrosamento na sociedade pontagrossense favoreceram a criação de diversos clubes na cidade, que inicialmente eram concentrados entorno do seu grupo fundador, mas que posteriormente ganharam muitos sócios e espaço no lazer da cidade. Dentre eles destacam se o Clube Germânia-Guaíra e o Clube Verde.

¹⁷⁹ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

Sobre a presença da população da periferia nos eventos da cidade, podemos perceber que existia uma relação bastante intensa da população, em geral nos eventos que aconteciam no centro. Entretanto existia a hora certa “da gente de bem” ir embora, e deixar o “povão” ao deleite das praças e das avenidas. A circulação das elites pelas ruas estava muito relacionado com as atividades programadas pelas paróquias, como procissões e festas religiosas, com discursos políticos, apresentações culturais na Concha Acústica, mas principalmente nas seções de Cine-Teatro Ópera.

No cotidiano a Praça Barão do Rio Branco era frequentada por diversos tipos de públicos, representados pelos párocos da igreja, pelos estudantes do colégio, pelos frequentadores do cinema, pelos transeuntes que a utilizavam como ponto de passagem, pelos vendedores ambulantes e posteriormente pelos usuários do terminal de ônibus Ponto Azul, entre outros. Na década de 1940 a paisagem da praça estava gradativamente sendo modificada pelo crescimento da vegetação. Na Fotografia (47) do final da década de 1940, a Igreja do Rosário destaca-se ao lado do Colégio Regente Feijó, sendo que o novo edifício da Igreja seria construído e inaugurado no início dos anos 1950.



Foto 47. Foto da Praça Barão do Rio Branco no final da década de 1940 quando ainda existia a Capela do Rosário. (Acervo Paulo José da Costa)

Se questionados sobre como classificariam o viver urbano, os entrevistados foram claros ao explicar que os negócios e comércios na cidade eram ligados ao agronegócio, e que, portanto, existiam muitos animais e carroças circulando pela cidade. Entretanto entendem o povo da época como *cultos* e *chicks*, onde o ponto alto da representação social estava nos cinemas:

[...] **vinha gente de todo o canto**. Eu lembro assim, **que enchia muito de soldados... mas é que na verdade eles viam do interior, e não tinha aonde ir! Onde é que iam?** Então na praça era o único lugar onde eles podiam procurar namoradas (risos). **A praça era um local assim... não era um local de elite... por que eles iam, para ver as apresentações, os discursos, mas logo iam embora. Então ela era um local bem popular.** Era mais quando tinha uma festa cívica que ia a **“gente de bem” da cidade, ou quando tinha as festas da igreja, estavam lá as madames, com chapelões!** Aliás Ponta Grossa **era muito chiciok**, eu lembro no meu tempo de adolescente... **a mulherada não queria repetir roupas, e se reparava muito no que as pessoas estavam vestindo.** Então a seção do Ópera de domingo, **era chamada de seção chick.** Era a seção pra ter, **ser visto e se exibir, por que a mulherada ia nos trinks!** Era desfile de moda, a seção do Ópera! [...] ¹⁸⁰ (grifo meu)

O padrão de comportamento e cultura seguido pela elite destaca-se nas lembranças e em algumas fotografias, onde os espaços públicos como a rua, a praça, o teatro etc., eram lugares de representar. A rua exercia o papel de vitrine de uma elite que consolidada pelos momentos econômicos, necessitava desfilar, exibir-se, ver e ser vista, sendo este um hábito europeu que tornou-se muito comum e difundido desde o início do século XX. Dentre os costumes elitizados estavam também rigorosas normas de conduta e de moda. Quando o depoimento transmite as características de uma elite realçada, podemos perceber que a praça e a rua são espaços de confluência entre os distintos grupos sociais. Nesses espaços os diferentes grupos estão em constante disputa de legitimação e reconhecimento enquanto detentores de um domínio de territorialidade¹⁸¹.

Os padrões comportamentais ou a falta deles nos espaços públicos são maneiras distintas de demonstração de legitimação e resistência dos diferentes

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pg. 53.

grupos. Numa reportagem do Jornal Diário dos Campos no início dos anos 1940, ficam evidentes os padrões comportamentais que eram esperados dos frequentadores da praça, e quais eram as práticas culturais asseguradas naquele momento:

<< Excelente medida>> determinada pelo Sr. delegado de polícia

Vai desaparecer um sério inconveniente na Praça Barão do Rio Branco!

De algum tempo a esta parte **vinha sendo apontado um sério inconveniente nos dias de maior afluência à Praça Barão do Rio Branco. E' que à hora do "footing"** certos indivíduos mal-educados se postavam ao meio fio da calçada e **dirigiam ditos descorteszes às senhorinhas** que passeavam despreocupadamente, quando não levavam a sua insolência mais além. Este fato desagradável chegou a determinar que **muitos pais de família proibissem suas filhas de irem à praça aos sábados e domingos**, privando-lhes assim de um passeio agradável e inocente, por via exclusiva da atitude inconveniente de rapazes, que necessitavam de sério corretivo.

Tal anomalia, entretanto vai ser sanada, graças a oportuna medida do sr. Delegado de Polícia o Dr. Valfrido Piloto. A nossa diligente autoridade, tendo tomado conhecimento daquela irregularidade, determinou que, a partir de hoje, **nas horas de maior movimento naquele aprazível logradouro público, seja desenvolvida severa fiscalização** por inspetores policiais, afim de apanhar em flagrante os "moços" despidos de boa educação, os quais naturalmente receberão o devido castigo.

Para facilitar o "footing" na praça o Dr. Valfrido Piloto determinou ainda o fechamento do transito para a rua fronteira ao Cine Império. Estejam, pois, prevenidos os galanteadores baratos.¹⁸² (grifo meu)

Os termos referidos para tratar as reclamações de que algumas mulheres estavam sendo galanteadas na praça, deixam claro que esse fato era percebido como uma "anomalia", ou seja, algo que não era normal, padrão, aceitável como um comportamento *civilizado* nos espaços públicos. O *footing* era a própria materialização de um comportamento elegante na época. Em todos os depoimentos essa prática aparece como um aspecto cultural que marcou as décadas entre 1940 e 1960 na cidade de Ponta Grossa. Nesse período a maioria dos entrevistados vivenciaram a adolescência e juventude, de maneira que alguns possuem experiências relacionadas a essa prática.

Ainda que indagados sobre a importância da Praça Barão do Rio Branco em suas experiências, nas lembranças dos entrevistados existe o tempo o todo a relação com o desenvolvimento da cidade. São pontos inseparáveis, como já pôde

¹⁸² Diário dos Campos, 21 de maio de 1941.

ser percebido na análise de fontes, como os jornais e fotografias de época. As descrições decorrem na medida em que pontos específicos da praça são considerados importantes para os entrevistados, e então relacionam o significado e uso desses equipamentos.

Quando pensamos na Praça Barão do Rio Branco como um lugar de referência histórica dentro da cidade, que está ligado à vida da população, é inevitável relacionar o ontem-hoje, e então busca-se compreender de que maneira novas *camadas simbólicas* estão sendo construídas. É inerente ao processo de *modernidade* a comparação, quando mesmo que inconscientemente aparecem nas narrativas referências ao “antigo” “velho”, e muitas vezes ele ainda nem foi ultrapassado. Essas mudanças expostas nos relatos nos dão conta de que à medida que novos elementos iam surgindo, eles eram incorporados no lazer e viver cotidiano e passaram a fazer parte da experiência das pessoas.

Segundo Hobsbawn¹⁸³, toda cultura é apegada as suas tradições, sendo essa inclusive um meio dela continuar existindo, e que a velocidade com que novos elementos são impostos traz impactos. Por exemplo, a circulação dos automóveis nos arredores da praça era grande novidade para a época, pois trazia ao mesmo tempo sensações de “deslumbre” e de um viver urbano que começava a ser ultrapassado.

[...] carros? Não... não se compara com hoje de jeito nenhum, por que as pessoas não tinha dinheiro para comprar um carro... e carro custava muito caro. Quando eu era menino os carros eram importados, depois começaram a fabricar os carros brasileiros, o Decavê, Gordini... aí as famílias começaram a comprar, mas assim mesmo não era comum. Não era qualquer um que comprava um carro [...]¹⁸⁴

[...] carro aqui era artigo de luxo, pouca gente tinha carro.... Ah! Outra coisa interessante é que o carro quando passava a alta velocidade era 60 km por hora, barulhento... e o povo dizia:

¹⁸³ HOBBSWAN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pg. 13.

¹⁸⁴ COSTA, Paulo José da. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015. O sr. Paulo José da Costa possui 65 anos de idade e atualmente reside em Curitiba. É proprietário da loja cultural e sebo Fígaro, e líder da comunidade do facebook “Antigamente em Ponta Grossa”, com mais de dez mil membros.

---- **Imagine! O fulano passou a 60 km por hora!** Os carros andavam, 20, 30 km por hora, quando passam a 60 **a turma desconjurava... esse louco, passou aqui a 60 km por hora! (risos) [...]**¹⁸⁵ **(grifo meu)**

O que pode ser percebido na contraposição das fontes é que, para o pensamento da época o volume de trânsito era grande, desafiador e inovador na cidade. Sob o ponto de vista dos entrevistados, com uma narrativa construída sob a ótica do presente, a movimentação da cidade naquela época “nem de longe” pode ser comparada aos dias atuais.

[...]naquele tempo a indústria de automóveis não existia, então passava na rua um automóvel por ano, as ruas eram mortas, mortas... o Juca foi o que asfaltou a cidade, **ele deu uma modernizada, tentou deixar a cidade mais bonita.** Então foi ele quem asfaltou a Vicente Machado, apesar de ter aberto muitos buracos, para instalar o encanamento, daí chamavam de “Juca praça”, “Juca buraco”, “Juca tatu” (risos) sabe como o povo é né? Então eu lembro da gestão do Juca assim, ele arrumando a cidade para deixar ela com uma aparência melhor [...]¹⁸⁶ **(grifo meu)**

O prefeito José Hoffman, chamado pelos entrevistados de “Juca”, exerceu dois mandatos no governo municipal, o primeiro entre os anos 1955 – 1959, e o segundo entre 1963-1966. Nesse período a prioridade do seu governo esteve voltada para a modernização e reformas das praças, assim como a pavimentação asfáltica de algumas ruas do centro. Por suas obras é citado como o prefeito que buscou modernizar cidade, e que trouxe embelezamento aos espaços públicos. Dentre as principais obras do prefeito Hoffman estiveram a pavimentação das Avenidas Vicente Machado e Balduino Taques, Rua XV de Novembro e de outras ruas que eram trafegadas pelas linhas de ônibus; remodelação das Praças Barão do Rio Branco, Barão de Guaraúna e Marechal Floriano Peixoto; e projetos da Estação Rodoviária, Mercado Municipal e Universidade Estadual de Ponta Grossa¹⁸⁷.

Entre os anos 1950 e 1960 a cidade viveu um contexto socioeconômico bastante tumultuado, devido até mesmo aos acontecimentos no cenário nacional.

¹⁸⁵ QUADROS, Albari de Paula. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 13 de janeiro de 2015.

¹⁸⁶ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

¹⁸⁷ Disponível em: [http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos#Juca Hoffmann](http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos#Juca%20Hoffmann)

Nesse período a cidade perdeu a condição de polo do interior paranaense com o desenvolvimento das cidades de Londrina e Maringá no norte do Estado. A economia estava concentrada entorno da produção do café, o chamado “Ciclo do café”, cultivo esse favorecido pelo clima da região Norte do Estado.

A partir de 1955, com o modelo desenvolvimentista adotado por Juscelino Kubistschek, a ampliação da malha ferroviária em direção ao interior do Estado criou novas possibilidades econômicas, e Ponta Grossa deixou de ser um polo nesse segmento. O cenário político da cidade vivenciou um momento de instabilidade e intensas disputas partidárias¹⁸⁸.

O desenvolvimento de Ponta Grossa entre os anos 1950 e 1960 ficou marcado pelos embates políticos, dificuldades econômicas e morosidade nas obras públicas. Em 1947, o então prefeito municipal, Capitão Gabriel Mena Barreto, contratou os serviços de uma empresa para a construção de um novo Terminal de Ônibus. A empresa vencedora da concessão pertencia ao Sr. João M. Cruz, não possuía credencial para participar de obras públicas, e essa contratação foi mal vista pelos opositores políticos do prefeito. A disputa política causou grande polvorosa por conta da contratação da empresa responsável pela construção do terminal, que esse foi o estopim que levou o prefeito a renunciar seu mandato¹⁸⁹.

A construção do Terminal de Ônibus Ponto Azul tornou-se a pauta para o novo governo. Novas eleições municipais foram convocadas e o Sr. João Vargas de Oliveira foi eleito. Naquela ocasião o Sr. José Hoffman também disputou as eleições e em sua campanha discursou claramente contra a construção do terminal, ao qual ele se referia como “monstrengo” que atrapalharia o fluxo do trânsito na região da Praça Barão do Rio Branco¹⁹⁰. As discussões entorno do assunto, dos que estavam de acordo e os que eram contra a construção do terminal, estiveram algum tempo em pauta, até que fosse escolhido manter o contrato com a empresa contratada e

¹⁸⁸ CHAVES, Niltonci Batista; BREMBATTI, Kátia. *Desenvolvimento e sociedade: ACIPG 85 anos de história*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, pg. 58.

¹⁸⁹ Edição do Diário dos Campos em setembro de 1947, disponível no acervo do Museu Campos Gerais.

¹⁹⁰ Idem.

fosse autorizada a construção¹⁹¹. A construção do Terminal de Ônibus Ponto Azul foi concluída em 1950, três anos após a contratação dos serviços, demonstrando as dificuldades no caminhar das obras públicas¹⁹².

A estrutura urbana e os serviços prestados à população são lembrados como insuficientes e pouca eficiência. Nos jornais da década de 1950 são constantes os avisos que a Companhia Prada de Eletricidade divulgava, comunicando aos moradores que ficariam sem luz por alguns dias para a manutenção dos equipamentos¹⁹³. Nesse contexto a cidade não possuía grandes indústrias, então seu consumo de luz era distribuído entre a população, o comércio e pequenas fábricas. Os problemas com a ampliação da distribuição de luz, foram constantemente debatidos pela ACIPG, assim como as cobranças e os embates entre a classe empresarial e as empresas fornecedoras de serviços eram constantes¹⁹⁴.

As lembranças relacionadas a esses períodos são marcadas pelas condições políticas e econômicas vivenciadas. Conforme citado no trecho, as dificuldades na “modernização” da cidade eram uma constante.

Por que eu conheci o sr. Albary Guimarães que foi prefeito em Ponta Grossa, quando eu trabalhava no banco ele era cliente lá, **e ele disse que a cidade não tinha recursos por que tinham muitas poucas indústrias, então a arrecadação não era grande.** Então não tinha recursos pra fazer obras, tinha que ser feito o que era mais urgente. Então esses embelezamentos essas coisas, não tinha dinheiro pra isso. **E muitas indústrias não se estabeleceram em Ponta Grossa por causa da energia elétrica que era deficiente... por que a companhia Prada na época, que era a fornecedora, era chamada de “Praga”, por que ela não ampliava, talvez por falta de recursos...** mas ela era parte de um grupo de empresas... então muitas indústrias não se instalavam que eu sei, por que meu pai comentava, por causa da energia que era insuficiente [...] ¹⁹⁵ (grifo meu)

¹⁹¹ Edição do Diário dos Campos em setembro de 1947, disponível no acervo do Museu Campos Gerais.

¹⁹² MOUTINHO, Luís Cláudio. *Transformações urbanísticas e representação imagética da Praça Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de conclusão de curso), 2001, pg..

¹⁹³ DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de agosto de 1947. Disponível no acervo do Museu Campos Gerais.

¹⁹⁴ CHAVES, Niltonci Batista; BREMBATTI, Kátia. *Desenvolvimento e sociedade: ACIPG 85 anos de história*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, pg. 66.

¹⁹⁵ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

A baixa arrecadação de tributos do governo municipal, pelo número de indústrias instaladas na cidade aparece como um dos motivos pelo qual o *embelezamento* da cidade era restrito, e como um dos possíveis motivos de uma instalação tardia do Distrito Industrial. A implantação de novas indústrias na cidade era um assunto muito problematizado pela ACIPG, assim como pelo governo municipal. Os governantes da cidade recebiam constante pressão da classe industrial, que via necessidade num novo processo de modernização, desenvolvimento e expansão na cidade. Dentro dos parâmetros cobrados pela ACIPG estavam a agilidade nos processos dos quais a cidade deveria estar inserida e a normatização do espaço urbano, como o embelezamento e um padrão de comportamento da população que atendessem ao novo momento desejado¹⁹⁶.

A imagem da cidade que estava sendo transmitida é um elemento presente em todas as fontes analisadas, desde o começo do século, o que denota que existia uma movimentação de forasteiros na cidade, e que era fundamental que o poder público estivesse preocupado com a chegada de possíveis investidores, com a aparência das ruas, praças e com as atividades sociais que seriam oferecidas na cidade. Nos jornais ao mesmo tempo em que aparecem as discussões entorno dos problemas urbanos, políticos e econômicos, estão registradas propagandas dos espaços públicos como as praças e estações.

Na figura 6 está retratado um dos serviços prestados à população aos fins de semana, desde o final da década de 1960. O trenzinho apanhava os passageiros na Praça Barão do Rio Branco e seguia por ponto no Centro como as estações ferroviárias e as outras praças. Na legenda da imagem, a beleza desses espaços é ressaltada:

¹⁹⁶ PETUBA, Rosângela Maria Silva. *Na trama dos trilhos: cidade, ferrovia e trabalho em Ponta Grossa – Pr (1955-1997)*. Florianópolis: UFSC (Tese de doutorado), 2011.



Figura 6. Trecho da edição do Diário dos Campos de 29 de novembro de 1970. (Acervo Casa da Memória Paraná)

Mesmo que não tenham vivenciado a origem da praça, alguns entrevistados trazem relatos sobre a sua origem. Isso por que, numa tradição passada no âmbito familiar, ouviram histórias das origens da cidade e da praça e as transmitem. Essa é uma relação constante nos relatos, a transmissão de uma tradição oral, mesmo que não tenham obtido experiências com o que relatam. A principal descrição é de que ouviram dos pais ou avós, que a praça nasceu de um "ponto de encontro", pelo uso de águas das nascentes. No momento de sua delimitação territorial a praça foi demarcada como um grande retângulo.

A Praça Barão do Rio Branco consolidou seu papel de ponto de encontro na construção do terminal de ônibus Ponto Azul em uma de suas extremidades. Em 1947, na gestão do prefeito Capitão Gabriel Mena Barreto, sob o signo do progresso e da modernidade, o projeto foi desenvolvido por João M. Cruz a construção do

terminal de ônibus e que tinha inspiração em alguns terminais de ônibus de São Paulo¹⁹⁷. A localização foi estrategicamente escolhida, visto que naquele momento a praça já concentrava as principais atividades e encontros da população. A construção de um terminal de ônibus ali resultaria em reforçar essa função, quando as pessoas tinham um canal de embarque e desembarque para os bairros, concentrado no próprio terreno da praça. Entretanto, grupos de oposição ao governo municipal se opunham à construção por causa dos gastos, e outros eram contrários ao lugar escolhido para o novo terminal. A construção foi levada adiante e três anos após o lançamento do projeto o terminal foi construído e inaugurado¹⁹⁸.

O Ponto Azul ocupou um terreno triangular que estava anexo à praça desde a sua origem, e existiu durante vinte e três anos quando então foi demolido. O terminal tinha um formato de gota proporcionado pelo formato do próprio terreno, com plataformas de embarque, engraxataria de calçados, pastelaria, bancas de jornais e revistas e loja de bijuterias no primeiro piso. No pavimento superior localizavam-se um restaurante e bar. A construção do Ponto Azul consolidou a praça como um espaço popular e mais frequentado da cidade naquele contexto. Cotidianamente circulavam por ali, os passageiros dos ônibus, vendedores ambulantes, engraxates, carroceiros, clientes do comércio ao redor, estudantes etc.

Os relatos sobre o Ponto Azul revelam que o espaço, muito além da sua funcionalidade, era muito frequentado para alimentação, bate-papo entre amigos, compras nas bancas de jornal, etc. Portanto, além dos outros lugares da praça, que na maioria das vezes se resumiam na função de lazer entre amigos e familiares, o terminal de ônibus ocupava espaço na vida das pessoas e tornou-se a maior referência. As descrições tanto em artigos de jornais, quanto nos relatos orais trazem termos como “o coração” ou ponto “nevrálgico” da cidade, demonstrando que ali era o lugar de encontro no centro da cidade:

[...] olha o Ponto Azul era assim... **ele era uma gota, então na parte larga era uma revistaria, uma loja de revistas, jornais, figurinhas**, essas coisas assim a gente comprava lá... **era parte mais fina de baixo, era um café...**

¹⁹⁷MOUTINHO, Luís Cláudio. *Transformações urbanísticas e representação imagética da Praça Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de conclusão de curso), 2001, p. 78.

¹⁹⁸DIÁRIO DOS CAMPOS, edições de agosto a novembro de 1947. Disponível no acervo do Museu Campos Gerais.

era onde a “homarada” parava ali pra tomar café, mas tudo em pé, por que não tinha mesa, nada... então era aberto, com um balcão de alvenaria, então as pessoas ficavam em pé ali pra tomar café... e em cima tinha um bar, que tinha mesinhas, mas a gente não frequentava por que era a “homarada” que iam e bebiam, então não era um lugar que mulher frequentasse... era um lugar de homens... então esse era o Ponto Azul.¹⁹⁹ (grifo meu)

A distinção de gênero nos relatos denota que não era comum as mulheres “de bem” andarem desacompanhadas em alguns lugares da cidade. Na rua XV de novembro existiam diversos estabelecimentos como bares, casas de jogos, cinemas, entre outros, que nos dias de semana eram frequentados principalmente pela população masculina. Aos finais de semana aconteciam os passeios familiares, e as mulheres iam até lá acompanhadas. No Ponto Azul durante a semana a frequência maior também era dos homens, especialmente daqueles que pegavam ônibus para ir e vir do trabalho. Pode ser compreendido através das narrativas que o Ponto Azul era um *“lugar bem popular”*, enquanto na rua XV de novembro encontravam-se homens, famílias de maiores posses e ponto de encontro de trabalhadores²⁰⁰.

Nos horários de maior confluência o terminal de ônibus ficava todo rodeado de muitas pessoas que esperavam para o embarque. Eram nesses momentos que os amigos se encontravam, que existia uma sociabilidade entre as pessoas de bairros diferentes, e que acontecia o consumo dos produtos oferecidos pelo comércio local. Dentre os relatos dos entrevistados, alguns observaram que usavam o “Ponto Azul” para encontrar os amigos num final de tarde, *“para tomar um café, comprar um jornal, sentar numa roda de amigos e ficar conversando enquanto os garotos (engraxates) engraxavam os sapatos”*.²⁰¹

Sob a plataforma de embarque existia uma cobertura que oferecia abrigo aos passageiros, que rodeava todo o edifício. Essa cobertura também passou a ser usada como suporte para propagandas de produtos e estabelecimentos comerciais na cidade, tornando o aspecto do terminal “poluído” visualmente (Foto 48). Entre as

¹⁹⁹ METYNOSKI, Denise Erlund. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ QUADROS, Albari de Paula. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 13 de janeiro de 2015.

décadas de 1940 a 1970 a área principal do comércio na cidade estava nas quadras entorno da Praça Barão do Rio Branco e no trajeto até a Estação, atual Calçada Coronel Cláudio.

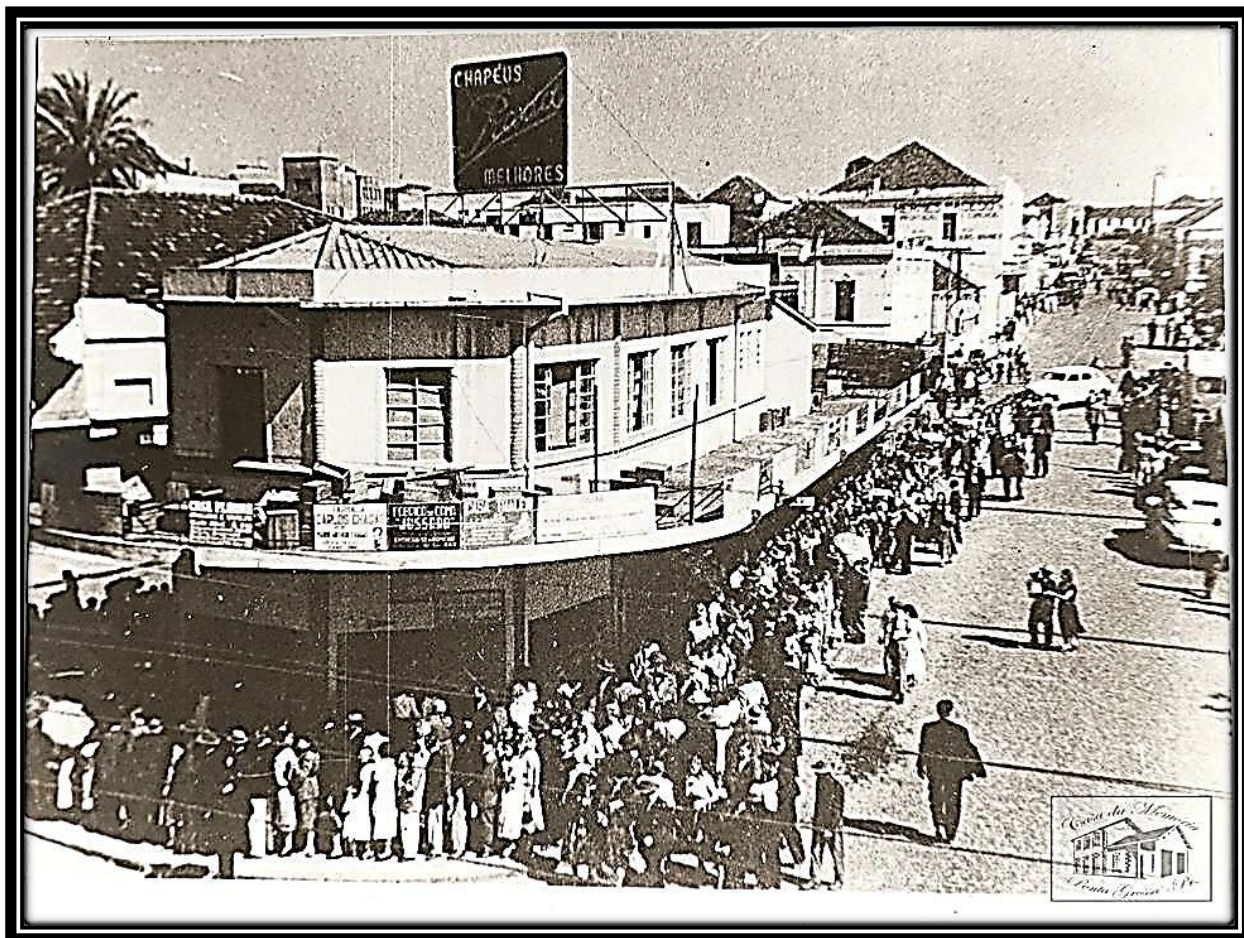


Foto 48. O Ponto Azul num momento de embarque de passageiros, sem data. (Acervo Casa da Memória Paraná)

A conotação popular do Ponto Azul é transmitida nas lembranças, que remetem a um lugar muito movimentado e embora o edifício, o terminal em si desse o nome, o termo referia-se a toda área dos arredores, inclusive a praça. Quando aparece referências ao Ponto Azul, ora é específico ao terminal em si, ora sobre o espaço da praça, que passou a ser chamada de “praça do Ponto Azul”.

As lembranças de infância relacionadas ao uso do terminal são frequentes, quando em alguns trechos os entrevistados se emocionam ao relatar, “*eu lembro*

*muito do Ponto Azul, ali significava que a gente vinha lá de Oficinas para o Centro e era quando eu passeava com a minha mãe, então essa é a principal lembrança que eu tenho dela, nesses passeios...*²⁰². Ou então de um período da adolescência, quando a liberdade começava a ser conquistada:

[...] eu estudava lá no (Colégio) Collares (no Bairro Oficinas), então eu e minhas amigas, todas moças na época, pegávamos o ônibus e vinha para o Centro e desembarcava ali no Ponto Azul. Naquela época eu trabalhava na padaria (Glória) e então esse trajeto que a gente fazia sozinhas, sem os pais, era o máximo! Ficávamos faceiras de ir de ônibus de Oficinas ao Centro sozinhas (risos)[...]

A troca de gibis no Ponto Azul, que na realidade era feita no jardim da praça ao lado do terminal, era uma tradição na época. Dentre os colecionadores de alguns de figurinhas, entre homens e meninos, nos finais de semana era o momento de trocar material das coleções. Durante muitos anos essa prática foi estabelecida e “os colecionadores sabiam que podiam ir lá que encontrariam outros meninos lá para trocar figurinha”²⁰³. A existência do terminal é entendida além da sua funcionalidade, quando não só as atividades de embarque e desembarque eram realizadas, mas diversas práticas cotidianas que marcaram gerações que entende aquele lugar além de um ponto de ônibus:

[...] eu sempre ia lá comprar figurinhas, gibis... o Ponto Azul ele era o centro nevrálgico da cidade, era um ponto de muita vida...E tinha uma coisa bem legal na praça também, no domingo, por que na saída do cinema Império a gente ia trocar gibis, e isso acontecia ali na praça. E era exatamente assim (faz gesto) o Ponto Azul aqui, dum lado tinha a rua e do outro lado **tinha a praça que ficava qualhada de gurizada, cerca de cem a cento e cinquenta jovens**, a partir de dez, doze e quinze anos... tinha marmanjos também, senhores que colecionavam gibis... e a gente ficava trocando e vendendo [...] **eu não sei por que foi demolido e acredito ser alguma idiotice qualquer...** idiotices como acontecem muito em Ponta Grossa... **você veja, por que demolir?** Era um ponto né, decerto foi para abrir espaço para os carros e ônibus, ou construir alguma estação... algum prefeito que eu não lembro quem é, por que nessa época eu já estava em Curitiba. **E depois o Péricles veio e resolveu reconstruir o Ponto Azul, mas daí fez aquele uma coisa meio “kit” né? E é uma pena por que ele poderia ter feito igual, isso seria fantástico!**[...] ²⁰⁴ (grifo meu)

²⁰² QUADROS, Paulo Roberto da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 04 de março de 2016.

²⁰³ SAMARA, Sady. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 01 de março de 2016.

²⁰⁴ COSTA, Paulo José da. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.

Na fotografia (49) da década de 1950 podem ser visualizadas duas faces das plataformas de embarque e desembarque dos ônibus. O terminal sediava os pontos com destino a quatro bairros da cidade, eram eles: Uvaranas, Oficinas, Nova Rússia, Olarias, Ronda e São José. Esta imagem está retratada desde 2004, num painel de azulejos no Memorial Ponto Azul.



Foto 49. Ponto Azul, na década de 1950. (Acervo Casa da Memória)

Quando questionado sobre qual lugar da cidade considerava mais significativo, que deveria ser preservado para que transmitisse um pouco da história da cidade, um dos entrevistados respondeu²⁰⁵:

²⁰⁵ QUADROS, Albari de Paula. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 13 de janeiro de 2015.

[...]O que eu acho interessante ressaltar é o Ponto Azul! O Ponto Azul era um ponto marcante, que hoje está disfarçado e tirou aquela[...] quem passa por ali não tem ideia [...] o Ponto Azul era marcante ali na Praça Barão do Rio Branco, se o Ponto Azul fosse reposto como ele era, a lembrança do povo pontagrossense [...] é como se apagasse a memória da cidade [...] O Ponto Azul dá saudades, sinceramente! Por que desmancharam o Ponto Azul e ficou uma ferida, era um ponto realmente marcante [...] Devia ter permanecido por que era a tradição de Ponta Grossa... [...] (grifo meu)

O papel ocupado pelo “Ponto Azul” na memória da população é inegável. Embora considerado por muitos como um prédio “estranho”, “feio”, pequeno, que vivia “cheio de gente”, sua função tornou-se mais abrangente do que a de um terminal de ônibus, era o ponto de encontro na cidade. Dessa forma, para as gerações que desfrutaram desse espaço, lembrar do “Ponto Azul” significa cultivar as lembranças das amizades, dos namoros, do colegial etc. A real importância do “Ponto Azul” como lugar catalisador da sociabilidade na cidade aparece nas notícias sobre sua demolição e nas lembranças da população.

No final da década de 1960 e começo dos anos 1970, a economia da cidade começou a viver uma nova dinâmica. O cultivo da soja na região proporcionou o chamado “Ciclo da Soja”, que resultaria numa efervescência política e econômica em relação às obras públicas e expansão da cidade. A demolição do “Ponto Azul” foi uma das medidas tomadas naquele momento, justificada pelo novo processo de “modernização” e progresso que a cidade estava vivenciando. Não cabe aqui discutir a real proporção econômica desse contexto, mas sim perceber como as ações tomadas no espaço público, justificada pelos ideais daquele momento, foram postas em prática.

Na década de 1970, Ponta Grossa sofreu expansão da sua malha urbana, assim como tinha aumentado significativamente sua população. O Centro da cidade recebeu mais veículos, e o trânsito começou a ser um dos novos desafios. Os canteiros de árvores que ficavam ao meio das principais ruas e avenidas foram retirados para que o fluxo de veículos e pedestres melhorasse²⁰⁶. A localização do terminal “Ponto Azul”, que no contexto de sua construção havia sido um dos

²⁰⁶ CHAVES, Niltonci Batista; BREMBATTI, Kátia. *Desenvolvimento e sociedade: ACIPG 85 anos de história*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, pg. 66.

empecilhos para o projeto, foi diagnosticada como problemática no fluxo urbano, e foi autorizada pelo prefeito Cyro Martins a demolição do prédio. A decisão tomada pelo governo municipal foi “silenciosa” quando apenas quinze dias antes da demolição a notícia foi publicada nos jornais da cidade.

No ângulo da Fotografia (50), está a esquina entre as Ruas Engenheiro Schamber, Bonifácio Vilela, Coronel Cláudio e Saldanha Marinho. No lado direito está parte do terminal “Ponto Azul”, que ficava localizado “bem em meio a rua”²⁰⁷ e por isso atrapalhava no fluxo do trânsito. O cenário ao redor era composto por diversas casas comerciais, assim como o próprio prédio do terminal possuía alguns estabelecimentos.



Foto 50. Esquina das ruas Coronel Cláudio, Engenheiro Schamber e Saldanha Marinho, onde ficava o Ponto Azul, sem data. (Acervo Foto Elite).

²⁰⁷ Jornal da Manhã, 03 de dezembro de 1970.

As primeiras notícias sobre a demolição do terminal foram notas curtas, emitidas pelo governo informando a população do que aconteceria, assim como notificando os proprietários de comércios dentro do terminal para que agilizassem suas saídas do prédio. Os comerciantes também foram notificados pessoalmente, conforme informam os jornais²⁰⁸.



Figura 7. Jornal da Manhã, 03 de dezembro de 1970.

²⁰⁸ Edições dos jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã, em 29 de novembro de 1970. Disponível no acervo da Casa da Memória.

Uma semana depois, o Diário dos Campos publicou suas considerações, dados históricos, reflexões acerca da importância do terminal e os anseios pelo futuro. O inconformismo aparece na matéria, mas ele é acalmado pela esperança de um futuro composto de progresso e modernidade:

“Segundo tivemos a oportunidade de noticiar, a Prefeitura Municipal a fim de cumprir seu plano de urbanização, irá nos próximos dias, demolir o prédio conhecido por “Ponto Azul” na Praça Barão do Rio Branco. O Departamento da Municipalidade, vem expedir avisos nesse sentido, solicitando, por ofícios, aos atuais arrendatários daquele prédio público, que o desocupem até o fim do presente mês.

Assim, ao que tudo indica, a partir da próxima terça feira começará a ser demolido o prédio, construído na Praça Barão do Rio Branco a quase vinte e cinco anos. A propósito recordamos que o “Ponto Azul” foi edificado no ano de 1947 através da concessão dada pela Prefeitura ao Sr. João M. Cruz, pelo então prefeito Capitão Gabriel Mena Barreto.

Logo após a sua inauguração o “Ponto Azul” tornou-se a convergência de todos os coletivos urbanos da cidade, dest’arte, um dos locais mais movimentados da “urbs”, tirando inclusive a influência tradicional da Rua XV de Novembro, principalmente aos domingos pela manhã e à noite onde o “footing” era “charme” de Ponta Grossa. O Ponto Azul fez morrer aquele costume que passou para a Avenida Vicente Machado, naturalmente influenciado pela circunstância em lide. Com o início das obras de asfaltamento desta via, os passeios dominicais passaram a tarde e à noite, à Praça Barão do Rio, sob os acordes musicais das Bandas do 13º B. I. e Lyra dos Campos.

Era o Ponto Azul que carregava para si toda a atenção e simpatia do povo, pela sua excelente localização, a par com as modernas instalações, abrigando no andar superior, bem montado restaurante e bar e, na parte inferior bancas para venda de jornais e revistas; bijuterias, café e pastelaria. Nas plataformas funcionavam engraxatarias de calçados.

Viveu, assim **por muitos anos o Ponto Azul dias gloriosos dentro da vida princesinha. Passada pouco mais de uma década, dada a evolução da cidade** com o surgimento de novos arrebaldes, necessária foi a descentralização daquele ponto de coletivos, sendo que várias linhas foram transferidas para a Praça Barão de Guaraúna, onde construiu-se magnífica plataforma, com frente para a Avenida Dr. Vicente Machado. Apenas 4 linhas permaneceram na “antiga estação” como era também conhecida. Tempos depois fixou-se na própria Praça Barão do Rio Branco, em virtude das já acanhadas instalações do Ponto Azul, a maioria dos coletivos, através dos “pontos de parada”, tirando desta maneira a finalidade do “Ponto Azul”, que fora construído com a específica destinação de servir de abrigo aos usuários de transportes coletivos urbanos.

Hoje, o Ponto Azul construído pelo idealismo e espírito progressista, de João M. Cruz não passa de um prédio quase em ruínas, sem finalidades por que o progresso de Ponta Grossa, que fê-lo surgir na década de 40, é hoje responsável pela sua demolição.

Os tempos mudaram, Ponta Grossa desenvolveu-se. Necessita expandir-se e o local onde ele se encontra tornou-se perigoso, dado ao intenso tráfego de veículos. A demolição do Ponto Azul fará desaparecer mais uma tradição de Ponta Grossa. Ocorrência que não deverá ser lamentada, tendo em vista assinalar, antes de mais nada, o progresso da “Princesa dos Campos”, este surto de desenvolvimento que inspirou João M. Cruz, a construí-lo mais de vinte anos.

O Ponto Azul foi edificado para ser uma obra de uso público e foi. Serviu por longos anos a população princesinha e formou valiosos subsídios à história da cidade. O Ponto Azul deixará de existir apenas materialmente, por que cada tijolo que dele se desprender será uma partícula a integrar-se cheia de glória, nas páginas de nossa História, marcando indelevelmente o progresso de Ponta Grossa nesta década de 1970.²⁰⁹ (grifo meu)

Os termos como “plano de urbanização” e “urbs” denotam produtos técnicos que tinham como objetivo específico a organização das cidades. A matéria indica que a construção do terminal havia significado um momento de progresso na cidade, mas que esse já havia sido superado, e os novos tempos exigiam nova configuração urbana, assim como prédios com estruturas mais “evoluídas”.

O papel exercido pelo terminal aparece como a principal tônica do texto, citado como “ponto de tradição”, ponto de convergência, lugar movimentado e de grande simpatia da população. Essa descrição denota a importância social e o caráter popular do uso do terminal. O hábito de “ir ao Ponto Azul” estava além da prática de embarque e desembarque dos ônibus. Os estabelecimentos comerciais sediados no terminal, chamados por José Hoffmann de “quitandeira”²¹⁰, havia colaborado significativamente para que a população se apegasse e fizesse intenso uso do prédio. Além da estrutura do terminal, os arredores como a própria Praça Barão do Rio Branco, ficaram conhecidos como extensão do Ponto Azul.

A matéria traz claramente os problemas acerca da preservação patrimonial. O espaço em evidência exercia importante papel no cenário social e urbano, e era reconhecido como tal pelos seus usuários. Mas pela lógica da *modernidade*, a especulação imobiliária, a busca incessante por uma evolução e a ilusão do progresso, os frequentadores aceitaram a iniciativa do governo. Somente quando deixou de existir um prédio de tal importância é que os jornais trouxeram reflexões

²⁰⁹ Diário dos Campos, 29 de novembro de 1970.

²¹⁰ Conforme as reportagens publicadas no Diário dos campos em setembro de 1947.

acerca da sua importância, e nos dias atuais a população lembra com nostalgia e lamento a sua demolição.

O Jornal da Manhã publicou uma edição especial de domingo contendo artigos e homenagens ao Ponto Azul, na véspera da demolição. Na matéria jornalística fica mais uma vez demonstrado o papel que o Ponto Azul ocupou na sociabilidade e cultura pontagrossense, e que conseqüentemente ocupa na memória social. Outro aspecto importante é que o espaço do terminal aparece no texto sempre relacionado à praça, sendo entendido inclusive como uma extensão da praça e ligado as suas funções.

Nas vésperas da demolição todo o espaço do terminal foi cercado de tapumes. A matéria jornalística traz uma foto desse momento, acompanhado de uma legenda que demonstra a reação em relação à demolição, e ao mesmo denota a importância desse espaço. A figura 8 aparece bastante danificada pelo tempo, mas a legenda perfeitamente compreensível ressalta as funções do Ponto Azul. O espaço é percebido como um lugar de “café de muita gente”, ideal para lanche e “bater papo”. O jornalista observa que, “tudo isso terminou” e “não mais voltará”! E conclui observando que a demolição era inevitável pelo “próprio bem” da cidade.



Figura 8. Trecho da publicação do Jornal de Manhã, em 13 de dezembro de 1970. (Acervo Casa da Memória Paraná)



Figura 9. Publicação especial do Jornal da Manhã sobre a praça no dia 13 de dezembro de 1970. (Acervo Casa da Memória Paraná)

No começo da matéria do Jornal da Manhã está uma crônica que traz a reflexão sobre a função da praça e suas adjacências:

Praça, lugar de amor e poesia

A melhor definição que encontramos para nossas praças é de que são locais para o amor e poesia, onde podem os casais enamorados passear tranquilos, sonhadores, românticos. Na calma que elas oferecem, o casal de enamorados se esquece do mundo, julgando existir na face da terra, apenas duas pessoas: ele e ela, os únicos, donos do aprazível recanto que os cerca e merecedores de toda a inspiração que ela oferece.

Enquanto uns passeiam tranquilos, despreocupados, apreciando as maravilhas, outros, operários, trabalham para manter viva a beleza que procuram criar. Estes últimos jamais desfrutam da paisagem poética que criam, inconscientemente. Trabalham por que tem que cumprir ordem superior sem se preocupar que muitos, no anonimato lhes dizem muito obrigado, pelo fruto daquele trabalho que cria uma natureza nova, artificial, mas que nem por isso deixa de ser a natureza que canta na alma.

A mesma natureza que sorridente acolhe a criança para o seus mais prediletos divertimentos, onde, reunida com seus amiguinhos desliga-se do mundo para acompanhar o “modus vivendi” do meio ambiente.

É ela a própria contradição da cidade, onde se vê todo mundo atribulado, correndo de um lado para o outro, escravo do relógio, com mil e uma preocupações para serem resolvidas. Os cumprimentos se resumem num simples aceno de mão e numa expressão que tenta caracterizar o momento “tudo bem”?, esperando-se a mesma resposta para evitar perda de tempo, pois sempre há um problema à espera de uma solução urgente.

E essa tribulação toda já não se nota na praça, onde quem nela se encontra, procura viver aquele momento, conversa tranquilamente com um amigo, admirando tudo o que vê ao lado e por vezes criticando o que acha que deve criticar. Nessas ocasiões o relógio é mero marcador do tempo, sem qualquer influência decisiva na vida de seu proprietário.

Se contássemos todos os trabalhos literários inspirados em praças, seriam inúmeros e nos perderíamos entre casas de números para precisa-los. **Dentre os trabalhos inspirados em belezas de praças, situam-se as poesias como melhor característica do romantismo arquitetado pelo engenheiro formado e plantado pelo operário, muitas vezes analfabeto.**²¹¹ (grifo meu)

O texto romantizado que ressalta o papel da praça na história dos casais também transmite outras características do viver daquela época. O viver urbano é

²¹¹ Transcrição do trecho da publicação do Jornal da Manhã, escrito por Adail Inglês, em 13 de dezembro de 1970.

percebido como algo corrido, apressado, atribulado, sem espaço para cortesias e para a contemplação das amizades ou da natureza. Em contrapartida, a praça é apresentada como o oposto a esses ideais, que mesmo sendo uma “natureza artificial”, proporcionava a seus frequentadores a tranquilidade, a ruptura com a agitação das ruas, e a proximidade com o meio ambiente. As reais proporções dessa análise não cabem em nossa compreensão, mas sim a função das praças, que desde suas origens surgiram como espaço de reforço da sociabilidade.

Outro aspecto ressaltado na crônica é a importância do trabalho operário na praça. Esse aspecto pode ser sentido com maior ênfase na Praça Barão do Rio Branco, por que ao sediar o terminal de ônibus, concentrava grande número de trabalhadores que ao ir e vir do serviço passavam por ali. Outro grupo de trabalhadores muito presente na praça eram os que prestavam serviços informais nos arredores, como pipoqueiros, sorveteiros, engraxates, fotógrafo, jornaleiros etc. O principal grupo de profissionais destacados no texto são aqueles funcionários públicos que foram ao longo da história da praça foram responsáveis por criar seus jardins, fazer a manutenção dos equipamentos, pinturas, limpezas etc. O autor resalta que ao desfrutar do “belo cenário” os transeuntes não se lembram do trabalho e da paisagem, que arquitetado por engenheiros, foi construído por “mãos operárias”.

A presença operária destacada na publicação do jornal seria prolongada por alguns anos na Praça Barão do Rio Branco. Após a demolição do Ponto Azul, diversos pontos de ônibus foram distribuídos ao redor da praça, de maneira que os passageiros atravessavam por ela para apanhar os ônibus. Durante a década de 1980 outras gestões do governo municipal desenvolveram projetos de construção de um terminal dentro da própria praça. O principal deles resultou na polêmica sobre os cortes de árvores em 1982, discutido no capítulo I. Essa característica permaneceu até a década de 1990 quando foi construído o atual Terminal Central de Ônibus, localizado ao lado da Estação Ponta Grossa.

O motivo da demolição do Ponto Azul ficou no “vácuo” e na incompreensão dos moradores. A promessa feita na década de 1970 de que a cidade ganharia um grande terminal de ônibus, com aparatos de modernidade demorou duas décadas para ser concretizado, depois de muitas polêmicas entorno dos projetos

apresentados. Quando questionados sobre os motivos da demolição do Ponto Azul, os entrevistados não recordam os reais motivos, mas esclarecem que não entendem a importância de tal ação, visto que “não foi feito nada de importante no lugar”. As lembranças estão repletas dos momentos ali vividos, da importância e dos significados daquele tempo, e de “como seria bom se ele ainda estivesse ali para nos ajudar lembrar!”. O Ponto Azul se foi, as justificativas para essa ação são parcialmente aceitas, mas as experiências ali compartilhadas estão vivas nas lembranças dos seus frequentadores.

O tom nostálgico, de que mesmo com as flutuações que a memória é submetida no tempo, aquilo que foi marcante ainda predomina nas lembranças dos narradores. Assim como o embate entre *novo* e *o velho*, que ganha conflito na fala das pessoas, por que seus elementos simbólicos estão sendo alterados. Após a demolição do Ponto Azul, foi construído no mesmo local o chamado “Memorial Ponto Azul”, no ano de 2004, que retrata num painel de pastilhas uma das fotografias mais marcantes do terminal de ônibus. Entretanto esse memorial não preenche o vazio que ficou na praça, visto que não é um lugar de uso e encontro social.

O Memorial Ponto Azul é composto de um obelisco cercado de um espelho de água, que atualmente não está em funcionamento. Calçadas em *peti pavê* cobrem toda a extensão de onde existia o terminal de ônibus sendo usadas como ponto de passagem pelos pedestres e pontos de venda dos vendedores ambulantes. Aos fundos uma construção que possuía a intenção de representar o ponto de encontro social existente no terminal de ônibus, é composta de dois pavimentos, sendo que o inferior é ocupado por uma lanchonete. A parte de cima da estrutura é acessada por duas rampas e no piso superior está uma área aberta, uma espécie de mirante, da qual é possível ter uma vista privilegiada da praça.

Nas duas faces da construção, uma voltada para a Rua Saldanha Marinho e a outra para a Praça Barão do Rio Branco estão painéis de azulejos que retratam imagens antigas do terminal de ônibus e relacionadas ao seu funcionamento. Atualmente o Memorial Ponto Azul encontra-se em estado degradado com pichações em suas paredes e nos painéis de azulejos. Para quem frequentou o terminal de ônibus o memorial em nada está relacionado a história e importância desse espaço, uma vez que não dispõe das mesmas funções e a própria dinâmica

urbana é outra. A *modernidade* trouxe e levou o terminal de ônibus Ponto Azul, os bate papos, ritmo cotidiano da cidade e das pessoas mudaram significativamente desde a sua demolição.

Na Fotografia (51) disponibilizada no site da Prefeitura Municipal da Ponta Grossa aparece o Memorial Ponto Azul visto da esquina entre as Ruas Saldanha Marinho e Bonifácio Vilela. O formato do terreno ocupado pelo terminal de ônibus foi mantido, proporcionando atualmente um formato irregular numa das extremidades da praça.



Foto 51. Memorial Ponto Azul, construído em 2004. (Acervo Prefeitura Municipal de Ponta Grossa)

Na Fotografia (52) está em evidencia um dos painéis de azulejo do Memorial Ponto Azul. Ao centro está representada uma imagem do terminal de ônibus inserido

dentro de dois corações, denotando a ideia de que o lugar um dia ocupou a função de “coração da cidade”. Ao seu redor estão diversas imagens de pessoas, de trabalhadores que demonstram ter sido ali um ponto de encontro no final de expediente, assim como um lugar de intensa sociabilidade.



Foto 52. Painel de azulejos que está voltado de frente para a praça em 2016. (Autora: Cristiana Schilder, 2015)

O outro painel de azulejo está voltado para a Rua Saldanha Marinho e retrata a foto mais famosa do terminal Ponto Azul, tirada na década de 1950, onde está

estacionado um ônibus do bairro Uvaranas e algumas pessoas ali paradas estão olhando em direção ao fotógrafo.

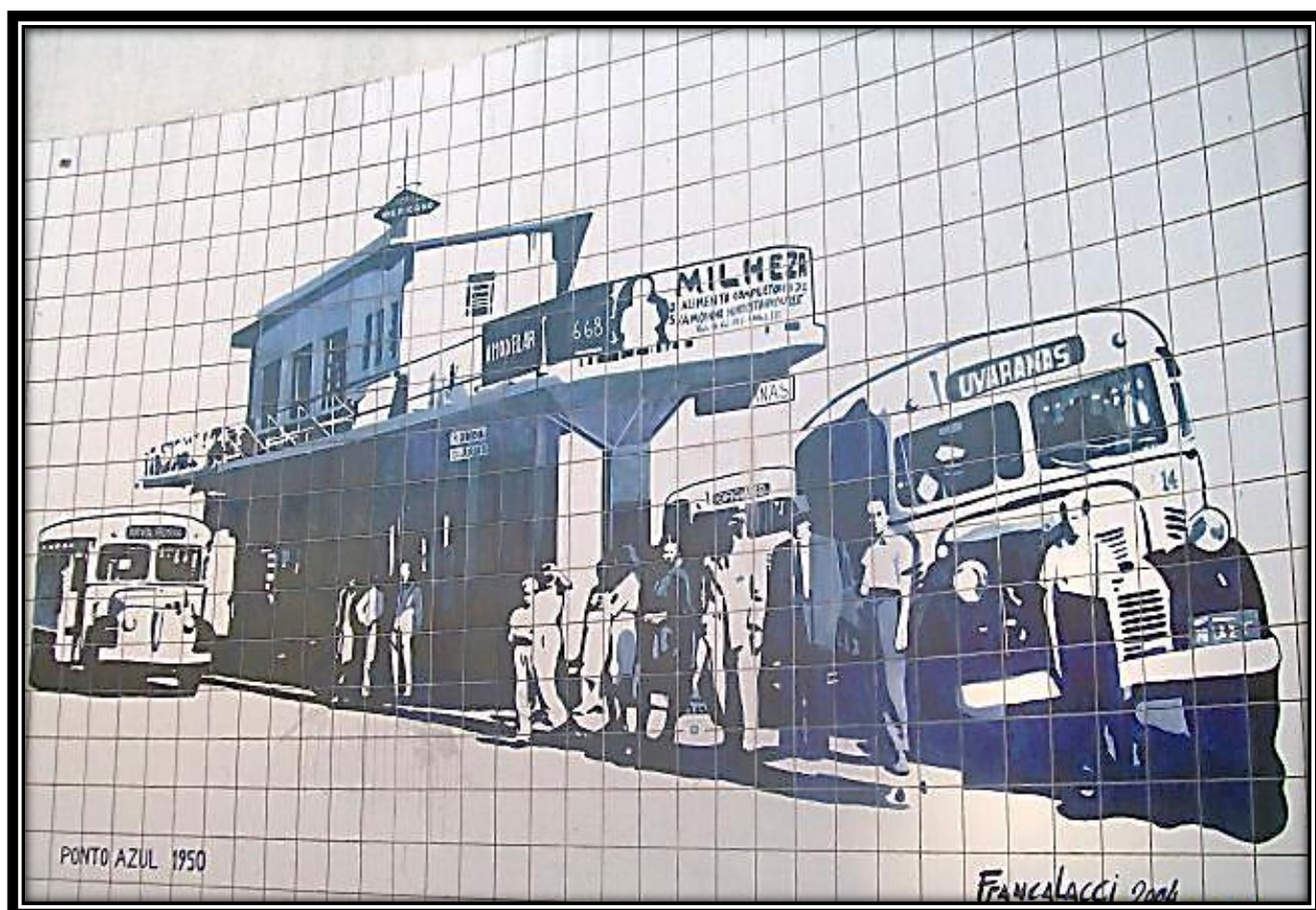


Foto 53. Painel de azulejo que está voltado para a Rua Saldanha Marinho. (Autora: Cristiana Schilder, 2015)

O artista plástico Marcelo Brandão Francalacci oriundo de Santa Catarina foi contratado durante a gestão do prefeito Péricles H. de Mello²¹² para produzir os painéis do Memorial Ponto Azul e outros monumentos na cidade. As imagens e informações retratadas nos painéis foram inspiradas pela importância do terminal de ônibus, sua memória social e a tentativa de um resgate histórico através dessa obra, segundo informações prestadas pelo ex-prefeito.

²¹² Péricles Holleben de Mello foi prefeito de Ponta Grossa entre os anos 2001 e 2004 e atualmente é Deputado Estadual pelo PT.

As transformações ocorridas na Praça Barão do Rio Branco ao longo de sua existência denotam a contínua dinâmica social na qual esta inserida a cidade. As constantes mudanças e expansão do espaço urbano podem ser percebidas através das alterações ocorridas na praça. A *modernidade* proporcionou a construção e a demolição de diversos elementos na cidade que hoje poderiam representar signos da cultura e memória de outros tempos. Ao mesmo tempo em que o espaço da praça esta em permanente transformação, sua história ganha mais *camadas simbólicas* e a consolidação desse espaço enquanto um *lugar de memória* depende da importância que as pessoas a ela atribuem e legitimam os *patrimônios culturais* dela existente e dos seus arredores.



Foto 54. Paisagem atual da Praça Barão do Rio Branco. (Foto de Luciano Paiva)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, houvesse apenas uma relação inteiramente accidental, e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; **mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens.** Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, **não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores.** Eliminaí agora, eliminaí parcialmente ou modificaí em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens, ou mudaí somente o lugar que ocupam um em relação ao outro. **As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis**”.²¹³ (grifo meu)

Um *lugar* transmite em sua paisagem as digitais dos seus donos. É a ocupação de um espaço que através das relações ali estabelecidas passa a ser traçada uma trama que irá compor sua história. Não existe lugar sem história, e nas suas diversas histórias está o que podemos chamar de memória. Essa pode ser sentida nas formas, nas falas, no cheiro, nas cores, nos sons... E assim temos toda uma relação estabelecida, gerações após gerações, construindo novos laços.

A transformação ao longo do tempo trouxe à Praça Barão do Rio Branco o signo de diferentes épocas, intervenções, ideias, mas todos esses aspectos podem ser sentidos de alguma forma na sua composição atual. Resquícios aqui ou ali, trazem à tona fragmentos de outras eras, são grandes ou pequenas testemunhas das rupturas e permanências proporcionadas pela evolução urbana.

Os fragmentos desse *lugar de memória* puderam de alguma forma serem alcançados através da investigação das fontes. E especialmente os frequentadores da praça cultivam lembranças muito vivas dos momentos ali vividos. São sensações que ultrapassam os limites da inexistência material de muitos equipamentos. É um contemplar da paisagem que transmite além do que os olhos contemporâneos podem enxergar. Esse processo denota a relação existente entre os homens e seus

²¹³HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968, pg. 95.

lugares. Mesmo na ausência de muitas coisas que retratariam o passado, a memória permanece viva, para demonstrar que “ nos antigos arranjos” é que se mostra “as relações estabelecidas entre as pedras e os homens”.

A virada do século XIX para o XX trouxe a Ponta Grossa um dos momentos históricos da sua expansão urbana. Nesse período a cidade conquistou a condição de pólo comercial do interior do Estado, e o começo de infra estrutura a sua população. Junto a essas transformações seus espaços também sentiram as mudanças. Não somente sentiram mas vivenciaram, foram impactados e as mudanças passaram a ser parte da suas história.

O Largo do Rosário faz parte desse processo. O terreno retangular delimitado pelas ruas ao redor já era um lugar muito querido por sua população. Ali aconteciam momentos especiais, desde os cotidianos aos festivos. Os melhoramentos constantemente necessários e desejados foram sendo providenciados. O terreno foi terraplanado, a água das bicas foram canalizadas, e o lugar ficou cada vez mais povoado. Os casebres deram lugar a igreja, escolas, lojas, enfim aos poucos tudo foi se ajeitando.

A praça era o lugar das Cavalhadas, das quermesses da igreja, das tropas passando, das comadres que vinham buscar água. As construções ao redor eram escassas, as ruas estavam sendo construídas. Mas o caráter social daquele espaço estava sendo construído. Daquele tempo nada restou e um novo cenário foi surgindo, cobrindo os espaços usados por práticas que hoje só podem ser vistos em fotografias.

Na década de 1920 o cenário era pitoresco. As ruas da cidade contavam com calçamentos, e casas cada vez maiores e bonitas. O tamanho da cidade também chamava a atenção. As chácaras ao redor estavam desaparecendo, e tudo o que se podia ver eram cada vez mais vilas aparecendo. Afinal a cidade estava completando seu centenário, e o progresso precisava ser percebido.

Na praça existiam gramados, espaço de esportes, os imponentes Colégio Regente Feijó (Escola Normal) e Colégio Santana destacam-se na paisagem e eram em grande parte responsáveis pela movimentação ao redor. São testemunhas de um tempo que também foi ultrapassado.

Nos anos 1930 foi a vez das praças ganharem uma atenção especial. No caso da Praça Barão do Rio Branco, a mudança foi sentida através da instalação dos bancos, da iluminação, chafarizes, calçadas, coreto e jardins. Ali era o centro das atenções, o ponto de encontro social, do lazer, das brincadeiras, dos discursos.

A Fonte Luminosa, a Concha Acústica eram os novos elementos que faziam parte do cenário. Durante muito tempo foram tidas como atrativos para os encontros que ali aconteceram. Era todo um viver representado que também daria lugar a uma nova dinâmica urbana. A movimentação na saída do Cine Império trazia um grande volume de pessoas, e o passeio na praça era um complemento da programação.

Nos anos 1950 a inauguração do Ponto Azul demonstra um novo ritmo na cidade, onde as pessoas precisavam do transporte coletivo para a locomoção. E nos dias de semana a praça era um lugar de correria, onde uns iam ao trabalho, outros ao colégio e outros as compras.

O ponto de encontro nos finais dos dias, a compra dos gibis na banca do terminal, o café, o ronco dos ônibus... quem diria que aquilo que significou um dia o progresso e a modernização na cidade também deixasse de existir. Para alguns o Ponto Azul não era “muito bonito” ou não possuía um porte arquitetônico que chamasse a atenção, mas tinha um “não sei o quê”, que não pode ser explicado, só resumido como o “coração da cidade” enquanto existiu.

Na década de 1980 a praça apresentava características semelhantes as atuais no que diz respeito a arborização e sua paisagem “natural” que cercam as atuais discussões entorno da preservação das praças. Era um espaço verde construído dentro da cidade que quebrava a monótona paisagem urbana, a “selva de pedras”.

Mas também houve quem dissesse que tudo poderia melhorar, era só construir um terminal de ônibus maior, que abrangesse a praça e a população seria melhor atendida, o trânsito iria fluir, enfim, isso sim seria um sinal de modernização na cidade. Mas a relação das pessoas com esse lugar não permitiu tanto. Os protestos estudantis em defesa das árvores da praça foram um dos mais fortes indicativos da sua importância simbólica ao longo da sua história.

E na sequencia das décadas a fio, obras sucessivas ou tentativas de intervenções tem sido presentes na praça. A medida que os anos passam a paisagem é alterada. São construções importantes que deixam de existir, como é o caso do extinto Cine Império, ou outros que sofrem ameaças como o Colégio Regente Feijó e a Concha Acústica, os que são substituídos por memoriais como o Ponto Azul, ou ainda aqueles que não deixaram rastros de que um dia existiam como é o caso da Fonte Luminosa.

Algumas práticas também desapareceram, como as Cavalhadas, as retretas das bandas, os espetáculos da Fonte Luminosa, as matinês do cinema, o fotógrafo, a radio comunitária, entre outros. São vivências que dão o tom as lembranças e memórias relacionadas a praça, demonstrando que existe uma relação além da materialidade entre esse lugar de memória e seus usuários.

A discussão buscou compreender como a Praça Barão do Rio Branco foi construída historicamente através dos diferentes momentos da evolução da cidade, assim como perceber de que maneira isto está representado na memória desse lugar. No desenvolvimento histórico da praça ficam evidentes sua importância enquanto elemento urbano e sua função social.

Desde a sua origem a praça teve suas funções e significados agregados ao longo do tempo. Hoje ela pode ser considerada um lugar de memória devido a esses significados que compõe as suas camadas simbólicas, através dos seus equipamentos e seus diferentes usos, assim como a transformação do cenário ao seu redor. O seu desenvolvimento atraiu instituições que se firmaram como historicamente importantes para a cidade. Dessa forma além dos equipamentos da praça, os prédios históricos vizinhos são importantes exemplares do Patrimônio Cultural na cidade.

As intervenções do poder público também podem ser sentidas através do uso desse espaço, assim como da sequencia de intervenções intencionadas como momentos de modernização. O processo da evolução urbana através da sua expansão territorial, densidade demográfica e momentos de modernização proporcionam dinâmicas constantes de intervenções nos espaços públicos. Dessa forma a praça é marcada pelos

ideais do poder público, assim como modificada conforme as necessidades da dinâmica urbana, como o fluxo do trânsito por exemplo.

A contribuição dessa pesquisa está em realçar a importância da praça dentro da cidade, reconhecer as memórias a ela atribuídas, que a constituem como um *lugar de memória* e detentora de diferentes *camadas simbólicas*. As permanências e rupturas nesse lugar continuarão sendo sucessivas, entretanto de alguma forma os fragmentos da memória a ele atribuídos foram alcançados, para a melhor compreensão do processo histórico de construção da Praça Barão do Rio Branco.

FONTES

Fontes Orais:

Entrevista 1: Albari de Paula Quadros, possui 73 anos de idade. Ele chegou a Ponta Grossa aos 11 anos de idade, vindo do interior do estado, cidade de Sapopema. Quando adulto se formou em contabilidade e economia, e foi professor do curso de Contábeis da UEPG durante muitos anos. Atualmente reside em Ponta Grossa, é professor universitário aposentado e mantém seu escritório de contabilidade. Sua relação com a praça Barão do Rio Branco se dá principalmente por ter sido aluno do Colégio Regente Feijó e por ter frequentado o Ponto Azul.

Entrevista 2: José Abel Correia Machado, possui 82 anos de idade. Ele chegou a Ponta Grossa aos três anos de idade, vindo de Guarapuava. Quando profissional trabalhou no ramo da contabilidade em importantes estabelecimentos comerciais, dentre eles a Hermes Macedo e João Vargas de Oliveira. Atualmente reside em Ponta Grossa e sua relação com a praça Barão do Rio Branco se estabelece pelos muitos anos em que trabalhou na Hermes Macedo (que ficava em frente a praça) do qual relata um pouco da rotina da praça. Suas principais lembranças são do período de construção da praça e do funcionamento da Fonte Luminosa.

Entrevista 3: Denise Ernlund Metynosky, possui 72 anos de idade. Morou em Ponta Grossa nos primeiros 21 anos de sua vida e mudou-se para Curitiba, onde permanece até hoje. Quando jovem trabalhou numa agência bancária em Ponta Grossa, posteriormente adquiriu formação em Administração e Marketing. Sua relação com a cidade e com a praça é constantemente renovada, uma vez que desenvolve pesquisas e está escrevendo um livro sobre a história da cerveja em Curitiba, e outro sobre a imigração de sua família na capital e em Ponta Grossa. Possui um vasto acervo de artigos de jornais, fotografias e documentos da cidade. Suas lembranças estão relacionadas a infância na cidade e na praça, assim como o cotidiano, uso dos cinemas e teatros na juventude.

Entrevista 4: Paulo José da Costa, possui 65 anos de idade. Nasceu em Ponta Grossa onde permaneceu até o ano de 1979. Atualmente reside em Curitiba onde é proprietário da loja e sebo cultural “Fígaro”. Sua relação com a cidade se desenvolve de maneira especial, através de suas lembranças e dos grupos em redes sociais

que lidera. É o fundador e gestor do grupo no Facebook “Antigamente em Ponta Grossa”, que discute a preservação patrimonial na cidade, publicam documentos e fotografias e a interação entre os moradores mais antigos da cidade e pesquisadores. Suas lembranças estão relacionadas ao Ponto Azul e os arredores da praça quando estudava no Colégio Regente Feijó.

Entrevista 5: Ivo Bittencourt Filho, possui 71 anos de idade, nasceu e mora em Ponta Grossa. Suas lembranças estão relacionadas aos eventos que ocorriam na praça Barão do Rio Branco, assim como no Colégio Regente Feijó.

Entrevista 6: Roseli Mendes da Rosa, possui 73 anos de idade, nasceu e mora em Ponta Grossa. Enquanto criança frequentou a Praça Barão do Rio Branco cotidianamente por que seu pai trabalhava na Secretaria de Obras que ficava instalada na Concha Acústica. Foi frequentadora assídua do Cine Império e lecionou como professora do Ensino Fundamental nas escolas municipais e no Colégio Regente Feijó. Possui um vasto acervo fotográfico do período em que lecionou e participou de cerimônias cívicas na praça, assim como do seu álbum de família.

Entrevista 7. Déa Backman, possui 84 anos de idade, nasceu e mora em Ponta Grossa, no Edifício Marieta há uma quadra da Praça Barão do Rio Branco. Por ser vizinha da praça a Sra. Déa é uma frequentadora desse espaço quando passar por ali praticamente todos os dias. Possui lembranças desse lugar em outras épocas como o funcionamento da Fonte Luminosa, mas principalmente é observadora do atual estado de conservação da praça. Frequentou até recentemente oficinas de pintura que eram aplicadas no espaço da Concha Acústica.

Entrevista 8. Asdrubal Gasparelo, possui 74 anos de idade, nasceu em Ponta Grossa, morou durante muitos anos em Curitiba e retornou há pouco tempo. Trabalha como porteiro do Edifício Princesa e durante a juventude frequentava o Ponto Azul e o Cine Império, o que ele considera os lugares mais movimentados da época. Seu irmão já falecido era o fotógrafo que trabalhava na praça, instalado próximo à Concha Acústica. Atualmente como policial militar aposentado o Sr. Asdrubal trabalha como porteiro e acompanha cotidianamente a rotina da praça, assim como “viu de perto” a demolição do Cine Império.

Entrevista 9. Rute Yumi Onnoda, de 45 anos de idade, nasceu e mora em Ponta Grossa. Atualmente trabalha como farmacêutica-bioquímica, Ilustradora, professora de Desenho, e é participante do grupo “Croquis urbanos de Ponta Grossa” que promove encontros semanais junto aos patrimônios culturais da cidade para representá-los em desenhos. Sua infância foi muito marcada pelo contato com a Praça Barão do Rio Branco, possui um carinho especial pela Concha Acústica, que foi representada em um dos seus desenhos e gentilmente cedido para compor a capa do 2º capítulo deste trabalho. Dentre suas lembranças estão os “sons da Concha Acústica” e o fotógrafo que ficava ali instalado.

Entrevista 10. Sérgio Henrique Barszcz, de 45 anos é professor de Ensino Superior, nasceu e mora em Ponta Grossa. Sua relação com a Praça Barão do Rio Branco é marcada pelos anos que frequentou a Banda Lyra dos Campos e sua escola de música que ficavam instaladas na Concha Acústica. Também utilizou o Ponto Azul durante a infância e juventude, de onde tem muitas lembranças como um “lugar cheio de vida”.

Entrevista 11. Noemi de Paula Quadros, de 52 anos é contadora, nasceu e mora em Ponta Grossa. Quando adolescente estudou no Colégio Regente Feijó e frequentava a praça por que seu pai tinha um escritório nos arredores. Sua principal lembrança é sobre os protestos de 1982 na ocasião dos cortes de árvores da praça.

Entrevista 12. Paulo Roberto da Silva Quadros, de 65 anos, nasceu e mora em Ponta Grossa. É músico aposentado e foi pioneiro em shows ao vivo nos bares da cidade. Suas ligações com a praça é representada através das lembranças do Ponto Azul, o que ele diz ser “uma das coisas mais bonitas de sua infância”, com o Cine Império, Colégio Regente Feijó e os shows que fez e assistiu na Concha Acústica. Sobre a abertura da alameda considera que foi uma má escolha do governo, por que isso “descaracterizou e acabou com a identidade da praça”.

Entrevista 13. José Carlos Ferreira possui 55 anos, nasceu em Bandeirantes – PR e mudou-se para Ponta Grossa aos sete anos. Quando chegou a cidade sua família enfrentou uma situação de desemprego e ele ainda criança foi trabalhar nas praças da cidade como engraxate e vendedor de salgados. Seu ponto de trabalho preferido era o Ponto Azul devida à intensa movimentação do terminal de ônibus e arredores.

Lembra-se de muitas apresentações musicais, cerimônias cívicas e outros eventos ocorridos na praça, visto que nessas ocasiões sempre estava ali trabalhando. Sobre o atual estado de uso e conservação da praça considera que ela estava “abandonada” e que a abertura da alameda “tirou a tranquilidade da praça”.

Entrevista 14. Nede Pilatti possui 85 anos de idade, é nascida em Guarapuava e mudou-se para Ponta Grossa após o casamento. Mora no Edifício Princesa desde 1980 e é diaconisa na Igreja do Rosário. Sua relação com a praça está nas lembranças que possui da Fonte Luminosa em funcionamento, do Ponto Azul, mas principalmente das atividades proporcionadas pela igreja. Muitos relatos foram transmitidos sobre as cerimônias da igreja que são desenvolvidas em conjunto com a praça, como procissões, cortejos fúnebres (feitos antigamente), novenas e rezas de terços. Nas ocasiões em que a praça está decorada, especialmente no Natal, gosta muito de caminhar por ela.

Entrevista 15. Guilhermina Voigt possui 86 anos de idade, é nasceu no Rio de Janeiro e atualmente mora em Ponta Grossa. Na juventude casou-se com Guilherme Voigt um dos membros de uma tradicional família de imigrantes na cidade, fundadores da Padaria Glória. Na infância, quando mudou para Ponta Grossa foi morar no Bairro Oficinas. Sua relação com a praça foi marcada na juventude quando ia de ônibus até o Centro para trabalhar na Padaria Glória, e desembarcava no Ponto Azul. Aos 43 anos ficou viúva e foi morar num edifício que está localizado atrás do terreno do Cine Império. Dessa forma seu percurso cotidiano durante muito tempo esteve relacionado com passagens pela praça. Nas horas de folga gostava de ir ver as programações desenvolvidas na Concha Acústica e “sentar e ficar durante horas admirando a Fonte Luminosa”.

Entrevista 16. Cleozy Santos nasceu e mora em Ponta Grossa. Para ela os lugares mais antigos da cidade tem um “sabor especial”, visto que era um lugar de férias. Quando criança passava o ano todo na casa da avó na Lapa, e nas férias escolares vinha até Ponta Grossa ficar com os pais. Ela lembra-se com detalhes da ferrovia em funcionamento, de quando chegava de trem e sua família estava esperando-a na estação. Sobre a praça suas lembranças de infância estão ligadas as programações da Concha Acústica, as missas na Igreja do Rosário e o Cine Império. Considera-se pertencente ao tempo “em que as famílias passavam o dia na praça”, normalmente

aos domingos. Quando adulta tornou-se professora de História do Colégio Regente Feijó e posteriormente diretora. Até recentemente esteve na direção do Colégio e considera a praça um lugar fundamental para a história da instituição. Ela participou de algumas atividades que relacionaram o espaço da praça com o Colégio. Considera fundamental a preservação da praça e seus arredores.

Entrevista 17. Bady Samara possui 83 anos de idade, nasceu e mora em Ponta Grossa. Morador do Edifício Princesa desde a década de 1950 foi um dos primeiros a se instalar no edifício. Desde então acompanhou os diversos acontecimentos históricos da praça. Era um dos frequentadores assíduos do Ponto Azul, como um “lugar de bate papo com os amigos”. Também frequentou o Cine Império, o parque infantil, onde segundo ele “estão as lembranças mais doces da infância dos meus filhos”. Recentemente participou das reclamações feitas por moradores do Edifício sobre os problemas causados pelo abandono do Cine Império. Considera a praça hoje um lugar “ultrapassado” que precisa de melhorias e modernização. Também considera o lugar perigoso, com sérios problemas de cães abandonados e a sujeira dos pombos.

Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa

Livro de Atas do ano de 1897 a 1902 da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Livro de Atas do ano de 1907 a 1910 da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Livro de Atas do ano de 1910 a 1914 da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Álbuns Comemorativos

Álbum Comemorativo do Paraná – Edição de 1923.

Álbum Comemorativo de Ponta Grossa – Edição de 1936.

Álbum Comemorativo de Ponta Grossa – Edição de 1963.

Álbum Comemorativo de Ponta Grossa – Edição de 1976.

Códigos de Posturas Municipais e plano diretor

Códigos de Posturas Municipais de 1915.

Códigos de Posturas Municipais de 1939.

Plano Diretor de Desenvolvimento de Ponta Grossa de 1967.

Fotografias

Acervo de fotografias da Casa da Memória Paraná

Acervo de fotografias e documentos de Denise E. Metynoski

Acervo de fotografias de Paulo José da Costa

Acervo de fotografias de Roseli Mendes da Rosa

Acervo de fotografias de Osmario Ribas de Souza

Jornais

Diário dos Campos: 1915, 1955- 1970 (Acervo Casa da Memória)

Jornal da Manhã: 1947 - 1950 e 1970(Acervo Casa da Memória e Museu Campos Gerais)

Boletins Informativos da ACIPG: 1956-959

Redes Sociais

Acervo de fotografias e documentos do grupo “Antigamente em Ponta Grossa”.

VICTOR, Nestor. *A terra do futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Tipografia do “Jornal do Comércio”, 1913.

Estado do Paraná. *Álbum do Paraná – 1923*. São Paulo: Empresa Editorial Capri e Oliveira, 1923.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009.

AUTORES. *Relatório Praça Barão do Rio Branco em Ponta Grossa – PR*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação em Geografia (mini curso “Desenho de espaços públicos”), 2015.

BALCÃO, Fábio. *A cidade das reclamações*. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.) *Cidades- Pesquisa em História: programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC – SP*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)*. In: VIDAL, Diana (org.) *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2004.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BISCAIA, Elaine de Oliveira. *Funcionalidade das áreas verdes urbanas em Ponta Grossa – PR: o caso das praças Marechal Floriano Peixoto e Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de Conclusão de Curso), ??

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (3º ed.) São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1994.

CALDEIRA, Junia. *A praça brasileira: trajetória do espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2007.

CASTRO, Elizabeth de Amorim. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná*. Curitiba: UFPR (tese de doutorado), 2010.

CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

_____. *Do Centro Commercio e Industria ao Selo social: economia e sociedade pontagrossense*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

_____. *Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004, v. 3.

- EURICH, Zíngara Rocio dos Santos. *As praças da cidade de Ponta Grossa – PR: arborização urbana, infraestrutura de distribuição espacial*. Ponta Grossa: UEPG (Dissertação de Mestrado), 2014.
- GADINI, Sérgio Luiz. *Uma experiência de rádio comunitária nos anos 1940/60 em Ponta Grossa*. Porto Alegre: UFRGS,
- GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Paris: Universidade de Presses, 1968.
- HOBSBWAN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KOSSOY, Bóris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2º ed. 2001.
- LAVALLE, Aída Mansani. *Germânia – Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de publicações da UEPG, 1996.
- LE GOFF, Jacques. “*Documento /monumento*” .In: *Memória-História, Enciclopédia Einaudi*, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. Citado por: MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e História interfaces. Seminário “90 anos da Avenida Rio Branco”*. Rio de Janeiro, 1995.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de (orgs.) *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1997.
- MONASTIRSKY, Leonel B. *Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural*. Ponta Grossa: Revista Terra Plural, v. 3, nº 2, dez/2009.
- MOUTINHO, Luís Cláudio. *Transformações urbanísticas e representação imagética da Praça Barão do Rio Branco*. Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de conclusão de curso), 2001.
- NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli International Publications, 1980. In: MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação. *A arquitetura vernacular no Paraná*. Umuarama: Revista Akropolis, v. 17, nº 1, p. 45-54, jan/mar de 2009.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

Posturas Municipais Paraná, 1829 a 1895. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1996.

PETRUSKI, Maura Regina. *O inimigo invisível: a epidemia de gripe espanhola em Ponta Grossa -1918*. In: DITZEL, Carmencita Holleben de Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. *Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

PETUBA, Rosangela Maria Silva. *Na trama dos trilhos: cidade, ferrovia e trabalho em Ponta Grossa – Pr (1955-1997)*. Florianópolis: UFSC (Tese de doutorado), 2011.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992.

QUADROS, Gisele de Paula. *(Des)construção do espaço verde em Ponta Grossa-PR*. Ponta Grossa: UEPG (Dissertação de Mestrado), 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alain François (et. al) Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Memória e história*. Budapeste: ConferencyInternational“Haunting Memories? History in EuropeafterAuthoritarianism”, 2003.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

ROLNICK, Raquel. *História urbana: história na cidade?* Seminário da História da cidade e do urbanismo,1993, v. 2, nº1.

_____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999, 2º Ed. , Coleção Cidade Aberta.

SAMUEL, Raphael. *Teatros da memória*. São Paulo: Projeto História São Paulo, nº 14, fev. 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço habitado: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4º ed., 2006.

SCHACTAE, Andrea Mazurok. *O herói, a farda e a polícia feminina: um estudo sobre identidade e gênero na Polícia Militar do Paraná*. Curitiba: Revista fatos & versões, nº 2, vol. 1, 2009.

SCHILDER, Cristiana Ferreira. *Dos casebres e mansões: arquitetura eclética em Ponta Grossa (1900-1930)*. Ponta Grossa, UEPG (Trabalho de conclusão de curso), 2008.

SILVA, Edson Armando. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (1904-1973)*. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

_____. *O povo faz a história: 1920 – 1945*. Ponta Grossa, UEPG (relatórios de pesquisa), vol. 1 e 2, 1994.

SUTIL, Marcelo Saldanha. *Beirais e platibandas: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX*. Curitiba: UFPR (Tese de Doutorado) 2003.

ZULIAN, Rosângela Wosiak. *A vitoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana*. Ponta Grossa: Revista de História Regional, Editora UEPG, 2007.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. In: OLIVERIA, Lucia Lippi. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CANÇADO, Adriana. *Significados do concurso da rainha da soja em ponta grossa, pr (1969-1980): ritual, memória e identidade*. Disponível em www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixecontro/comunicaçãoindividual/adri/anacancado.htm

CARNEIRO JÚNIOR, Silvano. *PLADEI: Plano de desenvolvimento de Ponta Grossa*. Ponta Grossa, Diário dos Campos, 2002, p. 12, disponível em www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/pladei.htm

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

_____. CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2005.

_____. *O reino do urbano e a morte da cidade*. In: KHOURY, Yara Aun (org). *Projeto de História: revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1994.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Paris: Zahar Editores, 1978.

FENELON, Déa Ribeiro (org.) *Cidades - Pesquisa em História: programa de Estudos Pós Graduandos em História da PUC-SP*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In. SCHWARCZ, Lilian Moritz (org). *História da vida privada no Brasil – vol. 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIGLIORINI, J. M. *Pilotis e Pans de Verres sob a ótica Bourdiana: um estudo sobre a arquitetura modernista no espaço urbano de Ponta Grossa – PR*. Ponta Grossa: Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1997.

SAHR, CicilianLöwen. *Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa*. In. DITZEL, Carmencita de Holleben; SAHR, CicilianLöwen (org.) *Espaço e cultura: Ponta Grossa e o os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SEVECENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Edson Armando (coord.) *O povo faz a história: 1920 – 1945*. Ponta Grossa, UEPG (relatórios de pesquisa), vol. 1 e 2, 1994.

_____. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século*. Curitiba: UFPR, (Dissertação de Mestrado) 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra (2º ed.), 1992.

APÊNDICES

DOS MONUMENTOS E MEMORIAIS:

Na Praça Barão do Rio Branco destacam-se alguns monumentos em homenagem a personagens importantes da história da cidade. O primeiro a ser construído foi o busto da professora Judith Macedo da Silveira em 1950. A homenageada nasceu em Almirante Tamandaré no ano de 1893 e lá iniciou sua carreira no magistério. Após contrair matrimônio com o farmacêutico Ernesto da Silveira mudou-se para Ponta Grossa, e tornou-se mãe de três filhos: Nadir, Alcy e Sady.

Sua colaboração para a educação na cidade foi marcada pela sua participação em instituições, como participante do corpo docente na Escola Normal de Ponta Grossa (atual Regente Feijó) em 1924, e como diretora do Liceu dos Campos Gerais (1926) e no Colégio Senador Correia. Em 1945 participou da Legião Brasileira de Assistência, um curso de defesa passiva antiaérea, em decorrência da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Suas atividades somente foram encerradas com a sua morte em 22 de março de 1947.

Em 1951 na gestão do prefeito Heitor Ditzel, como projeto do vereador Capitão Gabriel Mena Barreto, foi implantado um busto em sua homenagem na Praça Barão do Rio Branco, em reconhecimento aos serviços prestados pela educação, cidadania e sociedade pontagrossense. A imagem (foto 55) demonstra a solenidade de inauguração do busto, em destaque a presença do prefeito Heitor Ditzel. Naquela ocasião, ex-alunos e amigos da professora Judith Macedo da Silveira compareceram à solenidade e participaram da programação. O busto de bronze sustentado por um pilar concreto, retrata a imagem da professora. Na placa abaixo destaca-se a frase *“Homenagem do povo pontagrossense à benemérita professora Judith Macedo da Silveira”*.²¹⁴

²¹⁴ Catálogos de nomeações de ruas de Ponta Grossa, disponível no acervo da Casa da Memória Paraná.

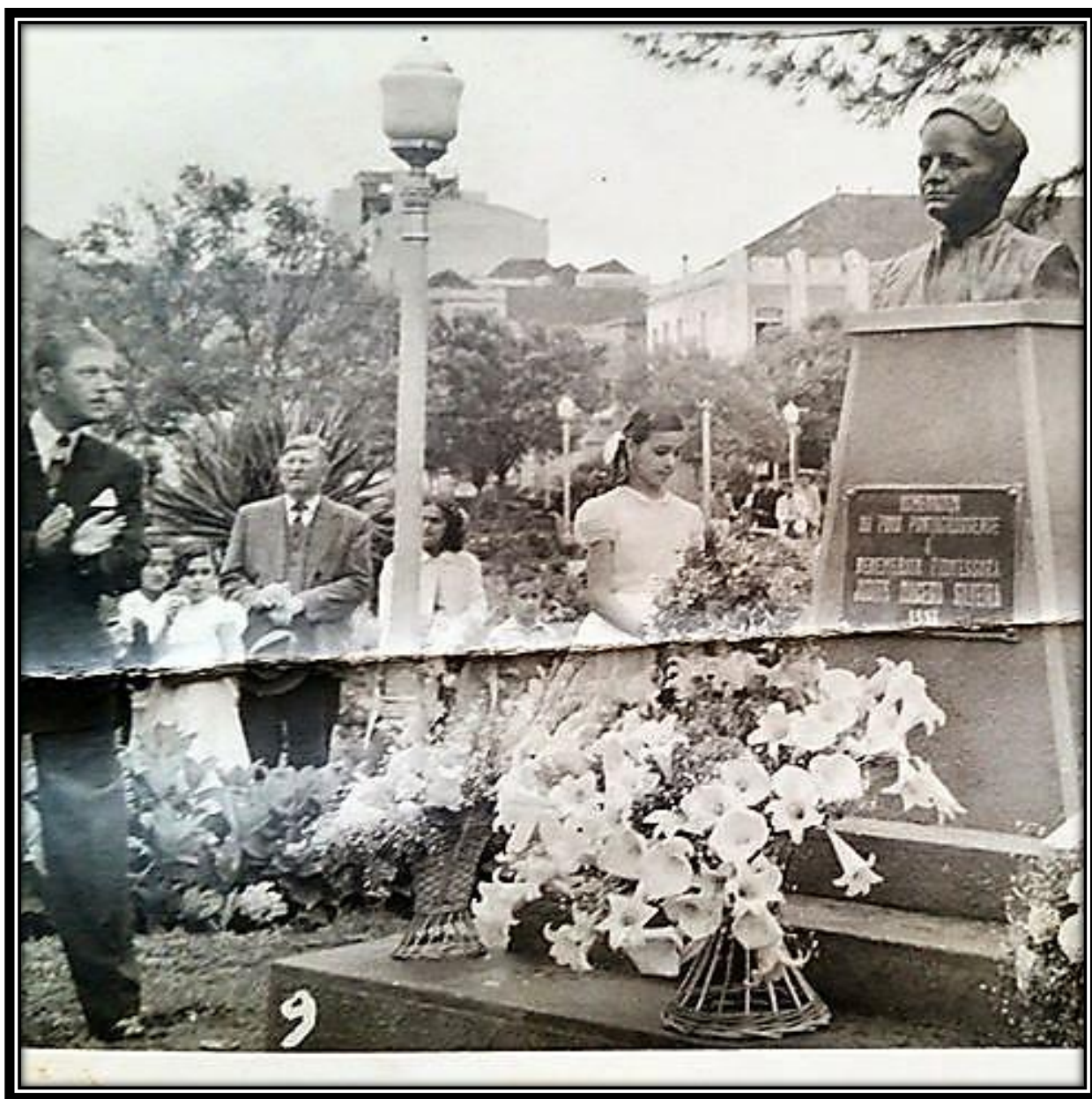


Foto 55. Inauguração do busto em homenagem a Judith Macedo da Silveira, em 1950. (Acervo Casa da Memória Paraná)

O monumento em homenagem à professora Judith Macedo da Silveira permanece na praça, com marcas e sinais do tempo, nos seus sessenta e seis anos de existência. Atualmente a professora também é homenageada dando nome a uma rua e de uma escola municipal na cidade.



Foto 56. Aspecto atual do monumento em homenagem a Judith Macedo da Silveira. (Foto de Luciano Paiva)

Outro monumento significativo na Praça Barão do Rio Branco é a estátua de Tiradentes. O culto a esse herói nacional foi bastante frequente ao longo do século XX dentro do espaço da praça. Como consequência ela foi escolhida para a instalação desse monumento. A construção do monumento foi uma iniciativa do Lions Clube Vila Velha e inaugurado em 11 de março de 1972. Na placa anexada ao

monumento está inscrita a seguinte frase, *“À Tiradentes, patrono cívico da nacionalidade, homenagem da cidade de Ponta Grossa”*.

Em sua origem o monumento ficava instalado bem ao meio da praça, quando ainda não existia a alameda. Esse fato evidencia a importância que esse personagem ocupava no espaço da praça, nas solenidades cívicas e na memória social da população. A estátua ficava numa posição bem elevada do chão, sustentada por estruturas torneadas e volumosas, feitas de concreto. A estátua também é feita de concreto e pintada de branco, representa Tiradentes em pé, com uma corda ao pescoço, momentos antes da sua execução em 1792. Sua importância no cenário nacional foi significado ao longo do tempo nas comemorações cívicas e militares, e homenageado através da nomeação de cidades, ruas e praças. Quando construído o monumento de Ponta Grossa foi inspirado no que existe na Praça Tiradentes em Curitiba²¹⁵.

A imagem (foto 57) mostra o momento da inauguração do monumento, acompanhado por um grande grupo e liderado pelo prefeito Cyro Martins. No Paraná as homenagens a Tiradentes estavam diretamente relacionadas ao militarismo, uma vez que este personagem foi escolhido como patrono das corporações de polícia. A participação de “Tiradentes” na tropa da Capitania de Minas Gerais e posteriormente na corporação Dragões da patrulha, iniciou sua trajetória no que eram as primeiras formações de polícias no Brasil. Após a insatisfação com a vida militar pediu desligamento da corporação e então se envolveria com o movimento da Inconfidência Mineira.

²¹⁵ COSTA, Paulo José da. Entrevista concedida a Cristiana Ferreira Schilder em 12 de outubro de 2015.



Foto 57. Inauguração do monumento em homenagem a Tiradentes, inaugurado pelo prefeito Cyro Martins em 11 de março de 1972. (Acervo Paulo José da Costa)

A imagem (foto 58) na década de 1980 abrange uma vista panorâmica de parte Praça Barão do Rio Branco e seus arredores. Aos fundos destacam-se alguns prédios, um tipo de construção que havia se tornado comum na cidade desde a década de 1970, quando foram construídos os principais prédios do Centro como, os Edifícios Vila Velha, Marieta e Itapuã. Abaixo, no ângulo esquerdo, o início da Rua Saldanha Marinho, liberada da presença do Ponto Azul, com o terreno vazio onde ele estava situado. Na praça, a má conservação do gramado chama a atenção, assim como a ausência de algumas árvores. Dentro do círculo vermelho está destacada a localização e a formação original do monumento a Tiradentes. Ela ficava bem ao meio da praça, onde atualmente está a alameda.

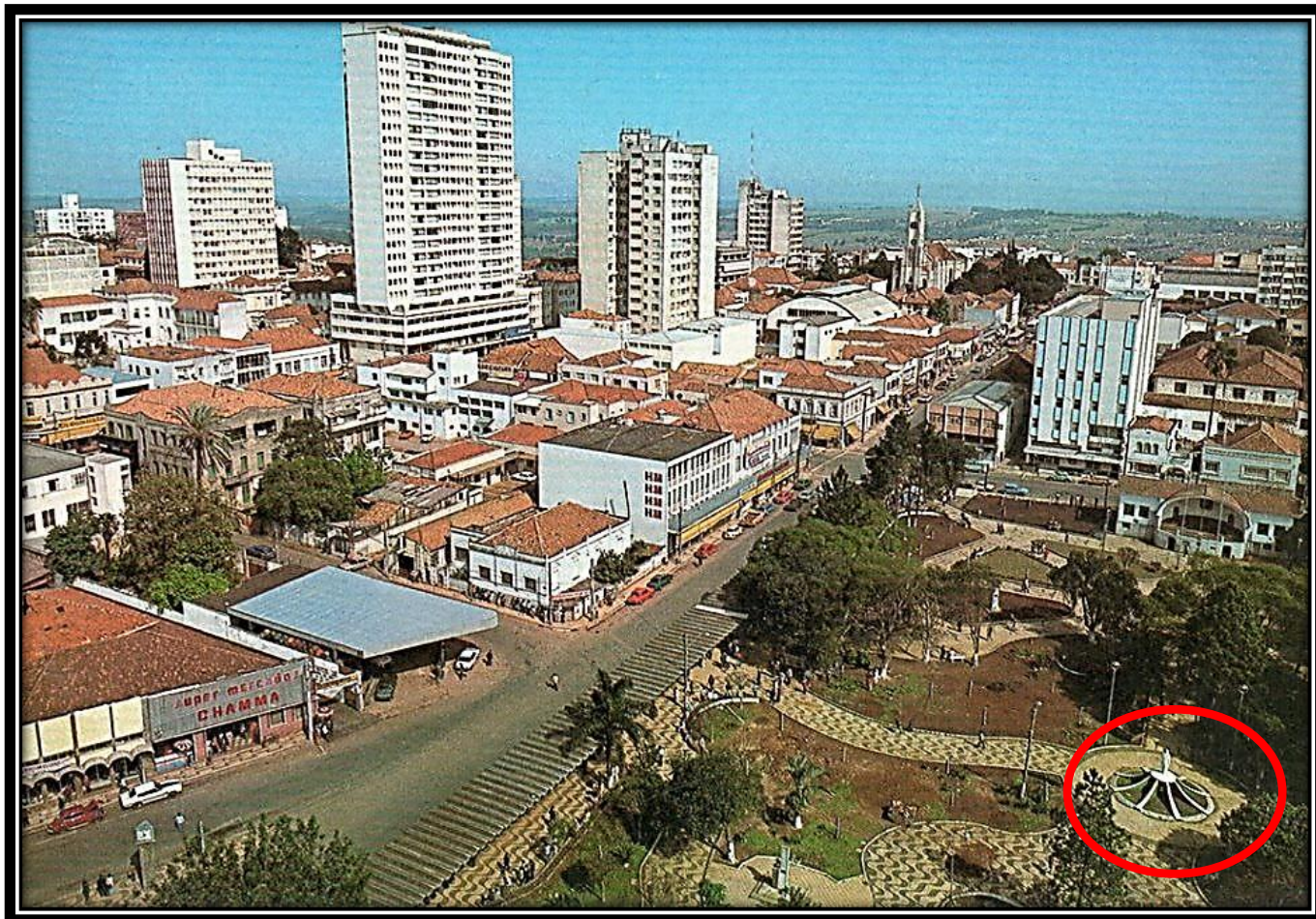


Foto 58. Vista panorâmica da Praça Barão do Rio Branco em 1985. Em destaque a antiga localização e a estrutura da estátua em homenagem a Tiradentes. (Acervo Museu Campos Gerais)

Após a abertura da alameda em meio à praça em 1999, o suporte original da estátua de Tiradentes foi demolido e ela foi deslocada para outro lugar. Atualmente ela está na porção da praça que fica em frente à Igreja do Rosário, próxima da Concha Acústica. Uma nova base de concreto, bem menor em relação a original, foi instalada no novo local e sustenta a estátua. Através da imagem (foto 59) é possível contemplar alguns dos jardins da praça, e aos fundos a estátua de Tiradentes, voltada de frente para a Concha Acústica.



Foto 59. A estátua de Tiradentes vista dos jardins da praça. (Foto de Luciano Paiva)

Quando vista da Rua do Rosário e da Igreja do Rosário a estátua está posicionada de costas. Atualmente ela apresenta um bom aspecto de conservação com pinturas e limpezas feitas regularmente. As cerimônias cívicas no dia 21 de abril não são mais realizadas na Praça Barão do Rio Branco. Aos pés da estátua está registrada a famosa frase de Tiradentes momentos antes da sua morte, *“Dez vida eu daria se as tivesse, para salvar as deles!”*, referindo-se a luta em prol da liberdade, dos direitos dos escravos e das futuras gerações.



Foto 60. Estátua de Tiradentes vista de costas da Rua do Rosário. (Foto de Luciano Paiva)

Na mesma porção da praça estão outros dois memoriais, o do Centenário da Maçonaria e outro em homenagem ao maestro Paulino Martins Alves. A Loja Maçônica Amor e Caridade foi instalada em frente à Praça Barão do Rio Branco na década de 1910, em frente à Rua Saldanha Marinho, entretanto existia desde 1897. O memorial construído em comemoração ao seu centenário fica dentro da praça, com a frente voltada para a localização da Loja Maçônica.

A presença da maçonaria em Ponta Grossa desenvolveu-se especialmente desde o começo do século XX, e a placa que acompanha o memorial de comemoração, exalta os ideais desse movimento, conforme a transcrição:

À Glória do Grande Arquiteto do Universo

Grande Oriente do Brasil

Paraná

**Marco comemorativo ao CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO da Augusta e
Respeitável Loja Simbólica Amor e Caridade**

O eterno aprendiz maçom

“Todo homem é seu único legislador , o dispensador da glória ou da desgraça a si mesmo, o decretador de sua vida, de sua recompensa, de seu castigo.”

Essa escultura maçônica representa o homem em estado de evolução, na medida que suas extremidades ainda se encontram inacabadas.

A posição dos braços representa o raio divino, de cima para baixo, o braço direito com o maço acima da cabeça, está direcionado para o alto, captando a inspiração e as Forças Divinas, passando pela mente humana, onde se transforma em pensamento inteligente seguindo para o braço esquerdo, com o cinzel direcionado para baixo, onde este pensamento transmuda-se para ação.

O conjunto representa e evidencia a Beleza, a Inteligência e a Inspiração Divina, como ferramentas indispensáveis no processo de evolução do homem maçom.

Ponta Grossa, 10 de outubro de 1997.

A estátua feita em bronze e com base de pedras, traz um homem sentado, trabalhando em esculpir seu próprio corpo. A cabeça, o tronco e os braços aparecem perfeitamente definidos, e as pernas indefinidas, ainda sendo talhadas, representando o ideal maçônico, de que cada homem deve buscar sua própria evolução ao longo da existência. Além do texto transcrito, na placa também está o símbolo da Maçonaria.

O monumento apresenta bom aspecto de conservação, quanto à limpeza e conservação do material. A densa paisagem verde ao redor destaca o monumento que possui tons metálicos. As rochas que estão na base do monumento são de tipos diferentes demonstrando o processo de entalhamento e trabalho de um escultor.



Foto 61. Memorial do Centenário da Maçonaria visto pela lateral esquerda. (Foto de Luciano Paiva)



Foto 62. Memorial do Centenário da Maçonaria visto de frente. (Foto de Luciano Paiva)

O memorial em homenagem ao maestro Paulino Martins Alves está localizado bem em frente à Concha Acústica e foi construído em 2003 por iniciativa do Museu Época. O maestro Paulino Martins Alves nasceu na cidade de Palmeira em 1893 e morreu em Ponta Grossa em 1973. Durante sua vida seguiu carreira militar, e comandou durante treze anos a Banda de Música do 13º Regimento de Infantaria, e na década de 1950 participou da fundação e liderou a Orquestra Sinfônica em Ponta Grossa.

Na época da sua fundação a orquestra contava com sessenta e dois integrantes, foi a pioneira no gênero no Paraná e a terceira do Brasil. Na década de 1960 foi inaugurada uma escola musical em Ponta Grossa, que foi batizada como Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves. As atividades e nomeação da escola musical permanecem atualmente com os mesmos objetivos

de sua origem. A participação do maestro na educação musical da cidade rendeu a ele as homenagens por meio da nomeação do conservatório, de uma rua e o monumento construído na praça.



Foto 63. Memorial em homenagem ao maestro Paulino Martins Alves, que está em frente à Concha Acústica. (Foto de Luciano Paiva).